



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PROSS**

LEYDIANE ALVES FERREIRA

**DO APAGAMENTO À VISIBILIDADE: UM ESTUDO SOBRE A
REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES MOTORISTAS DE ÔNIBUS
DA CIDADE DO NATAL/RN**

**São Cristóvão – SE
2023**

LEYDIANE ALVES FERREIRA

**DO APAGAMENTO À VISIBILIDADE: UM ESTUDO SOBRE A
REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES MOTORISTAS DE ÔNIBUS DA CIDADE
DO NATAL/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PROSS, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Catarina Nascimento de Oliveira.

São Cristóvão - SE

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

**DO APAGAMENTO À VISIBILIDADE: UM ESTUDO SOBRE A
REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES MOTORISTAS DE ÔNIBUS DA CIDADE
DO NATAL/RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PROSS, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Catarina Nascimento de Oliveira
(**Presidente - Orientadora – PROSS/UFS**)

Prof.^a Dr.^a Tatiana Ferreira dos Santos
(**Examinadora Externa ao Programa - UNESP**)

Prof.^a Dr.^a Vera Núbia Santos
(**Examinadora Interna ao Programa – PROSS/UFS**)

Prof.^a Dr.^a Shirley Silveira Andrade
(**Examinadora Interna ao Programa – PROSS/UFS**)

Dedico esta dissertação “aos meus dois arco-íris”, em forma de filhas,
Rauanne Sophia e Estela.

AGRADECIMENTOS

Sempre pensei como seria esse momento. Sempre projetei em minha mente um roteiro certo, carregado com uma bagagem de gratidão, de alegria, de orgulho por ter chegado tão longe. Enquanto digito o agradecimento desta dissertação, nomeada, carinhosamente por mim como a “minha amada”, sinto-me esvaziando, me afastando de todo e qualquer sentimento enquanto me agarro à razão, as consequências e as possibilidades de se obter o título de Mestre para a minha vida, para a vida das minhas filhas e da minha família.

Por outro lado, percebo que não conseguirei ser tão racional assim, que provavelmente, falharei na parte de deixar registrado a quão sortuda eu sou por ter tido a oportunidade de partilhar com todas as pessoas que passaram pelo meu caminho durante essa minha trajetória. E é assim que enxugo as minhas lágrimas e sigo escrevendo da minha alegria por ter permanecido sendo resistência.

Me chamo Leydiane Alves Ferreira, sou mulher, cuja raça/cor, negra/parda, mãe de dois arco-íris em forma de filhas, Rauanne Sophia, e a espera da Estela; Sou filha de uma mulher que me inspira todos os dias, SÉrgia Maria Alves Ferreira e de um pai que devoto meu respeito e gratidão por cuidar tão bem dos seus, João Maria Ferreira; Sou irmã de um ser que desejo bem, Luanderson Alves Ferreira; E esposa daquele que divido a minha vida/meus sonhos, Ciro Dourado. Tenho 34 anos de idade, faço questão de carregar o sobrenome da minha mãe, sou resiliente, determinada e incansável quando o assunto é alcançar os meus objetivos, e por tudo isso, seria impossível não começar agradecendo aqueles que são tudo para mim: As minhas filhas, a minha mainha, o meu pai, o meu irmão e o meu companheiro. Eu sei que com vocês eu nunca estarei desamparada, por tudo isso e mais um tanto de coisa, OBRIGADA!

Dito isso, vale ressaltar a minha gratidão àquele que compartilha, torce e apoia os meus sonhos, Ciro Dourado. Ter o seu apoio, o seu cuidado, a sua atenção e o seu companheirismo foram peças fundamentais para eu alcançar o fôlego que precisava para chegar até aqui, e o mais importante, por não ter permitido que eu parasse no meio do caminho. Enfrentar as dificuldades diárias, aprender a superá-las e manter nossa família sob um alicerce forte, é a nossa missão, e com alegria e orgulho vejo que estamos conseguindo. Por tudo isso é que me alegro em dividir contigo esse título de mestre. Amo-te!

Tenho orgulho de saber que a minha trajetória foi atravessada por tantas pessoas maravilhosas: agradeço pelo afeto dos meus colegas de turma 2020.2/PROSS-UFS, em especial agradeço pelo acolhimento e querer bem, vocês são maravilhosos, Larissa Feitosa, Mayara Santana, Rafael Calumbi e GÉssica Azevedo.

Agradeço ao secretário Walter Luis, que sempre com muito afinco, demonstrou comprometimento e profissionalismo.

Agradeço ao corpo docente, que tanto me inspira: Prof.^a Dra. Flávia Augusta, Prof.^a Dra. Vera Núbia, Prof.^a Dra. Nelmiere Ferreira, Prof.^a Dra. Josiane Soares, Prof.^a Dra. Noemia Silva, Prof.^a Dra. Nailsa Araujo, Prof.^a Dra. Carla Nunes, Prof.^a Dra. Maria da Conceição - Lica, Prof.^a Dra. Maria Helena Cruz, Prof.^o Dr. Paulo Félix, Prof.^a Dra. Silmere Alves, Prof.^a Dra. Vânia Santos, Prof.^a Dra. Tereza Martins e a Prof.^a Dra. Catarina Nascimento.

Manifesto minha estima e honra por ser discente do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social /PROSS-UFS, nunca me esquecerei do acolhimento, da ética e do cuidado que recebi de todas (os).

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dra. Catarina Nascimento de Oliveira, por ter aceitado orientar os meus estudos; pelo profissionalismo e comprometimento; pela contínua paciência; pelo afeto; pelos “puxões de orelha”; pela empatia, cuidado e por todas as vezes que pegou na mão e não largou; por ter me proporcionado autonomia; por ter respeitado o meu espaço; por estimular o melhor de mim e me fazer sentir grande e potente. Minha amada orientadora, Catarina, tê-la nesse processo fez toda a diferença para o meu crescimento pessoal, intelectual e científico. Graças aos seus ensinamentos estou me tornando alguém que um dia desejei, parte de você habita em mim.

Agradeço as Prof.^a Dra. Vera Núbia Santos, Prof.^a Dra. Shirley Silveira Andrade e Prof.^a Dra. Tatiane Ferreira dos Santos, que gentilmente, aceitaram compor a banca examinadora, a participação/contribuição de vocês é essencial para a promoção do saber.

Por fim, agradeço à autora dessa dissertação, Leydiane Alves, a sua força, a sua persistência, o comprometimento com os seus ideais e a sua sede de transformação trouxe você até aqui, e para a nossa alegria, permaneceremos sendo a resistência!

Até o doutorado...

“Escolher escrever é rejeitar o silêncio”.

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto uma análise sobre a representatividade de mulheres que exercem, na região metropolitana da cidade do Natal/RN, a profissão de motoristas de ônibus, majoritariamente e socialmente, direcionadas ao gênero masculino. O objetivo nuclear incide em analisar até que ponto as mulheres que exercem a profissão de motorista de ônibus da cidade do Natal/RN participam de uma mediação social que gera a representatividade coletiva e individual do grupo social em que estão inseridas. A pesquisa está norteadada pela seguinte questão: Mulheres exercendo profissões consideradas “masculinas”, sobretudo, a profissão de motorista de ônibus na cidade do Natal/RN, podem contribuir para uma mudança da estrutura de poder vigente no modo capitalista? O estudo, traz como pressuposto que o modelo liberal consolidou uma visão binária do mundo, dividindo-o em esfera pública e privada sendo, respectivamente, a primeira colocada como o espaço ocupado por homens, considerado como mais valorizado, enquanto a segunda é colocada no campo da reprodução, do inferior, o lugar de pertencimento da mulher. O poder político institucional estruturado e mantido como um campo de exclusões de classe, de raça, de sexualidade e de gênero, dissemina dentro dessa lógica, a desvalorização do feminino. A pesquisa de campo e bibliográfica, está classificada como qualitativa do tipo exploratória. O processo de investigação esteve amparado na lente da teoria da reprodução social ou teoria unitária do método materialista histórico dialético, alinhada à perspectiva analítica de feministas marxistas, necessárias a nortear a compreensão acerca das imbricações de classe, raça, gênero e as relações sociais controladas pela dominação, exploração e opressão contida na sociedade regida pelo sistema heteronormativo-patriarcal-racista-sexista-capitalista. A coleta e levantamento de dados contou com a aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado dirigido às mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN, cujo os resultados revelaram em suas histórias um processo de representatividade, caracterizadas por condutas de comportamentos, sentidos de resistência/resiliência, de comunicação, de espaços de decisões e de transformações frente às imposições das estruturas de poder do sistema capitalista, por isso, passam a provocar uma transformação coletiva e individual no meio em que estão inseridas. Desse modo, as mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN passaram a organizar um cenário com estratégias que estabelecem a base para a direção da superação do preconceito, da discriminação, da dominação e da violência tão latentes na sociedade.

Palavras-chave: Mulheres; Motoristas de ônibus; Representatividade; Teoria da Reprodução social; Trabalho.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the representation of women who exercise, in the metropolitan region of the city of Natal/RN, the profession of bus drivers, mostly and socially, directed towards the male gender. The core objective focuses on analyzing the extent to which women who work as bus drivers in the city of Natal/RN participate in social mediation that generates collective and individual representation of the social group in which they are inserted. The research is guided by the following question: Can women working in professions considered “masculine”, especially the profession of bus driver in the city of Natal/RN, contribute to a change in the current power structure in the capitalist mode? To develop the study, it is assumed that the liberal model consolidated a binary view of the world, dividing it into public and private spheres, with the first being, respectively, the space occupied by men, considered more valued, while the second is placed in the field of reproduction, of the inferior, the woman's place of belonging. Institutional political power structured and maintained as a field of exclusions of class, race, sexuality and gender, disseminates, within this logic, the devaluation of the feminine. Field and bibliographical research is classified as qualitative and exploratory. The investigation process is supported by the lens of the theory of social reproduction or unitary theory of the dialectical historical materialist method, aligned with the analytical perspective of Marxist feminists, necessary to guide the understanding of the overlapping of class, race, gender and social relations controlled by domination, exploitation and oppression contained in the society governed by the heteronormative-patriarchal-racist-sexist-capitalist system. The collection and collection of data relies on a semi-structured interview script applied to female bus drivers, and, in a preliminary way, it points out as results that female bus drivers in the city of Natal/RN adopt a process of representation in their stories, characterized by behavioral behaviors, senses of resistance/resilience, communication, spaces for decisions and transformations in the face of the impositions of the power structures of the capitalist system, therefore, they begin to provoke a collective and individual transformation in the environment in which they are inserted. In this way, women bus drivers in the city of Natal/RN began to organize a scenario with strategies that establish the basis for overcoming prejudice, discrimination, domination and violence that are so latent in society.

Keywords: Women; Bus drivers; Representativeness; Social Reproduction Theory; Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: "Perfil de Assistente social no Brasil:Formação, condições de trabalho e exercício profissional", elaborado pelo Conselho Federal de Serviço social - CFESS/ 2022	25
Figura 2: Fluxograma da pesquisadora - Amostra lineal do grupo específico de participantes mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN.....	29
Figura 3: Periodização temporal: localização histórica da mulher.....	36
Figura 4: Reconstrução do esqueleto de “Lucy”	37
Figura 5: Hello, Lucy, my old friend	37
Figura 6: Caçadoras mulheres podem ter sido comuns na região do Peru durante o período pré-histórico.....	38
Figura 7: Dados do DIEESE - Inserção da população negra no mercado de trabalho.....	58
Figura 8: Analogia dos "conjuntos" apresentado pela Professora Doutora Nathalie Drumond	77
Figura 9: Ilustração da interseccionalidade.....	77
Figura 10: Fluxograma das participantes da pesquisa	82
Figura 11: Afazeres domésticos: Pesquisa do IBGE mostra o tamanho da amostra quanto ao tamanho da desigualdade de gênero.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPESS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior
CFESS	Conselho Federal do Serviço Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CRESS	Conselho Federal do Serviço Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DSST	Divisão Social e Sexual do Trabalho
FGV	Fundação Gétulio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
RENACH	Registro Nacional de Habilitação
RS	Representação Social
TRS	Teoria da Reprodução Social
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: DE LUCY's A MARIA's E O PROCESSO HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DOMINAÇÃO SOBRE AS MULHERES.....	32
1.1 Ancestralidade das mulheres: O Silenciamento histórico e a memória, uma discussão sobre o caráter político, social e o instrumento de luta.....	33
CAPÍTULO 2: DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO SOCIAL DAS MULHERES.....	56
CAPÍTULO 3: PRODUÇÃO SOCIAL E REPRODUÇÃO DA VIDA: ANALISANDO AS MOTORISTAS DE ÔNIBUS DA CIDADE DO NATAL/RN, SOB A LENTE DA TRS	69
3.1 “Por que a mulher?”: Uma análise sobre trabalho, mulheres e corpo.....	81
3.2 Padrão específico de dominação e a ordem do patriarcado	93
3.3 Representatividade construída: Em foco, as motoristas de ônibus	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada	113

INTRODUÇÃO

Deve-se, em primeiro lugar, considerar relevante a necessidade de iniciar o texto com a trajetória que fundamentou a gênese da mestranda e a lançou como pesquisadora. Mas sobretudo, apontar a emersão da confluência composta pela potência de estar como mestranda em serviço social e políticas sociais, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe – PROSS/UFS, posto que, este quadro, com efeito, expressa sinônimo de alegria e de orgulho em fazer parte de um programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, cuja composição do corpo docente é permeada pelo acúmulo de qualificação e compromisso. Esta apreciação não pode deixar de lado, que a trajetória experimentada pela discente se conecta com a aproximação das vivências experimentadas pelas sujeitas participantes desta pesquisa.

Nesse íterim, é que iniciamos a escrita desta dissertação deixando explícito de qual lugar falamos e qual “chão” foi percorrido até aqui, ou seja, a delimitação da nossa trajetória acadêmica vai além dos muros da instituição federal, que é também uma extensão da nossa trajetória como mulher negra, de cor parda, oriunda da rede pública de ensino. Nessa imersão, faremos uma retrospectiva da nossa trajetória, que retrata a condição de ser mulher envolvida pela “necessidade” de executar, diariamente, uma dupla/ tripla jornada. Nesse sentido, tal deslocamento, conversa com a realidade experimentada no cotidiano das participantes desta pesquisa, as mulheres motoristas de ônibus da cidade do natal/RN. Diante do exposto, assinalamos que a nossa vida acadêmica foi compartilhada com a jornada de trabalho e com os cuidados destinados à filha, Rauanne Sophia, que no período em que estive graduanda do curso de serviço social, em 2016, tinha 4 anos de idade.

Nesse cenário, estivemos exercendo a profissão de instrutora de trânsito, que fez parte da nossa ascensão, e que os 13 anos dedicados a essa atividade, corroborou para o crescimento pessoal, profissional e intelectual. Esta perspectiva se reforçou quando no período de 2009 a 2022 estivemos exercendo a profissão de instrutora de trânsito na categoria teórica e prática, ministrando aulas para primeira habilitação na categoria carro e moto; curso de renovação; reciclagem; adição de categoria; mudança de categoria, especificamente, a de ônibus, o que fora visto, como dentro de um lugar que não era nosso, que de alguma forma causava estranheza – Consiste pensar que na condição de instrutora de trânsito estivemos atravessada pelo “olhar estranho” daqueles que inviabilizavam a nossa posição profissional, posto que, aquele cargo não era dito como um espaço ao qual a mulher teria familiaridade, do mesmo modo, que soava como algo impossível de considerar uma mulher ter aptidão para conduzir ônibus e ensinar pessoas a dirigir as categorias de carro e moto.

Dadas estas condições, fica acordado que existem profissões, majoritariamente, ocupadas por homens, e a participação no trabalho assalariado pré estabelecido para as mulheres e homens, conforme afirma Vogel (2022, p. 1), é visto nas sociedades capitalistas como uma distribuição que

condiciona o “fardo do componente doméstico do trabalho necessário recai desproporcionalmente sobre as mulheres, enquanto o provimento de mercadorias tende a ser desproporcionalmente de responsabilidade dos homens, cumprida por meio da participação no trabalho assalariado”. Consiste, especialmente, compreender que à medida que se clarifica como a divisão social do trabalho é gestada dentro dos ditames capitalista, observa-se que a base de sustentação desse sistema, coloca as mulheres em condições de ocuparem postos delimitados/determinados para a sua condição, empiricamente, relacionados com trabalho doméstico, que nesse caso, compõem campos desvalorizados e subalternizados. No entanto, a partir do arcabouço teórico que baliza nossas reflexões e que defendemos, coaduna com a tese de que a ascensão feminina no âmbito da produção compõe uma estratégia que instaura o rompimento de paradigmas atravessados pelo patriarcado, e será nessa perspectiva que lançaremos a lente para a compreensão da problemática que é gerada em torno do nosso objeto de pesquisa.

A partir do que foi apresentado anteriormente, não é por acaso, que num primeiro instante do nosso processo, sobretudo, no que tange o cenário profissional, tivemos a necessidade de buscar um crescimento que estaria aquém da profissão de instrutora de trânsito, cujo único caminho, aparentemente posto, seria o nível de formação superior. Sendo assim, no ano de 2016 ingressamos no curso de serviço social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com uma rotina de estudos e a tripla jornada de mãe, estudante, dona de casa e classe trabalhadora. Por conseguinte, não tivemos muitas oportunidades dentro da universidade, em virtude da falta de tempo e impossibilidade de dedicação exclusiva aos estudos. Não foi possível, acompanhar com profundidade a riqueza de conhecimento dos nossos queridos professores, conseqüentemente, não participamos de projetos de iniciação científica, de artigos, de conferências etc., pois era necessário cumprir a jornada de trabalho de 8 horas diárias e as demais demandas do lar e familiar. Dessa forma, a rotina acadêmica era composta por um ritmo que se resumia a sair às pressas da aula para chegar a tempo no trabalho.

No entanto, isso não nos impediu de viver a universidade e o seu conhecimento, pelo o contrário, foi possível, dentro das condições subjetivas: ultrapassar os “muros da instituição”. No sexto período da graduação em serviço social, foi apresentada a ementa da disciplina de Pesquisa social I, a qual foi demandada a tarefa de ir a campo, com o objetivo de aproximar os discentes e capacitá-los para distinguir as principais correntes filosóficas do conhecimento, bem como, a teoria, o método e a criatividade (esse foi o nosso primeiro contato com a pesquisa científica).

A princípio, foi orientado pela escolha de um objeto de estudo que se aproximasse da nossa vivência, foi assim, que partimos a campo com a seguinte sujeita de pesquisa: “As mulheres que exerciam a profissão de motorista de ônibus”, essa primeira aproximação instalou impressões acerca do objeto de investigação, com algumas inquietações, a exemplo:” Como fazer pesquisa de modo

crítico”. É nesta conjuntura que precisava de respostas para as questões levantadas e observadas, e foi a partir daí que a temática acerca da análise da consciência de ser mulher exercendo uma profissão, majoritariamente masculina, surgiu como tema para a defesa do Trabalho de conclusão de curso (TCC), no entanto, a sensação de esgotamento não chegou.

Em meio a essa trajetória, foram surgindo novas concepções, modos de operar a produção e reprodução de conhecimento de forma madura, como por exemplo, o encontro com as epistemologias feministas utilizadas como uma ferramenta de base política, o que possibilitou compreender a dinâmica das determinações sociais, étnico-raciais, de classe, de gênero. A partir disso, fica claro que, compreendemos a essência do método fundamentado na perspectiva do materialismo histórico dialético, ou seja, concretizamos nossa pesquisa dentro de um fazer ciência e discernir conhecimento de modo que a consciência seja o meio de conhecer o universo, bem como, a dialética seja o movimento que tem como ponto de partida a busca de explicações racionais, coerentes, concretas, e por sua vez, a prática social seja instrumentalizada pela história, pela vida na sociedade e as relações que essas vão se constituindo, que por vez, segue o movimento da transformação.

Portanto, essa foi a trajetória que possibilitou alcançar o percurso para o ingresso do mestrado no ano de 2021 na Universidade Federal de Sergipe, e o encontro com as sujeitas de pesquisa de nossas análises, para além da concepção de objeto/participantes da pesquisa.

Essas considerações direcionam para, a representatividade de mulheres que exercem a profissão de motorista de ônibus na cidade do Natal/RN, que para além de qualquer outra compreensão, cuja dimensão de análise passou a ter como centralidade dos nossos estudos, a perspectiva do método materialista histórico dialético, com diálogo crítico e analítico contido e atravessado pelas epistemologias feministas, trazendo uma metodologia, ou pode-se assim afirmar, a utilização da ferramenta analítica para olhar um método de interconexão das esferas de multi dominação e exploração das mulheres - vale salientar, que nossos esforços partem de uma posição política, assim, contamos com os fundamentos contidos nas análises dos debates amparados pela Teoria da Reprodução Social (TRS), cujo olhar cirúrgico das feministas marxistas está balizado no método que demarca e envolve os estudos dos marcadores sociais a partir das bases na teoria unitária.

Nesse sentido, a perspectiva analítica das feministas marxistas constitui o farol para problematizar a discussão de que o gênero está relacionado como um mecanismo/consequência de aparelho de dominação, ou seja, por meio da teoria do sistema unitário ampliaremos o debate acerca do trabalho produtivo (produz valor), intrinsecamente, relacionado ao trabalho reprodutivo (que dar meios para que os outros possam trabalhar). Tal estudo visa compreender, analisar e investigar como o capitalismo condiciona as mulheres, bem como, explicar, como são gestadas as relações sociais

de classe, raça, gênero controladas pela dominação, exploração e opressão contida na sociedade regida pelo sistema heteronormativo - patriarcal - racista – sexista - capitalista.

Dito isso, em consonância com tudo que até aqui foi exposto, buscaremos manter o compromisso ético de uma pesquisa séria, organizamos nossas ideias por meio da compreensão dos marcadores sociais que rodeiam a nossa sujeita de pesquisa. Dessa forma responderemos a problemática apontada no primeiro contato com as participantes da pesquisa, voltando ao início dos questionamentos, para explicar as questões norteadoras relacionadas com o tema.

Em razão desta trajetória singular – que reside na aproximação da pesquisadora que é atravessada pela trajetória das sujeitas participantes – seguramente, para evitar o risco de uma compreensão errônea e de uma interpretação pautada no ecletismo, é para este intento, que reforçamos a nossa preocupação em fazer pesquisa enraizada nos princípios do método teórico-metodológico crítico-dialético, sem que seja abandonada as potentes contribuições das epistemologias feministas, sobretudo, a do feminismo marxista e feminismo negro. Ou seja, enxergamos que por meio dos estudos das epistemologias feministas (feminismo marxista) é possível reunificar o debate teórico em prol da luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Além disso, é possível esta apreensão metodológica, em virtude do que está disposto nos parâmetros ideológicos que assentam o código de ética do assistente social. Portanto, nossa dissertação segue o princípio VII que trata o pluralismo como norteador para a conduta profissional do (a) assistente social. Sendo assim vale salientar que no princípio VII do código de ética do (a) assistente social estar proporcional ao que foi posto constitucionalmente no artigo 5º, inciso IV, que trata da liberdade de pensamento, ambos nos remetem a necessidade de constante aprimoramento intelectual, com isso, nossa pesquisa estar em consonância com os princípios dispostos em resolução de Nº 273, de 13 de Março de 1993 que instituiu o código de ética profissional do (a) Assistente Social e as outras providências por meio das diretrizes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – igualmente, estamos de acordo com Lélia Gonzalez (1984), antropóloga, filósofa, professora, escritora, intelectual, militante do movimento negro e feminista brasileira, quando explica que, não significa, necessariamente, que estamos renunciando a razão toda vez que for colocado em nosso discurso a emoção e a subjetividade, ao contrário, segundo a autora, entende-se que de modo geral esse pode ser pensado como uma forma concreta de compreensão menos abstrata e/ou metafísica.

Dito isso, utilizamos dessa contribuição epistemológica para ressaltar que por meio das nossas inquietações e posição política, cujos estudos estiveram relacionados com a tentativa de compreender como se gesta o sistema heteronormativo - patriarcal- racista - sexista - capitalista ¹,

¹Optamos pela utilização do hífen por corroborar com os estudos e discussões levantadas pela autora Saffioti (2015), por conseguinte, apreendemos o sistema por fase da leitura de sua totalidade, ou seja, em nossas análises partiremos da

que adentramos na contextualização do tema, dialogando com feministas marxistas, como a, Saffioti (2015), socióloga marxista, professora, estudiosa de violência de gênero, e militante feminista brasileira, que sinaliza por meio da metáfora do nó uma análise crítica e certa a respeito da unificação da estrutura de poder da ordem vigente dentro do sistema de dominação - exploração das mulheres.

Portanto, em uma naturalização do processo histórico de controle sob as mulheres não negras, bem como, as mulheres negras, as indígenas, entre tantas outras, incidem em relações sociais dentro de uma lógica no modo de trabalho, lançando a ideia de falta de capacidade produtiva, ao qual gênero, raça/etnia e classe estão desmerecidas e empobrecidas, para assim, usurpar dos meios de produção e reprodução, dito em outras palavras, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo, as mulheres negras, lésbicas, indígenas, com deficiência, não binárias, transexuais são condicionados às altas taxas de participação na força de trabalho relacionada com atividades desvalorizadas e com baixa remuneração, conforme consta nas pesquisas e levantamentos apontados pelos departamentos de estudos socioeconômicos no Brasil.

Assim, as relações que são estabelecidas no ambiente de trabalho passam pela esfera do poder e da hierarquia, bem como, expressa relações de dominação. Nesse cenário, o que se refere à produção social e a reprodução da vida, retratadas pela divisão social, sexual e racial do trabalho, corroboram para os espaços em que as mulheres foram colocadas. Por isso mesmo, que no aspecto que passa pelo campo da divisão sexual e racial do trabalho, nos parece coerente fazer o diálogo com aquela, cuja agenda, esteve voltada ao estudo da divisão social e sexual do trabalho (DSST), Helena Hirata, professora, filósofa brasileira que nasceu no Japão, reconhecida por ser especialista em sociologia do trabalho e do gênero, afirmou que, “[...] da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção de “conhecimento situado”, pois a posição de poder [...] ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas” (HIRATA, 2014, p. 61), ou seja, é possível compreender que não existe uma assimetria nas relações e que isso incide na própria divisão sexual e racial do trabalho, posto que, assume um papel fundamental na hierarquia de poder, correspondendo às restrições e as desvantagens, rigorosamente, direcionadas para as mulheres, ou seja, um nexos com a dominação, exploração de seus corpos, dos seus desejos, das suas expectativas, dos seus sonhos, do seu lugar e, até mesmo, da profissão que elas podem ocupar.

seguinte compreensão: Que o regime de dominação – exploração - opressão das mulheres, constitui fontes detentoras de poder que operam de modo unificado, sendo essas, peças constitutivas do mesmo sistema de dominação. Neste sentido, separá-los comprometeria o esforço de uma análise política e crítica.

É este aspecto que, apesar do progresso das mulheres nos espaços que passaram a ocupar, seja no âmbito pessoal e/ou profissional, fica nítido a forma como o sistema capitalista opera em prol de sua autogestão/promoção. E para compreender as ferramentas utilizadas pelo modo capitalista é que dialogamos, nesse ponto, com os estudos da Hirata – feminista materialista – traçando um debate com as feministas marxistas, sobretudo, sob a lente da Teoria da Reprodução Social (TRS) por compreender que se trata de uma ferramenta indispensável para aproximação do debate acerca da mulher dentro do centro de poder masculino. Por outro lado, não descartaremos ideias que coadunam com a compreensão da análise levantada na problemática de nossa pesquisa, mantendo como aspecto central a representatividade das mulheres motoristas de ônibus da cidade do natal/RN.

Dessa forma, mantém-se como tema de nossos estudos, a tentativa de compreender como se gesta, a dominação, a exploração e a expropriação das mulheres dentro do modo capitalista, cujas questões norteadoras estão, intrinsecamente, relacionadas com a perspectiva da égide do trabalho produtivo e reprodutivo no sistema capitalista. Dessa forma, apontaremos um debate teórico metodológico com as questões de ordem dialética, de igual modo, para a construção do quadro teórico e dentro do nosso processo de amadurecimento como mestranda pesquisadora (que nos compõe e atravessa) na seriedade da pesquisa social.

Sendo assim, buscou-se no presente estudo analisar a representatividade de mulheres que exercem a profissão, majoritariamente e socialmente, direcionadas para o gênero masculino, a profissão de motorista de ônibus. Manteve-se como *locus* da pesquisa, particularmente, a região metropolitana do natal/RN, considerando-se apenas o núcleo urbano: Natal; Parnamirim; São Gonçalo do Amarante; Macaíba e Extremoz.

Inicialmente, foi previsto e deferido via parecer do comitê de ética, que a nossa pesquisa de campo se daria com a aproximação de 7 (sete) motoristas de ônibus, no entanto, apenas 3 (três) ficaram disponíveis e acessíveis para a participação, portanto, diante desse cenário, em meio aos caminhos possíveis foi que a nossa pesquisa esteve conduzida sob a base das técnicas metodológicas da teoria da Representação social (RS) balizada nos estudos propostos em Moscovici (1961) como fonte analítica para compreensão das particularidades e especificidades que atravessam os fragmentos de fala das sujeitas participantes. Dito isso, foi estabelecido contato direto, no primeiro momento via e-mail e *WhatsApp*, e posteriormente, encontros com as participantes da pesquisa de forma presencial, que responderam às perguntas norteadas pelo instrumental: questionário semiestruturado, dividido em 5 seções, constando a identificação quanto a identificação de raça/etnia, classe e gênero; do traslado até o trabalho; da rede de apoio e financeiro; do âmbito pessoal; e do âmbito profissional, cujo perfil em se tratando da idade/faixa etária, abarca as motoristas mulheres habilitadas na categoria “D” (ônibus), de 30 aos 60 anos de idade. Vale

ressaltar, que ao longo da pesquisa não foi mantido nenhum tipo de vínculo com as empresas de ônibus e sindicatos rodoviários.

A partir deste cenário, a explicação teórica do objeto de estudo advém da premissa de que não se trata apenas de cunhar conceitos, o movimento que buscou-se fazer foi trazer à tona um debate rico que contribuirá para questionar os retrocessos notadamente presentes na sociedade capitalista, como por exemplo, a categoria preconceito, que em pleno século XXI, ainda marca de forma excludente as mulheres, principalmente, quando o assunto envolve a divisão social do trabalho, bem como a produção e reprodução da vida.

Dito isso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar até que ponto as mulheres que exercem a profissão de motorista de ônibus da cidade do Natal/RN participam de uma mediação social que gera a representatividade coletiva e individual do grupo social em que estão inseridas. Convém explicar que manteremos como pressa o que contempla, “Pesquisar e conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretendem induzir ou impulsionar um processo de mudança” (IAMAMOTO, 1999, p.62), de igual modo, apoiando-se nos seguintes objetivos específicos: a) Investigar o processo de apagamento, o papel da dominação e da invisibilidade sobre as mulheres dentro dos ditames do sistema capitalista. b). Compreender a divisão social do trabalho e a condição social das mulheres c). Analisar a representatividade construída coletivamente pelas mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN e as suas contribuições e visibilidades nas inter-relações.

Com isso, partiremos da tentativa de responder a seguinte problemática: Por considerar a representatividade como a posição daquele que estar nos espaços de decisão e de fazer com que outras pessoas também ocupem o poder de emancipação e transformação, é possível afirmar que ter mulheres exercendo profissões ditas como “masculinas”, sobretudo, a profissão de motorista de ônibus na cidade do Natal/RN, podem ser consideradas como uma ponte para a mudança da estrutura de poder vigente pelos determinantes capitalistas? Nesse sentido para a elaboração da problemática desta pesquisa, corrobora a compreensão de, Gil (1989), que sinaliza para a necessidade de trabalhar informações, que inicialmente, serão postas como “noções iniciais”, para alcançar um estágio de refinamento, sendo demarcadas por meios de fatos empíricos, não apenas, mera percepção pessoal do pesquisador.

As formulações que constituíram a compreensão do pressuposto, incide no viés de que o modelo liberal consolidou uma visão binária de mundo, dividindo-o em esfera pública e privada, respectivamente, a primeira sendo colocada como o espaço que deve ser ocupado por homens, considerado como mais valorizado, enquanto o último é colocado no campo da reprodução, do inferior, o lugar de pertencimento da mulher. Desse modo o poder político institucional é estruturado

e mantido como um campo de exclusões de classe, de raça, de sexualidade e de gênero, de modo que, dissemina dentro dessa lógica, a desvalorização do feminino.

Vale salientar que as relações sociais se manifestam a partir de estereótipos, posicionamentos, palavras, atitudes, bem como, no momento que as mulheres passam a exercerem a profissão de motorista de ônibus, majoritariamente, ocupada por homens, chega a disparar e provocar uma mediação centrada pelo campo político e social, podendo contemplar uma transformação da ordem posta pelos determinantes da sociedade heteronormativa, patriarcal, racista, sexista e capitalista. De igual modo, seguramente, as mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN adotam em suas histórias um processo de representatividade, caracterizadas por condutas de comportamentos, sentidos de resistência, de comunicação, de espaço de decisão, de transformação e de resiliência frente às imposições das estruturas de poder do sistema vigente, com isso, provocando a transformação coletiva e individual do meio que estão inseridas. No entanto, muito aquém de apenas estarem inseridas em postos de trabalho “dito masculinos”, é necessário compreender como se gesta e segmenta as esferas públicas e privadas, bem como, analisar o cerne da estrutura que alimenta e renova a força do sistema capitalista.

Dito isso consideramos que os estudos contidos em nossa pesquisa serão de extrema relevância para a sociedade, bem como, para o meio acadêmico, uma vez que compreender o significado da representatividade de mulheres e os estímulos que essa resulta para a superação da ordem social, cultural e econômica vigente, nos direciona a necessidade de lutar pela equidade de gênero, raça, etnia, classe. Essa assertiva coaduna com a emancipação humana e a igualdade de gênero que constituem uma agenda que carrega urgência, de tal modo, que as mulheres motoristas de ônibus, corroboram para manter vivo esse rico debate, neste sentido, o cenário que as mulheres motoristas de ônibus passaram a ocupar são atravessados pela posição (consciente ou inconscientemente) de enfrentamento e superação do preconceito, da discriminação, da dominação e da violência tão latente dentro da sociedade capitalista.

Nesse processo, nossos debates, reflexões e discussões compreendem uma pesquisa centrada em análises e percepções da categoria mulheres², dentro do marco da teoria da representação social (RS) sob a lente da Teoria da Reprodução Social (TRS), no mesmo passo em que reuniremos em nossos estudos um aporte teórico que analisa como as desigualdades representadas pelo gênero são agravadas pela raça, classe e os demais marcadores sociais, e as

² Trata da perspectiva de sair do lugar da categoria mulher e chegar na realidade “dessas mulheres”, estudar no plural considerando os marcadores sociais que determinam um conjunto de opressões para a vida e os corpos dessas mulheres, sobretudo, responder a algumas perguntas: Quem são essas mulheres?; Como romper com os preconceitos rotulados por estereótipos?; Onde estão as mulheres negras, brancas, pardas, mestiças, indígenas, com deficientes, transexuais, cis, bissexuais, binárias, não binárias, analfabetas, intelectuais, desempregadas, entre tantas outras, em nossa sociedade.

imbricações e os limites potencializados pelo sistema capitalista que retarda o processo de transformação em busca da equidade.

Igualmente importante é o fato que partimos do princípio: A representação social dentro do processo de transformação social, além disso, o respeito às mulheres, sujeitas, trabalhadoras, mães, filhas, companheiras, qualificadas, como representatividade (conscientemente, ou não) que reforçam a necessidade de ultrapassar a ordem posta pela heteronormatização do sistema que traça o perfil do indivíduo e a sua reprodução social. Corroborando com a concepção de, Oliveira (2020) que qualifica como humanas trabalhadoras, pensadoras, cientistas, ativistas, militantes, mas também nos coloca diante do esteio da opressão, da dominação, da exploração, da discriminação, da segregação, da estigmatização e de tantas outras dores patrocinadas pelo sistema heteronormativo - patriarcal - racista -sexista - capitalista o que contribuem de modo veemente para as práticas de violências pintadas, bem antes, do processo de colonização pelo o grupo que detém o poder. Considerações desta ordem, versa com a compreensão de que na sociedade capitalista existe uma heteronormatização³ por meio de contratos simbólicos impostos por diversas ordens, uma delas, consta no patriarcado, que por sua vez, estão intrinsecamente relacionados com o sexismo, o racismo, e todos estes, representam um modo de controle, exploração, opressão e dominação das classes sociais subalternizadas pelo processo histórico de dominação, silenciamento e apagamento. Ou seja, particularmente, no que tange as sujeitas participantes da pesquisa, vale destacar que, em suas vivências além de carregarem as desigualdades que transversalizam a categoria mulheres, e que no processo histórico foram marcadas como identidades minoritárias, esquecidas e silenciadas, essas também são estereotipadas por meio do binarismo de gênero e de sexualidade, posto que no processo de colonização da heteronormatividade compulsória as mulheres que ocupam cargo, ditos como masculinos, carregam, conforme as palavras de Oliveira e Maio, (2016, p. 160 - 161) a materialização de normas regulatórias, que cria uma hegemonia heterossexual normativa, ou seja, o olhar que é posto para as mulheres que exercem a profissão de motorista de ônibus as coloca enquanto um ser masculinizado, posto que ocupam funções ditas como masculinas.

De forma geral, dado esse preâmbulo, esta dissertação amparada na temática de investigação, buscou compreender como tange as configurações do trabalho; como se gesta a produção social e a reprodução da vida, a partir da análise da representatividade de mulheres que

³ O processo de heteronormatividade é reproduzido em nossa sociedade, conforme explica, SILVA, 2007; HALL, 2007; LOURO, 2009; BUTLER, 2010; ROCHA FILHO, 2010, por meio de Leis, de religião, de políticas públicas, de costumes, de línguas, de símbolos, e que condicionam pessoas ditas na sociedade como diferentes a serem submetidas a diversos tipos de violência. Podendo sofrer a exposição de exploração, desempoderamento, violência sistêmica, imperialismo cultural e marginalização, como dito em Young (2009).

exercem a profissão de motorista de ônibus na cidade do Natal /RN sob as lentes da Teoria da Reprodução Social.

Feito tais esclarecimentos, apresentaremos com maior especificidade a organização do presente estudo, que se encontra dividido em três capítulos. Por sua vez, foi exigida de nós a reconstrução do processo histórico de dominação em que as mulheres foram institucionalizadas dentro da sociedade; As determinações para a produção e reprodução da vida social; As epistemologias feministas como uma ferramenta analítica, política e sócio cultural; A ancestralidade e a memória como categorias analíticas e ferramentas capazes de superar a ordem conservadora, uma vez que é essencial conhecer as marcas que atravessam, compõem e estruturam as mulheres ; A compreensão da teoria unitária; Por fim, preconizaremos o serviço social inserido no enfrentamento a todas as formas de discriminação e preconceito. Ademais, teceremos um debate crítico entre os capítulos.

No capítulo I, intitulado, “De Lucy à Maria’s e o processo histórico da institucionalização da dominação sobre as mulheres”, cujo subtópico, “Ancestralidade das mulheres: O silenciamento histórico e a memória , uma discussão sobre o caráter político, social e o instrumento de luta”, estiveram centrados na pergunta que nos propomos a responder no percurso do capítulo: “Onde está localizada a mulher na história?”, nesse intento, partimos do pressuposto que a história da mulher não foi contada e escrita por ela, de igual modo, que existe o aspecto de dominação sobre as mulheres. Aqui buscaremos descrever, dentro do contexto histórico, o lugar que as mulheres foram colocadas ao longo da história.

No capítulo II discutiremos, de modo geral, a divisão social do trabalho, cuja análise está balizada na busca pela compreensão da condição social das mulheres.

No terceiro e último capítulo, intitulado por “Produção social e reprodução da vida: Analisando as motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN, sob a lente da TRS, dividido em três subtópicos, respectivamente, “Por que a mulher?”: Uma análise sobre o trabalho, mulheres, corpo; “Padrão específico de dominação e a ordem do patriarcado”; “Representatividade construída: Em foco as motoristas de ônibus”.

Dessa forma, ao longo do processo de pesquisa buscou-se fazer o recorte da história de dominação sobre as mulheres por meio de conquistas e domínio dos seus corpos; do poder masculino; dos conflitos; da revolução/contra-revolução; das guerras; da resistência; da fome etc., tendo vista que dentro desses ditames o lugar posto para as mulheres foi o de subalternidade. Nesse sentido, incorporamos o diálogo com os dados coletados, apontando os aspectos que compõem a dinâmica das sujeitas pesquisadas, a análise da representatividade construída coletivamente, o sujeito político nos espaços de decisão e de transformação social, e as mulheres motoristas de ônibus no fluxo do movimento em direção a superação da estrutura de poder capitalista. Nesse momento,

pode ser considerado como o ponto chave para as nossas discussões sobre a categoria trabalho, que o diálogo feito entre os capítulos, nos encaminha como um processo de preparação para a análise dos fragmentos das falas das mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN, que vez dialoga com o arcabouço teórico que serve de aporte para os nossos estudos.

O trabalho encerra com a sessão das considerações finais, recuperando conceitos e elementos importantes para as nossas reflexões. Por conseguinte, essa dissertação foi submetida ao comitê de ética conforme as exigências da resolução vigente, cuja situação do parecer de número: 5 817.000, teve como resposta o parecer consubstanciado do comitê de ética em pesquisa (CEP): Aprovação. Vale ressaltar que a participação de todos os indivíduos da pesquisa só foi possível através da autorização por meio da assinatura e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao final da pesquisa os participantes terão acesso aos resultados mediante a entrega da versão final da dissertação via e-mail.

A partir de então, foi necessário recorrer aos autores intelectuais das epistemologias feministas marxistas, algumas correntes do feminismo negro, bem como, a historiadores e antropólogos por considerar que esse arcabouço teórico assumirá a base que a nossa dissertação precisa. Além disso, é com muito afincamento, que buscamos ao longo de nossa pesquisa contribuir para o serviço social e os demais espaços de discussões. Com isso, nossas análises não estão restritas apenas a leitura de quem tem trânsito em debates específicos, como por exemplo, nas discussões de gênero, compreendemos que o nosso material terá uma circularidade em estudantes que estão iniciando no campo acadêmico, dando os seus primeiros passos na graduação, bem como, estudante que estão iniciando as leituras sobre categorias que perpassam o serviço social.

Nesse intento, contaremos com o arcabouço teórico de autores (as) que estudam de forma minuciosa as categorias apontadas pelo sujeito da nossa pesquisa, sobretudo, ao que diz respeito à teoria da Reprodução Social (TRS) por se tratar de uma construção ontológica e dialética como meio da compreensão da totalidade. Nesse sentido, inicialmente, manteremos a centralidade do debate nos estudos de Tithi Bhattacharya (2013); Cinzia Arruzza (2010), Lise Vogel (2022), entre outras, por conseguinte, o debate da Teoria da Reprodução Social buscou investigar como raça, gênero e classe se conectam de modo unitário e como as relações se reproduzem, alcançando assim, a produção do valor e a reprodução da vida.

A essa altura, esperamos que esteja nítido o nosso esforço, de forma não pretensiosa, o de lançar luz na renovação histórica do marxismo, recuperando a explicação dos fenômenos e dialogando com autoras(es) que busquem em seus estudos compreender a opressão dentro da dimensão da dinâmica entre o social e o econômico.

Nosso arcabouço teórico foi formado pelas historiadoras Gerda Lerner (2019); Sophia de Beaune (2019); Margarita Díaz (1998); Mariana Zanchetta (2021), entre outras, por considerar as

categorias da ancestralidade e da memória como elementos políticos e constitutivos da compreensão da história das mulheres e o processo ao quais as mulheres foram condicionadas ao longo do tempo, por outro lado, recorreremos as/os autoras/es que demarquem seus estudos dentro da discriminação contra as mulheres, que discutam sobre o processo de opressão e dominação dos corpos considerados dentro da sociedade regida pelo sistema capitalista, como corpos subalternos e desvalorizados, correspondendo em uma segregação social, silenciamento, esquecimento de sua própria história, entrelaçadas na divisão sexual e racial do trabalho.

Os estudos das autoras Lélia Gonzalez (1984); Carolina Maria de Jesus (2020); Eunice Léa de Moraes (2014); Bell Hooks (2019); Patricia Hill Collins (1991); Beatriz do Nascimento (2018), outras (os), provocam uma instigante reflexão sobre desigualdade racial e de gênero, recorrendo a um estudo cirúrgico, ao qual busca compreender a subordinação estrutural sofrida por um grupo específico de mulheres, sendo elas, identificadas como negras, não negras, indígenas, transexuais, com deficiência, lésbicas, binárias, não binárias, imigrantes, migrantes, entre tantas outras.

Contaremos com os fundamentos teóricos das autoras Angela Davis (2016) Heleieth Saffioti (2015); Helena Hirata (2007); Silvia Federici (2021); Heloisa Buarque de Hollanda (2019); Audre Lourde (2019); Judith Buther (2019); Sueli Carneiro (2011); Joan Scott (1999); Nancy Fraser (2019), entre outras (os) autoras marxistas, para a compreensão do sistema de dominação patriarcal, racista, sexista, capitalista.

Dito isso, a presente dissertação apreende categorias que dentro da comunidade acadêmica e do campo profissional do serviço social, são postas para o debate do processo de análise crítica, sendo essas: gênero, feminismo, sexualidade, trabalho, cultura, diversidade, violência, Estado, preconceito, opressão, que submete à lógica de que as mulheres não têm uma história própria, de que elas são apenas figuras de reprodução e que os espaços em que foram inseridas historicamente são naturais. De igual modo, a isso se acresce a articulação dos esforços contínuos e significantes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS), do conjunto Conselho Federal do Serviço social (CFESS) e do Conselho Federal do Serviço social (CRESS) que refletem as construções e as dimensões coletivas no sentido de conscientizar acerca dos moldes operados pelo controle e domínio da tríade do sistema patriarcal-racial-capitalista, sobretudo, nos países de capitalismo emergente, que gesta em nossa sociedade uma cultura de segregação. Da mesma forma, compreende-se que o exercício profissional no serviço social capta a diversidade de expressões de gênero, portanto, traz como urgência a compreensão de que a formação profissional está, intrinsecamente, relacionada com as condições de trabalho gestadas pelo modo capitalista.

Por fim, vale ressaltar que, conforme consta nos levantamentos feitos em 2022 pelo CFESS Conselho Federal de Serviço social, que apontam para o perfil das (os) assistentes sociais no Brasil, identificou que a diversidade de expressões de gênero, composto em seu universo pelo gênero

feminino cerca de 90% contabilizando 41.083 profissionais, se reverbera na extensão do retrato que demarca a sociedade capitalista, cuja profissão do cuidado está atrelada a mulher, sendo esse, algo não valorizado. Por outro lado, outras expressões de gênero precisam ser consideradas dentro de uma análise que considera a primazia dos direitos referentes ao reconhecimento da diversidade sexual, uma vez que 0,10% dos profissionais se identificaram com outras expressões de gênero, que não a feminina e/ou masculina.

Nesse intento, a categoria profissional que denuncia a violência e a in violação dos direitos, sobretudo, no que tange a diversidade sexual de gênero, traz luz a um debate caro para o campo do serviço social e que deve ser considerado uma vez que por trás do profissional do serviço social também existem dores que atravessam a sua subjetividade e que fala sobre as suas vivências.

Conforme reforça Santos (2017, p. 14)

Machismo, misoginia, racismo e LGBTfobia assumem novas e variadas formas de se manifestar e se reproduzir. Quando apropriada pela lógica liberal burguesa, a mudança linguística se transmuta no politicamente correto. Ou seja, modifica-se e valoriza-se a linguagem e o discurso, mas, não, na mesma intensidade e direção, o conteúdo das práticas cotidianas em sua historicidade.

Corroborando Barroco (2016, p.20) “O sistema de preconceitos exerce uma função social de controle e dominação”, criando no sujeito um lugar de não pertencimento e sentimento de incapacidade, sendo esse sentimento colocado como força motriz que busca ditar qual o lugar que o ser humano deve ocupar. Com isso, compreendemos que na profissão do assistente social existe uma linha que demarca uma força que resiste aos determinantes impostos pela sociedade capitalista e as suas expressões da questão social.

O mesmo levantamento feito pelo CFESS/2022 na seção que demarca sobre a pertença étnico-racial, cerca de, 22.255 dos profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta, parda, negra cujo total estima-se 50,34%, dado esse, que só reafirma que a nossa categoria profissional é em sua grande maioria atravessada pelo sistema de preconceitos, vejamos na figura 1:

Figura 1: "Perfil de Assistente social no Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício profissional", elaborado pelo Conselho Federal de Serviço social - CFESS/ 2022

Pertença étnico-racial	Assistentes Sociais	
	Frequência	%
Preta/Negra/Parda	22.255	50,34%
Branca	20.771	46,98%
Amarela	819	1,85%
Indígena	140	0,32%
Outra	227	0,51%
TOTAL	44.212	100,00%

Fonte: CFESS, 2022.

Portanto, permanece articulado com o enfrentamento de todas as formas de preconceito e discriminação tornando-se um compromisso ético profissional do serviço social conforme consta no artigo 3º do código de ético, regulamentado sob a Lei 8.662/93, que deixa explícito que “o/ a assistente social deverá contribuir, inclusive, no âmbito de seu espaço de trabalho, para a reflexão ética sobre o sentido da necessidade do respeito e promoção de oportunidades equitativas às pessoas com deficiência; prevenção e combate ao preconceito e discriminação”. Nessa mesma direção, passa a ser renovada por meio das oficinas regionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em serviço social (ABEPSS) a partir dos acúmulos das discussões contidas nas pautas definidas pelas gestões, sobretudo, a de 2023/2024 que dialogam com a questão étnico-racial que teve como tema a "Formação antirracista e projetos societários no contexto da flexibilização do ensino superior". Como uma forma de balizar os estudos em busca das produções e reflexões acerca do tema levantado em nossa pesquisa, nosso debate não se atém apenas a cunhar conceitos e concepções, mas sim, compreender de modo crítico o lugar que a mulher ocupa na sociedade nos dias atuais, cujo exercício analítico mantém-se vivo na função de analisar os alicerces que compõe a função do patriarcado em sua manutenção do capitalismo.

Outrossim, ao se ater a discussão do debate de gênero, classe e raça, sob a lente da TRS, estamos vestindo como responsabilidade a busca pela compreensão da dominação, exploração e expropriação das mulheres no sistema capitalista, bem como, os caminhos possíveis para a superação do modo de controle/poder vigente, conseqüentemente, somos atravessadas nesse primeiro momento pelo debate sobre o perfil da nova mulher, e como esse termo contribui para a concepção teórica sobre a posição de liberdade, autonomia, e equidade das mulheres nos dias atuais.

O termo “perfil da nova mulher” ganhou espaço no final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos em 1894, teve como pioneira a obra da escritora irlandesa Sarah Grand, que

influenciou de perto o feminismo do século XX, sobretudo, nos assuntos que envolviam o movimento sufragista, os direitos democráticos das mulheres, a autonomia e a ocupação das mulheres em espaços públicos e privados. A professora historiadora, Meaghan Clarke (2015), destacou em sua obra que no período Vitoriano existia um olhar voltado para a arte, à cultura e a escrita que sinalizava a representação das mulheres como uma figura de independência e inteligência

Dito isso, é pela defesa da democracia, consolidação da equidade, eliminação do preconceito, que a presente dissertação é uma extensão do que é proposto pelas entidades e conselhos representativos da profissão do serviço social posto que em seu exercício se vale de denúncias, estudos e a luta contra a violação dos direitos, a institucionalização da violência e a apreensão de toda e qualquer fonte que gere segregação. Sendo assim, a nossa pesquisa se vale do arcabouço teórico para analisar a representatividade das mulheres motorista de ônibus da cidade do Natal/RN e as implicações impostas por exercerem uma profissão majoritariamente masculina, dito em outras palavras tecemos um debate crítico, cuja análise se dar de modo maduro sobre os determinantes da sociedade, regida sob a ordem de dominação, exploração e opressão.

Nos aspectos que compõe os procedimentos metodológicos foram fundamentados buscando caracterizar o tipo de pesquisa, as fontes de dados, a classificação dos procedimentos, a natureza, a abordagem, o universo, o marco temporal a delimitação do local da pesquisa, o método para coleta de dados, o método de análise, a interpretação dos dados coletados e os resultados. Portanto, no que concerne à abordagem, o caminho percorrido para a construção desta pesquisa teve como pressa a pesquisa de campo e a bibliográfica. Esta pesquisa foi classificada como qualitativa do tipo exploratória/ explicativa, no que diz respeito à modalidade, se caracterizou com os aspectos contidos no Estado da arte, desenvolvendo leituras em torno da construção do quadro teórico por meio das literaturas específicas sobre o objeto, por meio de uma revisão teórica dos estudos desenvolvidos anteriormente.

O processo de pesquisa também contou com a exploração de campo por meio da coleta de dados no *locus*, contando com um roteiro de entrevista semiestruturado, bem como, instrumentais técnicos adotados como facilitador para responder a problemática, respeitando as experiências experimentadas pelas mulheres que exercem a atividade remunerada de motorista de ônibus na cidade do Natal/RN, mantendo um debate de caráter que é abastecido pelo referencial teórico. Dito isso, considerando aspectos que envolvem os limites da pesquisa, também foi necessário recorrer a pesquisa de cunho bibliográfico, com o aporte de produções acadêmicas, cuja contribuição delimita o tema, sujeito e *locus* de pesquisa discutido em nossa dissertação. Portanto, conclui-se que os procedimentos metodológicos traçados atenderam as exigências e as necessidades da coleta, da análise e da interpretação dos dados necessários para a materialização da proposta de pesquisa aqui

explicitada. Todas as entrevistas foram gravadas, posteriormente redigidas, e em todo processo, às falas das participantes foram respeitadas.

No que diz respeito às questões metodológicas, partimos da revisão bibliográfica por meio das produções nacionais acerca das temáticas estudadas neste trabalho, sequenciadas por outras etapas assim descritas:

Na primeira etapa: Em relação à busca, foram divididas em duas fases, na primeira fase foram pesquisados em três bases de dados e usando filtros de linguagem, tipo de acesso e ano publicação. Base de Dados: 1. CAPES; 2. BDTD; 3. Oasis.

Inicialmente foram realizadas buscas somente no Portal da Capes que resultaram no cruzamento de dados limitados e retornou exclusivamente artigos. Analisando sete resultados coerentes com a pesquisa decidimos buscar outras plataformas, na Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD) realizamos, primeiramente, buscas com termos e filtros iguais ao Portal de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoais de nível Superior (Capes).

Entre 273 (duzentos e setenta e três) resultados de dissertações retornou apenas uma dissertação coerente com a pesquisa, no Oasis as buscas também foram com termos e filtros semelhantes às buscas nas bases de dados anteriores, sendo que, retornaram 627 (seiscentos e vinte e sete) documentos entre teses, dissertações, artigos e TCCs. E desses seis centos e vinte e sete documentos, apenas seis foram considerados pertinentes para nossa pesquisa.

A **pesquisa 1** foi realizada fazendo uso dos seguintes termos e combinações:

1. “mulheres” + “trabalho” + “representação social”
2. “mulheres” + “profissão motorista”
3. “mulheres” + “profissão motorista” + “divisão sexual do trabalho”
4. “mulheres” + “trabalho” + “profissão motorista”
5. “mulheres” + “motorista” + “divisão sexual do trabalho”
6. “mulheres” + “divisão racial do trabalho”.

Na **busca 1, 2, 3, 4, 5 e 6** foram utilizados os filtros de período (2016/2021), de linguagem (português) e Acesso Aberto (Open Access), na **busca 4 e 5** seguiram os filtros acima, com exceção do filtro de acesso aberto. Na **busca 1** retornou quatro documentos de 11 na Capes; 1 documento de 196 na BDTD; 6 documentos de 627 no Oasis. Na **busca 2** retornou 2 documentos de 77 na Capes. Na **busca 3** retornou 1 documento de 15 na Capes. Na **busca 4** retornou 1 documento de 6 na BDTD. Na **busca 5** retornou 1 documento de 2 na BDTD. Na **busca 6** retornou 4 documentos de 491 na Capes. Nesse sentido, encontramos 19 produções científicas que corroboram com a temática elencada em nossa pesquisa.

No segundo momento, na medida em que nos aproximávamos do objeto de análise, uma nova busca foi feita, por considerar que essa refletia o processo de amadurecimento da pesquisadora. Encontrando como retorno na seleção de todos os campos- “teoria da representatividade”, e todos os campos - “feminina”, ambos no período: 2016-2021, 23 documentos, sendo que, apenas 2 documentos foram úteis. Quanto às buscas sem resultados pertinentes destacamos as seguintes: "relação de trabalho" "poder e hierarquia"; "relação" "mulheres" "capitalismo"; “divisão sexual e racial do trabalho”.

Dito isso, o percurso de materialização desta pesquisa se pauta na constituição da epistemologia passível de desvelar a realidade, desse modo, consideramos que a partir da perspectiva teórica-metodológico do método materialista histórico dialético, por meio da teoria unitária, será possível compreender as categorias contidas em nossa pesquisa, com isso analisar os fenômenos envolvidos e transformar a realidade como um instrumento político.

Nesse sentido, no que diz respeito aos pressupostos epistemológicos do trabalho, o caminho apontado como base para os nossos estudos foi o método dialético, como a própria derivação que compõe o objeto, bem como, a contradição dos fenômenos que o cercam. De igual modo, foi feito um esforço em todo o processo de construção desta dissertação a investigação da problemática apontada pelo objeto, trazendo luz ao esforço de enxergar apenas o que de fato é material. Nesse sentido, na apresentação do livro, O’capital (2017, p.35), o autor Jacob Gorender, reitera que, “O próprio Marx não descansava enquanto não houvesse consultado todas as fontes informativas de cuja existência tomasse conhecimento”.

Sob o aspecto que perpassa o *locus* de estudo e as sujeitas participantes dessa pesquisa, a nossa aproximação com as motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN, ainda no período de graduação, cujo tema do Trabalho de Conclusão do Curso foi, às mulheres motoristas, oportunizou nosso sucesso na etapa de acolhimento e convite das participantes para a construção desta dissertação. Dentre as principais, orgulho, pró-atividade, aceitação, interesse, receptividade, foram algumas das manifestações apresentadas em nosso primeiro contato com as mulheres motoristas de ônibus. Diante do exposto, consideramos que a partir desse primeiro contato com as motoristas de ônibus da cidade do Natal/RN, ainda no ano de 2018, o solo foi preparado e plantado, para que hoje fosse possível a consolidação de nossos estudos nessa etapa da construção da dissertação.

Levando-se em consideração que o cenário pode ter mudado, tivemos como cuidado inicial confirmar quantas mulheres continuavam exercendo a profissão de motorista de ônibus na cidade do natal/RN. Entramos em contato com sete profissionais, dentre elas, apenas duas confirmaram estarem exercendo o cargo de motorista, as demais: uma encontra-se afastada, submetida à perícia médica em virtude do grau de estresse e ansiedade (desenvolvidos enquanto estava em exercício da profissão); e as outras motoristas não retornaram o contato.

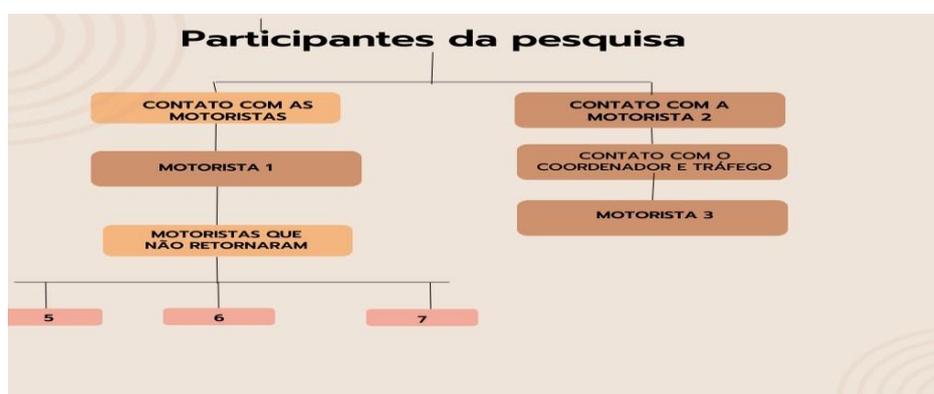
Posteriormente, recebemos de uma das motoristas o contato do coordenador de tráfego de uma empresa de ônibus, que logo, se prontificou em nos ajudar. Vale ressaltar que foi construído uma rede de conexão, ajuda, incentivo, constante apoio, e para todos os lados que caminhávamos a fala sempre era a mesma: “Supervalorização e curiosidade com a nossa temática de estudo”. Consecutivamente, um sentimento de motivação crescia em nós, com profunda alegria e orgulho por tudo que havíamos construído. Assim, recolhemos o contato de uma motorista de ônibus.

Contudo, do contato com as setes motoristas, apenas três confirmaram o interesse em participar da nossa pesquisa, as outras quatro deixaram de responder nossas mensagens de convite. Dessa forma, foi necessário reavaliar o cenário posto e as condições reais para a efetivação da nossa pesquisa. Ademais, compreende-se que esse movimento feito na etapa de pesquisa de aproximação com a participante e *locus* de pesquisa pode ser caracterizado como a técnica de amostragem conhecida por “bola de neve” (*snowball sampling*), por meio da amostra lineal do grupo específico. Segundo, Bernardo (2005), a técnica de bola de neve é uma amostragem identificada como rede útil para estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas ou que não há a precisão sobre a quantidade. Sendo assim, explica, Vinuto (2014, p.205)

A amostragem de bola de neve é utilizada principalmente para fins exploratórios, usualmente com três objetivos: desejo de melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, e desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases sub seqüentes.

Elaboramos, para melhor compreensão da utilização da técnica de amostragem em nossa pesquisa, um fluxograma que expõe a rede construída ao longo da fase empírica:

Figura 2: Fluxograma da pesquisadora - Amostra lineal do grupo específico de participantes mulheres motoristas de ônibus da cidade do natal/RN



Fonte: Elaborado pela autora.

Em uma retrospectiva histórica, situamos o *locus* de pesquisa e o lugar que partimos, de igual modo, o cenário que particulariza o espaço ocupado pelos sujeitos dessa pesquisa. A capital do Rio Grande do Norte, região metropolitana do Natal, também conhecida como grande natal, reúne

15 municípios, formando a quarta maior aglomeração urbana do nordeste, e a décima nona maior região metropolitana do país. A mancha urbana contínua é formada por quatro municípios limítrofes, sendo eles, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Extremoz. Segundo consta nos dados do IBGE a área territorial do Natal equivale em 2021 a 167.401km², com população estimada de 896.708 pessoas, densidade demográfica 4.805.24 hab/km² (2010), com o Produto Interno Bruto (PIB/2019) no ano de 2019, de R\$ 28.113,21.

Para as intenções dessa pesquisa, nos ateremos aos dados retirados do site do “Detran/RN” - setor de estatística da Carteira Nacional de Habilitação – Registro nacional de habilitação (RENACH), considerando as informações pertinentes a “distribuição do número de Carteira nacional de habilitação (CNH) expedidas e a faixa etária, nos anos de 2020 – 2021. Vale ressaltar que a categoria “D” da Carteira Nacional de Habilitação, é caracterizada e prevista no artigo 143, que se refere à condução de escolares e transporte de passageiros, nesse sentido, o motorista habilitado nessa categoria, pode exercer funções, que não necessariamente, estejam ligadas à de motorista de ônibus. Dessa forma, ficou impossível determinar com precisão se os números contidos no “relatório de estatísticas do Detran/RN” estão relacionados, exclusivamente, com o ofício de motorista de ônibus.

Comparando o ano de 2020 com o mesmo período de 2021, é possível perceber o aumento da taxa de distribuição de expedição de Carteira Nacional de Habilitação: Em 2020 foram identificados 64 processos de abertura de mudança de categoria – categoria “D” – cerca de 0,17% das mulheres deram entrada no processo de mudança, enquanto, 1.523 homens, cerca de 1,9%, se submeteram a mudança da CNH. Enquanto em 2021, 101 mulheres (0,17%), para 2.468 homens (1,9%), mudaram para a categoria “D”.

Em consonância com nossa tese de investigação, consideramos alguns fatores que sinalizam respostas para interpretar os dados fornecidos pelo setor de estatística do Detran/RN, vejamos: em primeiro lugar que o acesso e função de motorista, independentemente, da modalidade teve uma crescente, o que antes era impossível de imaginar, hoje, se torna real – O mercado de trabalho no segmento de motorista de ônibus, houve uma crescente, sobretudo, na demanda profissional. Foi observado que no ano de 2016 a profissão de cobrador foi extinta, deslocando esses profissionais para o cargo de motorista (mediante a capacitação profissional); tese 2 - As mulheres passaram a ocupar espaços/postos de trabalho que superam os limites pré-determinados pelo marco do patriarcado; tese 3 – A representatividade dessas mulheres pode ser considerada como uma fonte de inspiração, conquista e avanço.

Por fim, vale ressaltar que durante toda a produção dos capítulos manteremos uma aproximação com espaço exíguo das participantes dessa pesquisa, respeitando as suas falas e dialogando, diretamente, com o corpo teórico que compõe o campo de estudo.

CAPÍTULO 1: DE LUCY'S⁴ A MARIA'S⁵ E O PROCESSO HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DOMINAÇÃO SOBRE ÀS MULHERES

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo (In: *Poemas de recordação e outros movimentos*, 3.ed., p. 24-25)

Partiremos do pressuposto que a história, sobretudo, a história da mulher é contada e escrita sob a égide que beneficia “a todos”⁶, menos a ela própria. Vale acentuar que se tratando da dominação das mulheres, foram inúmeras as situações vivenciadas pelas mulheres ao longo da história, que nesse caso se tornaram peças fundamentais para a consolidação do patriarcado. Além disso, a sociedade molda uma identidade, na qual se estende até o campo profissional, posto como

⁴ Fóssil de *Australopithecus afarensis* de 3,2 milhões de anos, exemplar fêmea de 1,1 metros de altura, descoberto em 1974 pelo professor Donald Johanson. A descoberta reescreveu a história da humanidade, sendo comprovado que andava usando os dois membros inferiores.

⁵ Segundo dados do IBGE: desde 1930, o nome “Maria” é o mais utilizado.

⁶ Quando contextualizamos o desenvolvimento da sociedade capitalista, a história aponta que uma pequena massa da população, composta, especificamente, por pessoas ricas, brancas e socialmente dentro dos padrões e estereótipos, entram na seara do privilégio e benefício. Nesse intento, analisar a história da mulher remete a compreensão dessas tiveram suas histórias contadas por outros, e foram subvertidas a ordem de poder vigente no sistema capitalista.

uma espécie de identidade sexual, desse modo, quando a mulher está em um espaço diferente daquele que foi condicionada, passa a ser discriminada.

Dito isso, analisaremos a categoria “mulheres”, bem como, a divisão sexual e racial do trabalho como a categorização da relação desigual das atividades designadas para o feminino e/ ou masculino, respectivamente, como trabalho reprodutivo e produtivo.

1.1. Ancestralidade das mulheres: O Silenciamento histórico e a memória, uma discussão sobre o caráter político, social e o instrumento de luta

É nessa gênese, que a nossa pesquisa considera que para chegar até os dias atuais é necessário percorrer o caminho contrário, contar à história que foi esquecida e ignorada, seguir a compreensão de ter o olhar voltado para o passado, presente e futuro, por fim, apontar as mulheres de diversos tempos: as primeiras mulheres, deusas, assinaladas por diversos momentos como demônio; A mulher coletora da idade da pedra- 4000 a.C., a mulher do período da antiguidade - 476 a.C., a mulher da idade média – 1453 d.C.; A mulher da idade moderna – 1789 d.C., para só então, retornar a idade contemporânea e compreender a disputa de poder e dominação dos dominantes sobre as mulheres, que tem como alicerce padrões e comportamentos determinados socialmente pelo campo movido pelos desígnios da religião, da cultura, e/ou da política.

A sub-representação feminina nos meios de comunicação, a violência e o ódio propagado a ela, a experiência de perseguição, de medo, de silenciamento e de invisibilidade são marcas cativas dentro da sociedade, sendo que, foi no seio desses traços que as mulheres foram retratadas ao longo dos tempos: de modo misógino. Brota daí padrões de imposição a invisibilidade dada às mulheres, de modo que a história que foi constatada nos livros retrata um padrão de fragilidade, de insegurança, de descontrole, e em tantos outros momentos, de apagamento, visto que as mulheres negras, lésbicas, indígenas, não binárias, entre outros grupos condicionados a subalternidade, foram postas na seara do esquecimento.

Como exercício de reflexão/descrição, elencaremos algumas características inerentes às mulheres em diversos momentos e aspectos, sem perder de vista o debate que centraliza essa seção, a de que as características, os padrões de comportamento, e em alguns casos, as falas e o posicionamento foram ditados por um sistema de controle e dominação.

Recorremos aos escritos da autora mexicana Martha Robles, que escreveu *Mulheres, mitos e deusas* em 1996, que narrou e interpretou o papel social da mulher. O trabalho da autora Robles (2019, p.11), segue uma cronologia histórica, considerada como atemporal, explica que:

Visita Lilith, a lua negra dos tempos imemoriáveis; as deusas gregas, as entidades míticas e as personalidades marcantes da antiguidade e da idade média; destaca rainhas como Catarina de Medici e as várias faces da Virgem Maria, que simbolizaram o poder e a piedade da Renascença à Modernidade; e finda sua viagem na primeira metade do século XX, berçode verdadeiros ícones da liberdade, da irreverência e da inteligência feminina, como Virginia Woolf e Simone de Beauvoir. E dentre tantas protagonistas, dá visibilidade também a figuras pouco conhecidas fora de seu país natal.

A subjacência da história das mulheres e o desígnio do seu papel social é retratado na história a partir de um sentido que é próprio da condição de ser mulher – inclinação para a proteção e o desenvolvimento da vida. Robles (2019, p.16):

Uma criação que era inicialmente exclusiva do poder absoluto de Deus que, ao repensar o processo reprodutivo da humanidade, compartilhou-o conosco, mulheres, a fim de que participássemos de sua essência na dupla tarefa de preservar a espécie ao sermos fecundadas pelos homens e inspirar o movimento para o despertar racional.

Portanto, essa ilustre designação das demandas postas para o ser mulher, invoca um movimento de controle e dominação, delineado a partir da reprodução como meio de assegurar a sobrevivência de uma espécie, por outro lado, como resposta aos comandos postos dentro dessa relação, converteu-se em: caos, dominação dos corpos das mulheres e inclinação para a injustiça e a brutalidade.

Essa designação corrobora nas tarefas pré-estabelecidas e atributos relativos a cada gênero, carregadas de contradições e postas ao avesso da equidade, a figura masculina é envolta pelo manto da força, da guerra e do poder, concentrando-se em demandas que exija dele práticas racionais. Enquanto, por sua vez, as mulheres foram condicionadas socialmente para a preservação da vida, e mesmo que seja posta dentro dos padrões de algo divino e puro, esse designo de conceder a vida, se resume a uma mera obrigação, e como tal, não é permitida que seja questionada e confrontada.

Por outro lado, existe um segundo movimento na história, aquele que se esforça em colocar as mulheres, que fogem da ordem do “natural” como sendo loucas, impulsivas, descontroladas e com uma anomalia que fere a ordem da passividade, essas mulheres foram retratadas com uma peculiaridade que podem levá-la a desvirtuar sua “linda missão”: a da reprodução.

Surge, portanto, a Lilith⁷, depois concepção/imagem da Eva⁸ e sua estirpe foi condicionada ao fracasso, a punição pela sua desobediência a ordem do belo Criador e por ter optado por caminhos diferentes daquele que foi condicionada.

Bem como aponta Robles (2019, p.17),

[...] As Heras doentes pelo ciúme de seu Zeus luxurioso, as Afrodites em busca do amor; Uma Circe feiticeira, senhora de seus domínios tão versada na arte da palavra quanto hábil em transformar homens em porcos; há também Cassandras portadoras do dom da profecia, ainda que condenadas a que nunca se acredite nelas; Atena combativas, esposas que atacam os maridos com um machado e incorrem na síndrome de uma Clitemnestra sem recurso de salvação; Medeias matricidas, enlouquecidas pelo desamor e pelo abandono; ou Ledas ingênuas que, sentada em seus banquinhos ao pé da lareira, são seduzidas por um cisne que as penetra depois de deslizar ao longo de seus peitos.

É desse lugar que falamos, e é a essas mulheres que recorremos para alcançar as perguntas apontadas pelo objeto da nossa pesquisa. Mulheres vistas como loucas que tiveram suas histórias contadas por outros, que foram silenciadas e apagadas, ou até mesmo, aquelas mulheres que certamente foram quebrantadas, que padeceram nas chamas da fogueira, ou em meio à perversidade das acusações. Mulheres que vivenciam desde os primórdios da humanidade a violência regida pelo conservadorismo, transgressões dos direitos e um brutal domínio de seus corpos.

Outro momento regido pela égide dos sistemas de opressões, observado em nossos estudos como uma forma de resgate, ditado pelas manifestações das mulheres, que passaram a romper com os padrões de dominação dentro dos seus lares, das suas culturas e com os seus pares. Ou seja, mulheres que, em seu tempo e do seu modo, romperam com as amarras de controle e domínio masculino, especialmente dentro da ideia concedida para os homens: a da cultura seleta do privilégio masculino.

Dito isso, propomos uma periodização histórica, esquematizada na figura 3, separando os principais períodos e como a mulher foi institucionalizada dentro dos moldes da sociedade, sendo este, responsável pelo silenciamento dos povos subalternos, o que, consecutivamente, direciona para um recorte de apagamento da sua história e esquecimento de sua memória.

⁷ Lilith é ímpeto sexual, mulher emancipada e em fuga, sombra maligna por se haver considerado em pé de igualdade com os homens; é igualmente a mais remota concepção feminina, que transmigrou para o judaísmo pós-bíblico a partir da mitologia da antiga Suméria como a primeira mulher de Adão. [...] O resultado é o mesmo em quase todas as culturas que reconhecem nas mulheres uma potência sexual, periculosidade inequívoca, sobretudo no momento em que as tribos transitaram para estabelecer um patriarcado que, para se legitimar, tinha de desqualificar a autoridade feminina. (Robles, 2019, pp.35-36)

⁸ Eva que, ao comer do fruto da árvore da sabedoria, seduz Adão e desencadeia o processo que culmina com a expulsão do casal do paraíso, marcando o princípio de uma condição caracterizada pela dor, pelo trabalho e pela morte para toda a humanidade. [...] Com a humanização de Eva, o mundo realizou a etapa da morte de Deus e o renascimento racional por meio da paixão e do esquecimento. Eva está encarnada em cada mulher que pensa. Eva renasce naquela que, por seu talento criador, repete os ciclos da queda, da culpabilidade castigada e da restauração da ordem de uma fecundidade que não pode ser detida (Robles, 2019, pp. 38- 42).

Figura 3: Periodização temporal: localização histórica da mulher



Fonte: Elaborado pela autora.

O paleontólogo americano Donald Johanson e a sua equipe, descobriu na Etiópia em 1974 na região de Afan, o que hoje é conhecido como nosso “primo próximo” o *australopithecus afarensis*, batizada por “Lucy”, conforme apresentaremos na Figura 2, identificada como uma fêmea, sua descoberta ficou na história como um feito no mundo da arqueologia: O primeiro fóssil recuperado com 40% do esqueleto de um hominídeo, viveu na África há mais de 3,1 milhões de anos com um pouco mais de um metro de altura, pesava 29 quilos.

Nas figuras 2 e 3 evidenciam que as descobertas proporcionaram investigar hábitos, costumes e traçar um perfil dos nossos antepassados e como se deu a evolução da nossa espécie:

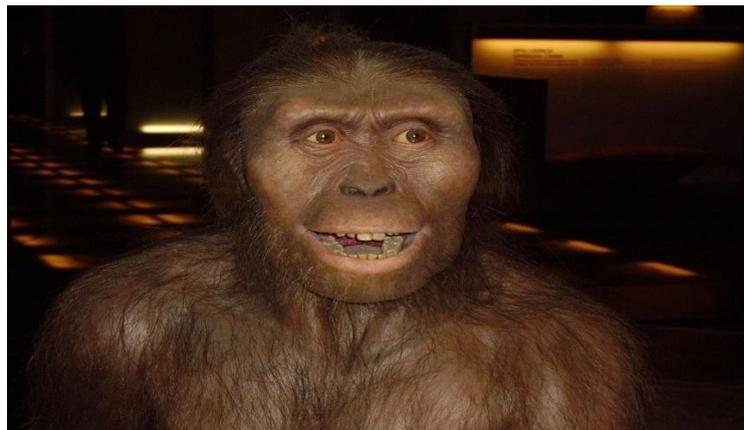
Ela é um dos mais importantes registros da transição entre espécies de primata especializadas em escalar árvores e espécies já prontas para o caminhar bípede. Seus braços, mais próximos dos de um chimpanzé, dizem uma coisa. Suas pernas, quase humanas, dizem outra. [...] Uma pesquisa recém-divulgada por pesquisadores da Universidade Johns Hopkins e da Universidade do Texas é o mais novo capítulo dessa história. Eles analisaram a composição interna dos ossos de Lucy por meio de mais de 35 mil imagens de tomografia computadorizada de altíssima definição, feitas na Universidade do Texas em 2008. E concluíram que ela era tão boa em subir nos galhos que provavelmente dormia neles. (Revista Galileu, 2016).

Figura 4: Reconstrução do esqueleto de “Lucy”



Fonte: Wikimedia, 2024.⁹

Figura 5: Hello, Lucy, my old friend



Fonte: Wikimedia, 2024.

A nossa ancestralidade dar respostas para os dias atuais, portanto, documentar as condições culturais, sociais e históricas da história e como o corpo se tornou elementos centrais, sendo o melhor caminho para ser percorrido, de modo que, proporciona um entendimento libertador da história da humanidade e compreensão de como se deu a evolução da nossa espécie.

Nos Andes, em um sítio arqueológico do Peru, o arqueólogo Randall Haas e sua equipe da universidade da Califórnia, em Davis 2018, descobriu uma sepultura com nove mil anos onde estava uma mulher caçadora de animais de grande porte (na figura 6, identificamos a prática da caça executadas por mulheres).

⁹ Museo Nacional de Antropología, na Cidade do México. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lucy_Mexico.jpg>.

Figura 6: Caçadoras mulheres podem ter sido comuns na região do Peru durante o período pré-histórico.



Fonte: Verdolivo, 2010.

Essa foi, de longe, uma das descobertas mais surpreendentes, de modo que trouxe informações que contraria padrões historicamente construídos, conforme aponta, Randy (2020, s.p.):

Essa sepultura com nove mil anos tinha um conjunto de ferramentas de caça e esse tipo de objetos nas sepulturas costuma ser os que acompanhavam as pessoas durante a vida. “Por isso, embora haja exceções, concluímos que qualquer indivíduo que fosse sepultado com ferramentas de caça de animais de grande porte seria, provavelmente, um caçador de animais de grande porte”, afirma Randy Haas, primeiro autor e investigador da Universidade da Califórnia, em Davis, nos Estados Unidos.

Essa investigação despertou alguns questionamentos, como, por exemplo, se existia um certo padrão abrangente de mulheres caçadoras ou se era a exceção? Por fim, foi identificado que:

[...] Foram investigar registros de sepulturas do Pleistocénico tardio (entre há 126 mil e 12 mil anos) e do início do Holocénico (que começou há cerca de 12 mil anos) na América do Norte e do Sul. Ao todo, analisaram informação de 429 indivíduos de 107 sítios arqueológicos. Desses, 27 estavam associados a ferramentas de caça de animais de grande porte e dez eram mulheres. A equipe considera que este resultado é suficiente para “justificar a conclusão de que a participação feminina na caça inicial de animais de grande porte era, provavelmente, significativa”.

(Revista Vermelho, 2020.)

Assim,

Análises estatísticas desenvolvidas pela equipe mostram que entre 30% e 50% dos caçadores desses sítios eram mulheres. A equipe assinala que esses valores contrastam com as sociedades de caçadores-recoletores mais recentes, onde a caça era uma atividade realizada sobretudo por homens. O nível de participação das mulheres era de menos de 30% nas sociedades mais recentes.

(Revista Vermelho, 2020.)

Já Randy Haas (2020) indica:

Práticas de trabalho entre as sociedades de caçadores-recoletores mais recentes são altamente baseadas no gênero, o que pode levar algumas pessoas a pensar que as desigualdades em relação ao salário ou à posição social são algo ‘natural’”.

Afirma o pesquisador, “Aqui fica claro que a divisão do trabalho foi fundamentalmente diferente na nossa espécie – provavelmente mais equitativa – no passado.” (Randy Haas, 2020). Portanto, ter a compreensão e interpretar essas descobertas de modo crítico se faz necessário para não ser omitida como foi à estrutura social, e como esses achados podem ser peças-chave para explicar a evolução da nossa espécie, da sociedade, do modo de vida e da especificidade que rege a correlação de força e de dominação de um grupo sobre outro.

Por sua vez, Randy Haas (2020) acrescenta que

Análises anteriores não consideravam que as mulheres sepultadas com ferramentas de caça fossem caçadoras. Quando eram encontradas com mulheres, essas ferramentas eram consideradas ferramentas domésticas. Por exemplo, pontas para lanças eram interpretadas como facas. “Já para os homens não se faziam essas interpretações”, nota o pesquisador, dizendo que era razoável fazerem-se essas interpretações com base no que se sabia nos caçadores-recoletores mais recentes.

Contrapondo a análise de Randy Haas, o antropólogo da Universidade de Wyoming (nos Estados Unidos) Robert Kelly, que debruça seus estudos aos caçadores-recoletores e congratula a descoberta da mulher de Wilamaya Patjxa, em uma entrevista a revista Science, explicou que

Não estar convencido com a análise das restantes sepulturas e que o fato de uma pessoa ter sido enterrada ao lado de ferramentas de caça não quer dizer sempre que as tenha usado em vida. “As ferramentas podem ter sido oferecidas por homens caçadores para expressar a sua tristeza”, nota. (Revista Science Apud Revista Vermelho, 2020)

Dito isso, observando as descobertas dos antropólogos, em meio aos contrapontos e análises distintas, como uma forma de achados referentes ao espaço e dominância feminina, observamos quão rico e singular são esses estudos para situar a história das mulheres, que por muito tempo, não encontrou quem de fato estava disposto a pesquisar. Portanto, esse desinteresse contribuiu para a construção social, cultural e biológica do poder e domínio dos homens sobre as mulheres. Por esse motivo, corroboramos com Lerner (2019) quando diz que, “A História das mulheres é indispensável e essencial para a emancipação das mulheres”.

No que tange as descobertas, os registros e as interpretações, Lerner (2019, p. 28), aponta o significado e a significância:

Até o passado mais recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de história e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. O

conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos.

Essa imersão ao passado tem a intenção de ser um espaço de valorização das mulheres. Trata-se de observar, com um requinte de cuidado, bem como, superar a existência de pesquisas apoiadas na história mal contada, por outro lado, considerar as falas das mulheres que foram impedidas de escrever/retratar a sua própria história, sendo assim, essa dissertação é uma forma de contribuir para a emancipação das mulheres.

E para as próximas descobertas, antecipo que faremos um esforço contínuo para superar a marginalização e silenciamento ao qual as mulheres foram submetidas, para tanto, apontaremos autoras (es) e produções acadêmicas que convide o nosso leitor a refletir sobre as imbricações que compõem a sociedade brasileira.

Sobre o modo com que se gesta a opressão, domínio e controle sobre as mulheres, dito nas palavras de, Lerner (2019), “As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria”, por outro lado, apontaremos, mais adiante, que mesmo excluídas da construção sócio-histórica as mulheres tomaram para si a consciência, passando pelo campo da dialética, o que proporcionou a base para o movimento concreto e objetivo da transformação, sendo esses os primeiros passos para a mudança de um controle regido pela dominância masculina.

É nesse cenário de exclusão e fatalidade, constatado por Robles (2019), que se formam padrões de comportamento, delimitados socialmente, que proporciona culturas de abjeção, subvertendo gerações a reconhecerem as mulheres protagonizando condições de inferioridade:

Não importa quando nem como um membro de nosso sexo se subleve, sonhe ou batalhe, sempre irá se deparar com o invariável desafio da subcondição de debilidade que lhe é atribuída pelos homens.

No que tange a Antiguidade, questões iniciais são levantadas: “Antiguidade, o que é?”; “Qual a História, divisões e as principais características desse tempo?”, no entanto, “O espaço ocupado pelas mulheres em seu tempo”, passou a ser, inicialmente, a centralidade dos estudos desta seção que por vez foi respeitado o fazer pesquisa de forma crítica, com fontes fidedignas, que aponte a mulher dentro da caracterização histórica do seu tempo. Com isso, contaremos com o aporte teórico de artigos, revistas, sites que debruçam seus estudos em análises desse período histórico, sobretudo, no que diz respeito “à mulher”.

A idade Antiga/Antiguidade corresponde ao fim do Neolítico por volta de 4.000 a.c., e a queda do império romana do Ocidente, em 476 d.C. marcado pela invenção da escrita, sendo essa,

uma marca registrada pelos europeus para delimitar a superioridade dos seus em relação aos povos africanos, americanos e asiáticos.

A divisão na Antiguidade se deu por meio do surgimento das primeiras civilizações localizadas, em sua grande maioria, no Crescente Fértil, às margens do rio Nilo, mantendo a agricultura como a principal fonte de desenvolvimento.

A Antiguidade Oriental: Composta pela civilização egípcia, a civilização mesopotâmica, como também os Hebreus, Fenícios e persas. Enquanto a Antiguidade Clássica (Occidental) foi composta pelos gregos e romanos.

Em relação à localização geográfica, estudos apontam que a Antiguidade Oriental foram civilizações que se localizaram onde hoje está o norte da África e o Oriente médio, próximo à região do Mar Mediterrâneo. Enquanto a Antiguidade Clássica se refere às civilizações cuja base de sua formação desembocou na formação da civilização europeia.

No antigo Egito a mulher cuidava de todos, sendo esses, os seus filhos, o marido e até mesmo os seus escravos, basicamente, seu dever se restringia em: cuidar, gerar e curar. As mulheres poderiam ter propriedades e receber remuneração, para aquele período os direitos assegurados às mulheres foi uma grande evolução. Elas tinham direitos e poderiam ir aos tribunais reclamar. Disponham de seus bens, assumiam o papel do marido quando ele estava ausente, e em alguns casos, esses mais específicos e pontuais, algumas mulheres chegaram até o posto de faraó (ligados a privilégios, como o de ser filha de Faraó, e ou em casos que seus filhos eram muito pequenos para governar) onde até então era somente título de um homem.

Em pesquisas recuperadas pela iconográficas (imagens), escritas e arqueológicas apontam que no geral as mulheres na antiguidade não tinham direitos de responder por si própria, não tinha direito às terras ou a remuneração, e nos poucos casos em que as mulheres chegaram a ser rainhas na idade média, não eram reconhecidas pela igreja. Portanto, a figura da mulher no antigo Egito representa uma das poucas raridades.

A mulher egípcia costumava casar-se aos 12 anos, podiam divorciar-se, caso sofresse maus tratos, e segundo documentos da III e V dinastia, elas podiam administrar a herança dos filhos casos fossem menores de idade. Chegaram a ocupar cargos dentro da sociedade de alto valor, como o de médicas, como no caso da Neferica-rá, médica obstetra que atuou na corte do faraó Saurá na V dinastia (2494-2345 a.C.); outra médica foi a Peseshet que atuou durante o reinado do faraó Amenhoteo III na XVIII dinastia do novo Império (1552- 1305 a.C.) exerceu suas funções como “diretora da equipe de médicos” e nas representações era citada como “aquela que decide”.

O que trata sobre a posição sociocultural e profissional essa não restringia apenas a nobreza. As princesas e as esposas dos faraós exerciam atividades de adoradoras, participavam dos rituais, oferendas, cerimônias de consagração e de jubileus, orações e procissões de barcas sagradas, “Os

egípcios fundaram uma crença a partir da ideia da morte e da vida que se encontra mais além da vida” Robles (2019, p.43 - 47).

Misteriosa, deusa-mãe e transmissora do símbolo real, Ísis esteve sempre dotada de atributos lunares. É a entidade que resguarda os acontecimentos noturnos da mesma maneira que guia o oculto do pensamento à luz, no duplo sentido de conduzir os falecidos pelos caminhos do mundo inferior e, durante o despertar da inteligência, para o mundo da claridade. É a regente dos poderes mágicos, dos quais se valeu para ressuscitar o marido. É a mãe real e a grande maga, adorada em sua terra até a ascensão do helenismo e, nos tempos de Roma, uma das mais divindades, conforme relatam Apuleio e Plutarco. Velada durante a celebração dos ritos, Ísis foi a expressão do sacerdócio de Ísis no templo do sol e da lua, que se localizava entre os pés da Esfinge.

A rainha Hatshepsut governou o Egito antigo no século XV a.c., tinha soberania sobre as duas terras: alto e baixo Egito. Promoveu a inovação administrativa e a expansão comercial, enviou várias expedições para a costa africana, no mar vermelho, em busca de ouro, marfim, pele de animais, entre outras.

No que diz respeito à Cleópatra VII, essa pode ter sido um dos nomes mais fortes, e segundo Robles (2019, p. 177 - 178) “Diferentes versões asseguram que a mais alta dignidade recaiu sobre Cleópatra porque ela ostentava o talento característico das rainhas macedônias”, ela conseguiu o poder de decisão, foi a última governante do Egito antigo, antes da sua incorporação com a província romana.

Conseguiu reunificar seu reino até quando lhe foi possível. Trajava as vestes sagradas de Ísis para reconquistar a confiança do povo egípcio e, tal como a deusa, profetizava e proclamava oráculos. Sua figura impressionava em desfiles e cerimônias cada vez mais faustosas; saudava a multidão não como rainha, mas como deusa e senhora do Nilo profundo. Governou, seguindo a ordem, com cada um dos pequenos Ptolomeus, e na mesma sequência os fez matar sob hábeis expedientes até conceder o lugar de conjugue real ao filho que gerou com Júlio César, por sua vez, finalmente acabaria por compartilhar o destino fatal de sua pátria.

Portanto, a Cleópatra, considerada como rainha deusa, foi conforme aponta Robles (2019, p.180),

[...] soberana, sagaz e muito mais habilidosa que seus antecessores, embrenhava-se nas entranhas de seus dominadores para afrontar-lhes não com a intenção de impressioná-los, mas com o objetivos de vigiar mais de perto todos os movimentos antiorientais.

A rainha egípcia da XVIII dinastia, Nefertiti, foi esposa do faraó Akhenaton, responsável por substituir o culto politeísta pelo monoteísta no antigo Egito. Na civilização mesopotâmica existia um traço do controle e domínio do patriarcado sobre as mulheres, enquanto, na civilização persa houve uma época em que as mulheres comandaram exércitos e dirigiram o país, como, por exemplo, a Atossa conferia legitimidade ao governo de Dario, como filha do fundador do império

Aquemênida, e as mulheres atenienses conferiam legitimidade à cidadania masculina. As mulheres da corte persa eram: Atossa, Faidime, Amestris e a esposa de Masistes.

O papel da mulher na civilização hebraica concentrava-se na ideia de que o homem era a cabeça da mulher, posto que ele tinha vindo primeiro (segundo nossos levantamentos, não necessariamente, essa concessão masculina abrangia um fato relacionado com inferioridade da mulher). As mulheres dos patriarcas eram consideradas como matriarcas, e tinham respeito e admiração, eram ouvidas e ocupavam espaços nas celebrações religiosas e tinham uma voz ativa no campo privado e público. No entanto, com o passar do tempo elas foram excluídas da atividade pública, ficando limitadas ao âmbito do lar, sendo definidas como mães, procriadoras e com dependência ao marido.

Essa inferioridade da mulher passou a ser uma representação do resultado do pecado original e alguns rabinos consideravam que a mulher não tinha alma.

Chegamos à Antiguidade clássica, dando um salto até o século VIII a.c. trazendo um recorte histórico das mulheres de Atenas. As escravas e as estrangeiras, estavam excluídas da vida política, não tinham espaço para participar das discussões, debates e decisões de Eclésia.

(assembleia de todos os cidadãos), o seu único privilégio era o de transmitir a cidadania aos seus filhos. O cidadão era identificado como o indivíduo nascido em Atenas e filho de pai e mãe ateniense (posteriormente só precisava que o pai fosse ateniense).

As mulheres não tinham voz e eram colocadas às margens da invisibilidade, não recebiam educação escolar formal e seu principal papel era casar e ter filhos, cuidar das crianças, tecer e produzir as vestimentas. Não tinham a permissão de dispor de dinheiro, nem possuir terras e escravos. As mulheres comuns (aquelas que não estavam dentro da nobreza) tinham a permissão de buscar água na fonte ou lavar roupas. A religião era a única área da vida pública que as mulheres atenienses (ressalvo, apenas as que estavam inseridas em famílias de posses) podiam desempenhar um papel de liderança, as festas religiosas eram o único momento em que as mulheres se igualavam aos homens.

Já o que corresponde às mulheres de Esparta, foge dos padrões daquele tempo, elas gozaram de mais liberdade e obtinham direitos, o que era considerado, para os seus contemporâneos, como uma vida de promiscuidade e que existia um controle sobre os seus maridos. Podiam possuir e herdar legalmente propriedade, bem como, pedir divórcio e tinham direito aos estudos, eram incluídas em treinamentos físicos para fortalecimento de seus corpos, e aprendiam a dançar, e tinham aulas de música e poesia.

E é nesse movimento de descobertas e achados sobre a história da mulher ao longo do tempo, que apontamos a última síntese da nossa pesquisa, trazendo as mulheres em Roma antiga. Em seu nascimento a filha mulher tinha o destino de sua vida nas mãos de seu pai, o nascimento de

uma criança de sexo feminino representava um peso para toda a família – por esse motivo que o pai só era obrigado a aceitar a primeira filha- todas as outras eram abandonadas à morte.

Passado por essa fase de incerteza, sem ter um próprio nome para chamar de seu, aos sete anos, as meninas, quando autorizadas pelo pai, iniciavam os estudos e estavam aptas ao noivado, e chegando à idade dos doze anos, tinham legalmente a permissão para casar-se. Saindo do regime autoritário e soberano do seu pai, chegou o momento oportuno de seu casamento, essa mulher passava a ser mantida sob a égide de seu marido. Para as escravas sobrava apenas o casamento por amor (o que não era bem-visto). A mulher só conquistou o direito ao divórcio no fim da república romana no século I a.c. e para ser concedido o divórcio só por meio do adultério.

O modo com que a imagem da mulher foi socialmente construída, passou a ser marcada por padrões de comportamentos, onde essa mulher deve replicar um perfil de mulher bela, recatada e do lar. Fica nítido nas histórias que embalavam nossos sonos: Que a mulher deve estar pronta para receber o seu príncipe encantado; que deve ser forte e resiliente para interpor as artimanhas postas por outra mulher, também conhecidas como a bruxa má; a farda ressentida; a irmã invejosa; a madrasta gananciosa. Nesse sentido, existe um ponto dessa narrativa colocado como um “acalento”, explicado por Robles (2019, pp. 228 - 229):

Condenada a cair em sono profundo na flor da idade por ter tocado uma roca enfeitiçada, seu mal, todavia, já encerrava o remédio secreto do despertar pelo beijo de um príncipe, cujo amor desinteressado lhe permite renascer ao estado de felicidade digno de sua beleza e para o qual fora gerada.

Com isso, é possível compreender a personificação do enredo perfeito, que por seus efeitos, adquire a verdade que precisa ser acreditada e defendida para que a ordem natural das coisas seja manifestada e reproduzida. Por outro lado, quando surge a mulher perversa e sem escrúpulo, que tende a desobedecer ao que foi socialmente determinado. Ainda nas palavras do referido autor, Robles (2019, p.229), identifica que

Mesmo em nossos dias, com idéias próprias e juízos críticos, as mulheres que desafiam o diferente ou o proscrito ainda são qualificadas de bruxas, especialmente quando manifestam condutas contrárias ao preestabelecido, embora se tente camuflar esse tem com o de “velhas terríveis”, aplicado àquelas inconformistas que provocam medo por causa de seus atrevimentos ofensivos às pessoas de boa consciência.

Compreendemos o controle e domínio sobre as mulheres como uma marca determinada socialmente por meio de símbolos, histórias, normas, padrões, fantasias dotadas pela premissa que serve, no fim, a ordem do sistema e a legitimação de todos os seus envolvidos.

Retornando a desafiadora proposta de retratar as mulheres dentro do seu tempo, de modo que não seja apenas descrição da história, mas, a análise, crítica dessa história, alcançamos a idade média que inicia no século V estendeu ao X, vai de 476 d.C. a 1453, marcada pela forte influência da igreja católica, tornando-se poderosa quando o assunto trata sobre a religião e a sociedade medieval. Nesse momento histórico a mulher é representada como aquela que não podia nada, seguindo uma dupla força de dominação e pressão: a da igreja e da sua família.

Com o poder feudal, passou a existir a luta antifeudal (mesmo que de forma bastante utópica) apresenta o primeiro indício na história europeia da existência de um movimento de mulheres, elas se opuseram à ordem estabelecida e contribuíram para a construção de modelos alternativos de vida comunal, o que reservou à luta feudal as primeiras tentativas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens, conforme consta em, (Bennett,1988,pp.18-29; Shahr,1983, apud Federici, 2017, p.51)

Geralmente, a terra era entregue aos homens e transmitidas pela linhagem masculina, embora tenha havido muitos casos de mulheres que a herdavam e administravam em seu nome. As mulheres também foram excluídas dos cargos para os quais se designavam camponeses mais abastados e, para todos os efeitos, tinham um status de segunda classe.

De modo geral, em Federici (2017, p. 52-53):

Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho.

Sobre a politização da sexualidade, após o cristianismo se tornar uma religião estatal no século IV, o clero passou a reconhecer o poder que as mulheres tinham sobre os homens por meio do desejo sexual, inúmeras foram as atitudes para conter as práticas sexuais, sobretudo, evitar as mulheres, sendo essas: A expulsão das mulheres de qualquer ambiente e da liturgia e ministério dos sacramentos, existia uma ideia que as mulheres tinham poderes mágicos, e que esse deveria ser roubado a qualquer custo; A sexualidade era colocada como algo para se envergonhar.

Algo que precisa de destaque é o movimento da Heresia, bem como, apreender as mulheres dentro do movimento herético. Esse movimento levantou algumas pautas, como a hierarquia social, a propriedade privada e a acumulação de riquezas.

Se para a igreja a mulher era comparada como uma figura de um demônio, dentro do movimento herético a mulher foi colocada, segundo as palavras de Federici (2017, p. 83), em uma

posição social elevada, mantendo os mesmos direitos, usufruindo da mesma vida social que os homens:

Nas seitas hereges, principalmente entre os cátaros e os valdenses, as mulheres tinham direito de ministrar os sacramentos, de pregar, de batizar e até mesmo de alcançar ordens sacerdotais. [...] Os hereges também permitiam que as mulheres e os homens compartilhassem a mesma moradia, mesmo sem estar casados, já que não temiam que isso os instigasse a comportamentos promíscuos. [...] As mulheres também formavam suas próprias comunidades.

No final do século XV passou a existir uma dura contra-revolução, que passou a atuar por meio de uma política sexual, que deu acesso aos corpos das mulheres, que logo perdia o seu lugar na sociedade, “o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal” (Federici, 2017). Vale ressaltar que esse momento misógino degradou todas as mulheres, independentemente de sua classe.

Aqui já temos os primeiros indícios do que foi conhecido como as caças a bruxas: “Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV; pela primeira vez a inquisição registrou a existência de uma heresia e de uma seita de adoradores do demônio completamente feminina” (Federici, 2017). Dito isso, dois aspectos devem ser levados em consideração: A centralização do poder do Estado para manter as relações de classe, e a aliança mantida entre a burguesia e a nobreza.

A respeito da Idade moderna que se estendeu de 1453 a 1789 d.C. em meio aos conflitos e embates marcados por guerras religiosas entre católicos e protestantes, prontamente representados pelos ideais próprios daquela época, separamos, sob o esplendor da Renascença, a figura da Rainha Catarina de Médici, considerada como uma “personalidade política e cultural que, durante trinta anos, soube assenhorear-se do poder e da condução faustosa do renascimento liberal em seus domínios, até então assolados pela rapina e pela intransigência mais excludente”, Robles (2019, pp. 264 - 266)

Catarina foi um dos personagens femininos mais bem-sucedidos da Renascença, apesar de sua reputação de envenenadora e criminosa, adquirida com plena justiça por causa do afã em conservar o cetro e o poder para seus filhos.[...] Era enérgica, expressava-se com firmeza e tomava decisões sem hesitar. Descendia de uma grande família de banqueiros florentinos, os quais dominaram a cena da Renascença por mais de trezentos anos, de 1434 a 1737. Devido a seu espírito empreendedor e sensibilidade inigualável, o nome e a fortuna dos Médici se fizeram presentes em todas as áreas em que a Itália demonstrava prosperidade: da política à arquitetura e da escultura à pintura, sem esquecer sua intervenção nas transformações econômicas que fizeram de Florença o esteio dos principais sucessos políticos dos Estados Nacionais.

Intitulado como: Elizabeth I em sua Agonia, a autora Robles, traz a fala da Rainha, transcrito na primeira pessoa, o que aproxima o leitor da fidedigna expressão apontada pelo relato da Elizabeth I filha do Henrique VIII, nasceu dia 7 de setembro de 1533, fora abandonada aos 2

anos, cresceu e foi educada no palácio Hatfield, em Hertfordshire. Aos 15 anos, começou a sofrer pela sua recusa em aceitar o matrimônio, expõe sobre a firmeza daquela época, conforme aponta Robles (2019, pp. 273-274):

Nesse ponto os homens, sejam camponeses ou reis, gozam de liberdades interditas às mulheres, mesmo as soberanas. Quantas vezes, em minha alcova, pensei em quebrar essa norma... Desejava viver o que não foi concedido a meu corpo maltratado nem oferecido a meus apetites ocasionais. Odeio minhas perucas avermelhadas. Dependí delas desde os 30 anos, quando perdi os cabelos em uma de minhas primeiras enfermidades e a feira se apoderou de minha juventude com a mesma intensidade com que a fera devora sua presa.

Nesse esforço de trazer a tona o seu “eu”, Elizabeth I continua, Robles (2019, p.274), relatando sobre o declínio de seu aspecto físico:

Desde menina odiei posar para retratos. Evitei olhar-me e tentei impedir que os demais me observassem por que tinha horror de despertar sua repugnância. A dignidade foi minha única aliada. Minha dignidade e minha força, que é a força da própria coroa.

Ler Elizabeth I nos coloca em uma posição carregada de reflexão e questionamentos, o que nos remete a compreender que o que vivenciamos no século XXI, já foi posto, bem antes, como padrão normativo.

É com caráter de urgência que colocamos em nossa pesquisa as histórias das mulheres negras, que não sofreram apenas a colonialidade de gênero (Lugones, 2014), mas as imbricações marcadas pelas questões étnico-raciais, e para tanto recorreremos ao aporte teórico da obra intitulada pela escritora, cordelista, poetisa, Jarid Arraes (2017), como “Heroínas negras brasileiras”, mulheres que retratam a marca da luta, persistência, perseverança pela mudança da ordem de poder vigentes em seus tempos. Começarem resgatando a memória da história daquelas mulheres negras que acreditaram em um futuro possível.

Em meio aos versos de Arraes (2017), inicia o seu cordel apontando que foi a Antonieta de Barros a primeira mulher negra a assumir o cargo de deputada estadual em todo o Brasil, foi política e jornalista, nascida em Florianópolis em 1901, fundou o jornal “A semana” entre 1922 e 1927, discutindo ideias contra a discriminação de gênero e racial.

Temos a Tereza de Benguela que após o falecimento do seu esposo, se tornou chefe do quilombo do Quariterê (Mato Grosso durante o século XVIII). Ela liderou, comandou e representou a resistência de povos negros e indígenas, que por 20 anos conseguiram resistir a escravidão. Manteve sob sua responsabilidade a organização do sistema de troca de armas com os braços, tornando-se uma figura emblemática que comandava econômica e politicamente o quilombo. Em sua homenagem foi instituído o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, o que nos deixa a certeza que o seu legado vive e inspira tantas outras mulheres.

Considerada como autodidata, alcançamos a primeira romancista brasileira, Maria Firmina dos Reis, nascida em 1825 na Ilha de São Luís (MA) foi também a primeira professora concursada do estado do Maranhão. Uma de suas principais obras foi a “Ursula”, publicada em 1959 como o primeiro romance abolicionista, bem como, o primeiro romance escrito por uma mulher negra no Brasil. Ela não apenas conquistou a marca de pioneira, foi tanta a representatividade na atuação como ativista.

Dandara era parceira do guerreiro Zumbi, do quilombo de Palmares. Lutou contra a escravidão, atuando ativamente da resistência do quilombo.

Eva Maria do Bonsucesso era uma negra alforriada que trabalhava como quitandeira no Rio de Janeiro–RJ, e o que nos conta a sua história é a marca de ter sido a primeira mulher negra que conseguiu vencer um caso contra um senhor branco, que acabou sendo preso, Arraes (2017).

Laudelina de Campos Melo, nascida em Poços de Caldas–MG defendeu a causa dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas.

Maria Felipa de Oliveira nasceu na Ilha de Itaparica–BA no começo do século XIX, vivia como pescadora e marisqueira e participou pela luta da independência da Bahia. Liderou 200 pessoas, dentre elas, índios e mulheres negras.

Nascida em Sacramento–MG em 1914, Carolina Maria de Jesus foi uma importante escritora brasileira. Filha de analfabetos, começou a estudar aos 7 anos e precisou largar a escola no segundo ano, mas aprendeu a ler e escrever. Em 1937, sua mãe faleceu, e Carolina decidiu se mudar para São Paulo–SP, onde construiu sua própria casa utilizando madeira, papelão e outros materiais. Para sustentar a família, ela saía à noite para coletar papel, guardando revistas e cadernos antigos que encontrava. Em suas folhas, Carolina escrevia sobre sua vida na favela e seu dia a dia, somando mais de 20 cadernos com testemunhos de seu cotidiano. Um desses cadernos deu origem ao seu livro mais famoso, “Quarto de despejo”, publicado em 1960, traduzido para 13 idiomas e vendido em mais de 40 países. Carolina aspirava se tornar cantora e atriz, mas faleceu em 1977, vítima de insuficiência respiratória, aponta Arraes (2017, p. 43).

Revisitar essas mulheres nos leva a questão central de nossas análises, ou seja, constatamos que o “nosso grito” de hoje, já foi o silenciamento de muitas mulheres. Essas mulheres em momentos distintos da história foram submetidas pela indiferença de um pai; a desvalorização de maridos; a objetificação de uma sociedade; a coisificação de uma norma.

Indo além, constatamos que pesos diferentes foram dados para a mesma medida: veja que até o ponto que chegamos em nossa descrição, retratamos rainhas, deusas, princesas de conto de fadas, mulheres que em seu tempo foram importantes, e mesmo que de modo limitado, tiveram em algum momento os seus nomes escritos (de modo restrito), e quase sempre pesquisado por outras mulheres.

No entanto, onde localizamos as mulheres pobres, viúvas, aquelas violentadas, as estrangeiras, as escravas? Essas não foram “protegidas” por coroas; não tiveram seu valor medido por ouro, prata e terras; não foram respeitadas por seus feitos; não foram estimadas pelos seus; não foram reconhecidas pela bravura, força e poder; não tiveram espaço para controlar o seu inimigo. Dito isso, reconhecemos, que essas mulheres por diversos momentos não tiveram algo de interessante para ser pesquisado, posto que, o interesse demarca um lugar que nunca as pertenceu.

Mas reservo a minha responsabilidade como mulher negra, pesquisadora social e mãe solo, para afirmar que em nosso sangue, corre a memória dessas mulheres que foram coroadas, bem como, aquelas inúmeras mulheres negligenciadas e subvertidas a subalternidade de quem “não existe”, dito isso, corroborando com a história das mulheres - que precisa ser contada - seguiremos invocando a dinâmica social e como as mulheres foram alocadas e realocadas ao longo do tempo.

Assim, daremos os primeiros passos rumo à transição para o capitalismo e ateremos a uma breve conceituação da acumulação primitiva, e como Marx descreveu a reestruturação social e econômica daquele momento histórico, mas observaremos como a figura da mulher, dentro dos aspectos da contemporaneidade e modernidade, foi posicionada de modo estratégico, corroborando para o que seria a consolidação de um sistema, como diz, Federici (2017, p. 126):

Nos séculos XVI e XVII, a privatização da terra e a mercantilização das relações sociais (a resposta dos senhores e dos comerciantes à crise econômica) também causaram ali uma pobreza e uma mortalidade generalizadas, além de uma intensa resistência que ameaçou afundar a nascente econômica capitalista. Sustento que esse é o contexto histórico e que se deve situar a história das mulheres e da reprodução na transição do feudalismo para o capitalismo, porque as mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres – especialmente entre as proletárias, seja na Europa, seja na América – foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho.

O capitalismo é um sistema de controle que encontrou na categoria “mulheres” uma forma de autoafirmar o seu poder, mantendo ferramentas específicas para a consolidação de sua força. Nesse intento, questões maiores devem ser consideradas: mas, por que a mulher? Existe um padrão específico de dominação? O lugar de subalternidade que as mulheres são colocadas responde à ordem capitalista de qual forma? Como a produção da hierarquia racial e sexual serve ao sistema heteronormativo - patriarcal - sexista - racista - capitalista?.

Percebe-se que são inúmeros os questionamentos – e que não existe pressa para respondê-los – no entanto, assumimos um compromisso para desvendar esse sistema de dominação que cerca as mulheres, bem como, o caminho que precisa ser traçado para a sua superação.

Com isso passaremos para os próximos tópicos, conseguinte, retornaremos para a análise da nossa pesquisa, tecendo um debate com as categorias apontadas a partir da aproximação com o objeto da pesquisa por compreender que esse movimento dialético clarificará nossa trajetória,

apontando o rumo para a apreensão dos elementos essenciais para a emancipação das mulheres dentro do sistema capitalista.

Assim, a história da mulher é apresentada para o mundo e é contada por uma raça e uma classe específica, explica Blay (2019), “[...] Uma releitura dos grandes momentos históricos revela que a mulher, em geral, aparece envolvida em pseudo verdades que a excluem”. Deste modo, se para as mulheres brancas, de classe média à alta existia uma reivindicação dos direitos à cidadania, desde muito antes, já existia uma fala que não só era calada, mas, subjugada e que apenas não existia quanto mulher.

Corroborando, Cardoso (2008, p.2):

[...] Remete ao estranhamento de muitas de nós com um feminismo com o qual até gostaríamos de nos identificar, mas que, muitas vezes, possui uma agenda e um legado histórico que pouco nos diz, uma vez que o sujeito tomado como referência é a mulher branca, classe média, urbana, heterossexual, acadêmica.

Complementando, Martins e Ferreira (2020, p.34)

Cabe sempre questionar como são efetivadas as garantias e se são efetivadas, seja no plano da administração pública, em forma de políticas públicas, pelo Poder Executivo, seja como decisão judicial, pelo Poder Judiciário, seja nos atos legislativos, considerando que a população negra visivelmente não goza de garantia de igualdade racial.

Memória serve como controle que dependendo do lugar que seja posto pode cair no esquecimento, o que, por sua vez, cria um espaço de disputa de poder, de dominação, ou seja, daqueles que são os detentores da história, de quem conta a sua própria história.

Dentro do contexto brasileiro, no cenário apresentado a partir do século XIX deu início as primeiras manifestações de uma série de lutas e reivindicações, sobretudo, na posição de resistência das feministas, vejamos:

Em 1827 as mulheres tiveram, por meio da primeira lei da educação, a permissão de frequentarem as escolas elementares. Por sua vez, o Rio grande do Norte foi palco de dois momentos importantes, o primeiro se deu por meio da figura de Nísia Floresta que defendia a educação e os direitos das mulheres, posteriormente, no século XX, em 1928, na cidade de Lajes–RN, Luiza Alzira Soriano de Souza, passa a ser a primeira prefeita mulher eleita do Brasil. Manifestações lideradas por feministas ganharam as ruas e em suas passeatas o grito que externava era exigência do voto das mulheres;

Além disso, nos anos 40, ações e medidas de âmbito internacional corroboraram para mudanças localmente: 1945, por meio da Carta das Nações Unidas, lança o debate, de modo efervescente, sobre a igualdade de direitos entre os homens e as mulheres, e a figura da intelectual Simone de Beauvoir aponta inquietações de extrema relevância para a discussão;

Em 27 de agosto de 1962 é promulgado o Estatuto da mulher casada que passa a garantir legalmente a possibilidade de trabalho, sem que precise da autorização do marido, bem como, requerer a guarda dos filhos em caso de divórcio e o receber herança;

Em 1985, Minas Gerais e São Paulo, tiveram os primeiros conselhos Estaduais que buscavam levantar as pautas políticas voltadas para as mulheres – criação do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAISM) surge também à primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;

No século XXI, em 2006 foi sancionada a Lei Maria da Penha, dando base para a proteção e responsabilidade do Estado com a segurança da mulher, bem como, sanções punitivas para os seus agressores.

Nesse intento, trazer luz às discussões sobre o perfil da nova mulher também nos aproxima de uma história e de uma narrativa contada sobre o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade, sobretudo, as suas falas que estão atravessadas pelas trajetórias e caminhos percorridos. Em Ferreira (2020, p.27), explica que, “O espaço exíguo onde as mulheres foram inseridas ao longo da história – o ambiente doméstico – manteve-as confinadas e esta condição foi naturalizada pelas instituições e agentes da nossa sociedade: na própria família, nas religiões, entre os instrumentos de comunicação, na cultura e por fim no âmbito do trabalho”. De igual modo, mesmo que, a realidade euro centrada esteja inversamente desproporcionais a do sul global, vale sinalizar que a história das mulheres foi contada/escrita por outros, e mesmo diante das conquistas, estiveram atravessadas por imposições, por sua vez, é necessário expor a representação posta na trajetória e na vida das mulheres, sobretudo, as mulheres brasileiras, como forma de identificar o caminho atravessado por elas, a vida social e como as suas histórias formam um cenário político de emancipação e poder.

Para tanto, contamos como pontapé inicial um arcabouço teórico, uma coletânea, composta por textos de mulheres e homens que falam e pensam sobre outras mulheres, cuja obra intitulada, “História das mulheres brasileiras”, organizada pela historiadora brasileira, Mary Del Priore (2004), manteve como objetivo desvendar as trajetórias femininas, as suas representações, as complexidades das experiências e as diversidades encontradas nas mulheres dos séculos XVI, XVIII, XIX, XX. Por outro lado, mantém vivo nossa responsabilidade de replicar alguns aspectos elencados na obra de Mary Del Priore (2004) como forma de estimular a leitura dessa obra que foi tão essencial para demarcar de onde viemos.

Vejamos, foi documentado no Brasil colonial nos séculos XVI e XVII o cotidiano dos Tupinambás, sobretudo o cotidiano feminino, cujos ritos e costumes foram vistos com estranheza e julgamento, pois estavam centrados em uma base que não seguia a tradição cristã. Conforme consta em Mary Del Priore (2004, s.p.),

[...] cultura indígena foi descrita a partir do paradigma teológico e do princípio de que os brancos eram os eleitos de Deus, e por isso superiores aos povos do novo continente. O desconhecimento da palavra revelada, da organização estatal e da escrita foram vistos como marcas de barbárie e de primitivismo.

Sendo assim, a narrativa levantada acerca do cotidiano ameríndio mantinha como premissa os interesses que passavam pela colonização e a conversão aos dogmas do cristianismo.

Sobre as práticas desempenhadas pelas mulheres da tribo foram registradas a união no momento do parto e as práticas mágicas empregadas ao longo da educação dos filhos. Por outro lado, também eram narradas histórias que condicionavam as indígenas como “mães feras brutas”, cujo sentimento de maternal parecia débil, conforme costa, em Sousa (1987, p. 55, 63, 302, 332-333 e 339); Gandavo (1980, p. 54, 58, 122, 130-133 e 140), “Entre os tupinaés, o sentimento maternal parecia ainda mais débil: as mulheres que ficavam grávidas dos inimigos matavam e comiam os recém-nascidos”. De modo geral, as indígenas do Brasil eram facilmente representadas por sua imagem de luxúrias como forma de corromper os viajantes e os missionários, imagem essa, que facilmente pode ser negada uma vez que fala apenas sobre o olhar daquele que deseja a mulher, que, na verdade, nada mais é do a objetificação/ coisificação do homem branco.

De igual modo, dialogando com a intelectual e renomada poetisa, Clarissa Pinkola Estés, (2018), nota-se que foi feito um retrato de como a geração de mulheres cresceu vivenciando distintas épocas em que existia uma infantilização das mulheres e uma coisificação que objetificava a mulher como uma propriedade. Ou seja, a poetisa, sinaliza um marco da história que foi descrito e vivido por muitas outras mulheres em tempos e situações distintas, e no caso das ameríndias, o que se manifestava era a ideia do não humano, da abominação, da demonização

Com isso, se aproximar da história e da narrativa contada sobre o lugar ocupado pelas mulheres, nos condiciona a inúmeros questionamentos e inquietações, sendo esses o centro do debate proposto por nós: compreender de qual perfil da nova mulher estamos falando, e quais são as implicações vivenciadas por essas mulheres, fruto das imposições da sociedade atual. Bem como, outras inquietações nos são atravessadas, sendo elas relacionadas com o tema de pesquisa: Qual o lugar que as mulheres foram postas dentro do processo sócio histórico da humanidade? Quais as configurações do patriarcado a serviço do capitalismo? Como a acumulação capitalista é imposta pelo Estado, ao benefício/serviço da reprodução do capital? O que é trabalho reprodutivo? Quando que as mulheres passaram a sair de casa para os postos de trabalho fora do lar? Como o gênero ajuda a compreender e explicar a realidade?

No período colonial brasileiro, existia uma imagem que deveria ser controlada a todo custo pela família, igreja, e costumes misóginos: A figura da moça virgem. Dessa forma, o “adestramento

feminino se mantinha como uma ordem a ser seguida, conforme consta em Mary Del Priore (2004), abafar a sexualidade feminina que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas.” Sendo as mulheres submetidas ao julgo da igreja e às ordens de seus maridos.

A mesma represália, sendo essa ainda mais brutal, se expande para o caso de desobediência e influência vista como algo sobrenatural que recaia para aquelas mulheres que manifestavam de alguma forma feitiçaria, essas foram terrivelmente perseguidas, e eram vistas como fonte de um profundo mal, cuja sensualidade fazia parte da sua essência, conforme apresenta, na obra de Kramer; Sprenger (1991, p. 115) “são por natureza mais impressionáveis e mais propensas a receberem a influência do espírito descorporificado”, além de, “possuidoras de língua traiçoeira, não se abstêm de contar às suas amigas tudo o que aprendem através das artes do mal”.

Por conseguinte, como forma de compreender essas e outras questões, lançou luz por meio do debate contido na corrente do feminismo marxista, de tal modo que justifica e fundamenta a análise. Ou seja, a utilização de debate teórico de ideias forma uma cadeia que se expande como teia de resistência por compreender a totalidade, contradição e a dominação que se gesta na sociedade capitalista. Por outro lado, é feito o esforço de traçar uma análise da sequência cronológica sócio histórica para explicar como as relações patriarcais encontram as ferramentas necessárias para a sua consolidação, bem como aponta Federici (2021) para a utilização do método materialista histórico de Marx como uma forma crucial para compreender a reprodução social, ou seja, reconhecer que a subordinação social é fruto de um produto histórico, de igual modo, o sistema capitalista, se apropria das classes subalternas e inferiorizadas, por ela própria, para engrenar a máquina de controle e dominação, conforme a visão de Estés, 2018, p. 17

A dança mal conseguia ser tolerada, se é que o era, e por isso elas dançavam na floresta, onde ninguém podia vê-las, no porão ou no caminho para esvaziar a lata de lixo. A mulher que se enfeitava despertava suspeitas. Um traje ou o próprio corpo alegre aumentava o risco de ela ser agredida, ou de sofrer violência sexual. Não se podia dizer que lhe pertenciam às roupas que cobriam os seus próprios ombros.

Ou seja, ao longo de mais de três séculos, a dominação das mulheres se fez/faz presente na sociedade, configurando uma dinâmica que explica porque as mulheres estão submetidas aos moldes de controle do modo capitalista. Diante do exposto, dialogamos com a escritora e professora e militante feminista, Federici (2021), que lança mão de uma análise crítica ao método marxista, a autora explica que os debates feministas poderiam ter sido solucionados se esses métodos fossem aplicados, ressaltando que o materialismo histórico e dialético em Marx, nos ensina que existe possibilidade de manter relação entre os interesses comuns, sem que seja atribuído uma forma fixa e unificada de compreensão dos comportamentos e condições sociais. Em outras palavras, conforme

problematiza a referida autora, o método em Marx é fundamental para compreender a categoria analítica e política das “mulheres”, bem como, construir uma análise acerca da posição social das mulheres, sob o prisma da exploração, da discriminação de gênero e da discriminação de raça. Dito isso, sem perder de vista o cerne da crítica que é feita, provoca inquietações, sobretudo, aquelas que consideram o seu tempo e as suas limitações teóricas, que argumentam as atividades e as relações sociais importantes deixadas em segundo plano por Marx, sendo essas, trabalho sexual, a procriação, o cuidado e o trabalho doméstico.

Dessa forma, é necessário trazer luz ao debate das lacunas deixadas no método em Marx, sem perder de vista o seu valor, nesse sentido, reafirmarem as suas análises, complementando e ampliando as discussões.

Ainda assim, o aspecto que tange o método em Marx, o materialismo dialético, considera o movimento do real, desse modo, a análise das categorias se dá por meio do próprio objeto. Ou seja, segundo Reich (2017, s.p.), “a dialética é a essência do método, trata do movimento, da lógica sobre a qual o pensamento se estrutura para buscar compreender um fenômeno. O que interessa é captar o movimento: era, tende a ser”.

Sendo assim, quando tratamos sobre o “novo perfil da mulher” estamos recorrendo a uma análise sócio histórica do que atravessa a vida e as condições subjetivas de ser mulher em uma sociedade heteronormativa, racista, patriarcal, sexista e capitalista. Nesse aspecto, as mulheres estão condicionadas a uma dupla face que determina e estereotipa como se deve ser; como se deve crescer; como se deve comportar; e até mesmo, o que falar, quando falar e o querer. Esse novo perfil da mulher a coloca em uma posição que deve ser produtiva a todo custo, que tempo para descanso e qualidade de vida, chega a soar como incapacidade. Bem como, a ideia do perfil da mulher atravessa, de modo feroz, a concepção de perfeição. Parafraseando a poetisa, Estés (2018), que retrata nas linhas de sua obra, que semelhante a muitas outras mulheres, passou a vida como uma criatura disfarçada, vestida em uma roupa, chapéu e salto que não cabia. Portanto, não se trata apenas de enxergar o novo perfil forjado para as mulheres, mas sim, recuperar a verdadeira forma do ser mulher, e encontrar os meios para provocar a transformação da ordem que busca a todo o custo exercer o domínio e controle dos corpos femininos.

Dito isso, orientam nossas reflexões, sabemos que, o sistema capitalista é histórico e tem suas raízes profundas, existe uma disputa de poder e a dominação é marcada por quem é detentor da história, ao mesmo tempo, de quem conta a sua própria história. Por sua vez, a marca dessa história chega como uma política do esquecimento e a construção da memória encarcera uma parte da população, que não é minoria e que compõe cerca de 28 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil - dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV social).

Assim, a classe detentora do poder tem um objetivo e utiliza todos os recursos possíveis para se autoafirmar, de tal modo, que determina qual o discurso deve ser falado e o que precisa ser feito para a reprodução da riqueza e a consolidação do seu lucro. O modo como o sistema capitalista se desenvolveu nos últimos anos, demonstra que a sua fala de ordem é direcionada para uma porção específica da sociedade, a própria história apresenta que as mulheres, sobretudo, as mulheres negras, os povos originários, mulheres trans, travestis e prostitutas são os que mais sofrem com a correlação de força, que domina os seus corpos, suas vidas e as colocam em um espaço assentado na relação de subordinação e controle ditados pela sociedade heteronormativa.

CAPÍTULO 2: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A CONDIÇÃO SOCIAL DAS MULHERES

São inúmeras mulheres
 Que pintaram toda luta
 Enfrentando o racismo
 E com garra na labuta
 Construíram um caminho
 Sempre com a mente astuta.
 Por causa dessas mulheres
 Hoje temos liberdade
 É por isso que me orgulho
 Da minha ancestralidade
 Preservar é um prazer
 É responsabilidade.
 (ARRAES, 2017)

Neste capítulo ateremos a discussão sobre a divisão sexual do trabalho como categoria analítica para compreender a condição social das mulheres, sobretudo, no esforço de estudar para além da concepção de desigualdade, que, diga de passagem, é uma marca latente na sociedade e que recai tão fortemente nas mulheres.

De igual modo, do ponto de vista aqui expresso, a concepção da divisão sexual do trabalho nos permite o entendimento do conceito de trabalho ampliado, conforme explica, Hirata (2010), que inclui trabalho dentro do conceito que abarca: o trabalho profissional, doméstico, formal, informal, remunerado e não-remunerado. No que toca os aspectos que compõem as novas configurações da divisão sexual do trabalho, elencadas por Hirata (2009) afirmou a existência da ampliação da divisão sexual do trabalho dentro do âmbito profissional e doméstico; a precarização social e do trabalho; a expansão do trabalho do cuidado e das migrações internacionais; e a globalização.

Além disso, a construção social foi demarcada por meio da dimensão que perpassa a sociedade e a família, que de igual modo, coexistem por meio da delimitação da força, do poder, do saber entre os sexos, portanto, as relações que se gestam dentro da sociedade e posicionamento da mulher passam por um infinito ciclo que a responsabiliza pela “educação das crianças estruturam mercados de trabalho desvantajosos para as mulheres resultando em um poder desigual no mercado econômico, que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família”, conforme alerta, Fraser (2009, p. 115), nesse sentido, se reverbera nas ocupações direcionadas às mulheres, que dito nas palavras da autora Biroli (2016, p. 722)

[...] por serem mulheres, tenham menores chances de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados a sua posição social.

Sendo assim, fica evidente que as mulheres são colocadas em posição desigual, impactando na democracia e tirando o direito de ser a sua própria representatividade, e no que trata sobre o mercado de trabalho, o estereótipo que envolve o cuidado, a calma e a paciência passam a ser a marca e a direção das mulheres.

Sobre os aspectos de como é ser mulher numa sociedade mediada pelo processo de subordinação, faz necessário uma aproximação com os estudos da autora, Saffioti (2015, p.46) que responde ao ser questionada “Como é ser mulher hoje?”, utiliza como embasamento para a sua resposta alguns dados que atravessam nossas reflexões e norteiam a compreensão de estrutura balizada em práticas tradicionais. A referida autora, apresenta que as sujeitas participantes da sua pesquisa, passam pela dupla jornada que se somando os serviços domésticos com o trabalho assalariado, e é denunciada como negativa por 11% das investigadas, sobre essa seção, compreende-se que existe uma conciliação entre as demandas atribuídas às questões familiares e a vida profissional, sendo que o mesmo não ocorre na vida dos homens, eles não conciliam/dividem essas atividades, conforme evidenciado nos estudos de Hirata (2010).

Sobre o que anuncia o baixo nível de insatisfação, Saffioti (2015) ainda destaca que apenas 7% das interrogadas manifestaram seu desagrado com o nível de salários entre homens e mulheres, o que demarca os níveis de alienação provocados pelos estímulos de subalternização inseridos nas mulheres, expostos nos níveis dos 5% com relação a sua inferioridade diante dos elementos masculinos, e tão somente 2% percebem que são mais vulneráveis à violência dos machos. Portanto, os dados apresentados anteriormente alertam para a necessidade de tornar visíveis os impactos da naturalização do processo sócio cultural de discriminação e preconceito contra a mulher, assim como as várias modalidades de violência praticadas, em especial a violência doméstica, de igual modo, mantém a necessidade de se efetivar ferramentas de proteção da integridade física, moral e psicológica as mulheres.

É empiricamente visível em nossa sociedade, pensando nos últimos cinquenta anos, que cada vez mais mulheres ocupam lugares que antes eram comuns somente aos homens. Essa condição está intrinsecamente relacionada com os moldes do desenvolvimento de uma sociedade, bem como, a cultura em dado tempo/momento a ela inserida, o que, segundo, Eagleton (2005, p. 46) “não sendo a cultura uma descrição do que se era mais do que se deveria ser ou se tinha sido”.

No que se refere aos diversos setores de trabalho, quer sejam eles públicos ou privados, urbanos ou rurais, está cada vez mais comum o ingresso das mulheres. Entretanto, mesmo que essa questão esteja aparentemente consolidada, diferentes fatores permanecem mantendo as mulheres em situação de inferioridade em relação aos homens e negando a igualdade entre os gêneros. Ora, etimologicamente, a palavra igualdade vêm do latim *aequalitas*, *-atis*, sendo um substantivo feminino, ao qual indica a falta de diferença, já a igualdade de gênero refere-se, segundo, Saffioti

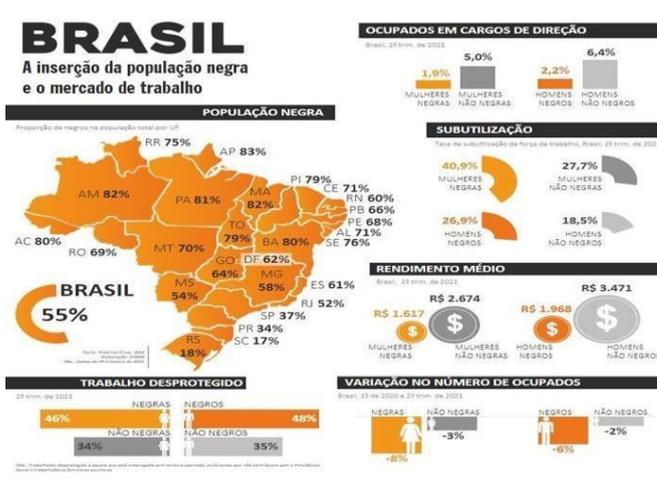
(2015, p. 116) como igualdade social para ambas as categorias de sexo. E mais: para nossa autora, a noção de igualdade só pode ser entendida ao lado de seu par contrário, a desigualdade: "cabe lembrar, aqui, que diferente faz par com idêntico. Já igualdade faz par com desigualdade, e são conceitos políticos".

Seguindo este raciocínio é possível afirmar que atualmente a igualdade de gênero é ainda algo irrealizado. No Brasil, a Constituição Federal (1988), no primeiro inciso, do artigo 5^a, garante direitos e deveres iguais entre homens e mulheres, no entanto, sabemos que esta é letra-morta para a esmagadora maioria das mulheres deste País.

Os estudos que buscam contar a inserção das mulheres no âmbito do trabalho durante o século XX evidenciam que fora do ambiente doméstico as mulheres foram absorvidas primeiramente em atividades ligadas a este último (enquanto babás, enfermeiras, empregadas domésticas), sobretudo as mulheres negras, assim como em atividades informais de trabalho. Portanto, a inserção ao mercado de trabalho ocorreu de modo marginalizado e quase sempre no afã de suprir a ausência do homem no trabalho. Tal afirmação é facilmente compreendida a partir dos dados obtidos pelo DIEESE, que apresenta a inserção da população no mercado de trabalho, cuja prevalência da análise da população negra é destacada, e apreendida por, Carneiro (2003, p. 3) quando explica que subvalorização

[...] a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas.

Figura 7: Dados do DIEESE - Inserção da população negra no mercado de trabalho



Fonte: DIEESE, 2023.

Dentro dos aspectos gerais, em conformidade com o que é apresentado, observasse que a identidade feminina sempre esteve relacionada com um padrão de inferioridade e que essa se estende ao campo profissional, o mercado de trabalho, passa a ser um espaço marcado por estereótipos de preconceitos e que nesse caso põe a mulher em situação de desvantagem, conforme constatado nos dados da taxa de ocupação em cargos de direção no Brasil, que coloca cerca de 6,4% dos homens brancos em cargos altos, enquanto, 5,0% passa a ser ocupado pelas mulheres não negras. E quando considerado os dados que abarca a questão étnico-racial, esses números caem ainda mais, com 2,2% dos postos de direção sendo ocupados por homens negros, e 1,9% pelas mulheres negras.

Portanto, os aspectos que compõem as novas configurações da divisão sexual do trabalho, alcançam a bipolarização do emprego, fragmentando as mulheres ao campo inserido na esfera educacional, ou seja, as mulheres são mais instruídas, mesmo assim, ainda são os homens que ocupam cargos com altos e de grande relevância. É nesse sentido que podemos compreender o que é discutido por Hirata (2010, p. 3) quando expõe uma intensa exacerbação das desigualdades sociais e antagonismos, “tanto entre mulheres e homens, quanto entre as próprias mulheres”.

Assim, há que reconhecer que, “[...] o primeiro elemento explicativo deve partir da constatação de que as formas patriarcais de opressão de gênero antecedem o capitalismo, mas sobreviveram à sua emergência e se combinaram às relações sociais capitalistas de modo muito próprio”, nas palavras de, Motta (2019, p.58). Nesse sentido, as relações de gênero exige discussões teóricas e políticas que correspondam na compreensão das desigualdades entre os homens e as mulheres, as suas manifestações e o legado deixado a partir da dominação, da discriminação, do processo de produção e de reprodução das relações sociais, da ocupação dos espaços públicos e privados e dos padrões, que consecutivamente, correspondem em relações de poder. Sendo assim, essas relações de poder analisadas como relações sociais implicam em desigualdades, em outras palavras, na sociedade capitalista as desigualdades sociais e a produção e reprodução das relações sociais comprometem a democracia.

E para que serve esse padrão de domínio e inferioridade posto as mulheres? Serve exclusivamente para alimentar o sistema capitalista e seus marcadores de dominação heteronormativa, racista, machista. Ou seja, para que a “máquina” do capital funcione é necessário existir uma mão que não tenha outra alternativa, a não ser a de produzir/ampliar riqueza, ao mesmo tempo, em que essa mão de obra esteja em situação de vulnerabilidade social, assim, o valor do trabalho, mediado pelo mercado, passa a ser submetido a qualquer situação.

Dentro dos aspectos que envolve a população negra na dimensão da subutilização; rendimento médio; trabalho desprotegido; variação no número de ocupados, é necessário nos aproximar da provocante fala de Sojourner Truth (1851 *apud* Ribeiro, 2017) que enxerga a personificação da discriminação e da posição que a mulher negra passou a ser colocada numa

sociedade estruturada em padrões hierárquicos raciais e de gênero aos quais são constantemente refletidos nas relações sociais:

Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? [...].

Decerto, em uma análise geral, com uma parte da história que deixou de ser contada e com as reivindicações feitas por outras mulheres, traz um cenário de apagamento histórico das mulheres negras, que se alastra até os dias atuais. Algo advertido por Cardoso (2008, p.3)

[...] de um lado esse saber permite a uma parcela das feministas a autoridade da fala, impossibilita, por outro a apropriação da prática discursiva por nós mulheres negras feministas, na medida em que as produções feministas, de modo geral, são evasivas no trato teórico da relação entre gênero e raça no Brasil, na importância das diferenças raciais na constituição de gênero e das identidades das mulheres. E principalmente a falta de estudos nesta área oculta a discussão sobre o privilégio de ser mulher branca, em uma sociedade racista.

Além disso, compreende-se que a articulação do racismo com as questões das mulheres, é algo histórico, como diz Gonzalez (1984, p. 224):

Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta.

Dessa forma, quando localizada a história da mulher negra e compreendido os entraves dos efeitos do racismo e do sexismo, proporciona estabelecer o papel das mulheres negras na sociedade e os seus manifestos: pela liberdade, pela humanidade; visibilidade de suas emergências; organização, como meios para quebrar as amarras do fenômeno da opressão inseridas na sociedade capitalista.

Dentro desse escopo, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas e analisando o fenômeno da opressão a partir dos estudos de autoras, que para além de sua representatividade, utilizam em suas obras experiências e concepções que retratam não somente um saber intelectual, mas sim, o significado da resistência por ser uma mulher negra contrária à exploração e à dominação.

Segue-se a identificação de algumas autoras negras, apontadas em, Morais (2021, p. 29):

Lelia Gonzalez (1935-1994), intelectual brasileira, focou sua análise na compreensão das interseções entre capitalismo e racismo. Evidenciando o privilégio racial, além da divisão racial e sexual do trabalho nas relações de classe, e criou uma concepção de um feminismo afrolatinoamericano. Africanizou o português, subvertendo a língua de dominação e criticando a linguagem colonial eurocêntrica. Criou expressões e conceitos, como pretogues, panafricanidade, amefricanas-afrolatinoamericanidade, enfatizando a cultura negra[...] Bell Hooks (1952), estadunidense do sul dos Estados Unidos, fundadora do bell institute (2014). Suas produções intelectuais versam sobre as questões de raça, gênero, classe, educação, mídia e cultura contemporânea.[...] Patricia Hill Collins (1948), professora universitária de Sociologia da Universidade de Maryland, College Park. Ex-chefe do departamento de Estudos afro-americanos na Universidade de Cincinnati, foi a primeira presidenta afro-americana do Conselho da Associação Americana de Sociologia e a 100ª presidenta dessa associação. Seus estudos são principalmente sobre o pensamento do feminismo negro como teoria social crítica, reveladora da produção intelectual das mulheres negras estadunidenses [...].

Nesse sentido, a autora, Oliveira (1997, p. 156) explica que essas autoras supracitadas, e tantas outras:

[...] foi de extrema importância o fato das mulheres negras terem estabelecido, no interior do movimento negro, um espaço de reflexão e sistematização de suas lutas. Lélia Gonzalez é um dos melhores exemplos a ser mencionado, como liderança, deste projeto de interferência no movimento negro. Foi sua ação que, em grande parte, contribuiu para que hoje, em qualquer que seja o encontro, tenha-se o cuidado, inclusive por parte dos homens do movimento negro, de se incluir a discussão de gênero.

A luta e resistência a partir de seus estudos, mas também das suas vivências. Dito isso, a autora Collins (1991) explica que as características do ponto de vista do feminismo negro são: o legado de uma história de luta; A natureza interligada de raça, gênero e classe; O combate aos estereótipos ou imagens de controle; A atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; E elaboração de política social voltada para a proteção de equidade.

É nesse cenário, que ter a história da mulher negra contada por ela própria é o que garante que permanecerá viva a tradição feminina negra, conforme sinaliza Gonzalez (1984, p. 226):

Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber[...] Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui.

Pensar no feminismo negro é colocá-lo no lugar de fala. É ter a sua representação pautada na luta contra o racismo e a discriminação racial; é resistir contra os padrões de produção e reprodução da vida social; é perceber que existe uma falácia na qual universaliza as mulheres, sendo que os moldes operados pelo sistema heteronormativo patriarcal racista capitalista está fundada na

expropriação da força produtiva dos ditos desprivilegiados devido à sua classe, raça/etnia,sexo/gênero e sexualidade, nas palavras de, Carneiro (2003, p. 119)

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros, [...], por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas.

Nesse sentido, destaca, Lima (1995, p.495)

O fato de 48% das mulheres pretas [...] estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho.

É dentro desse cenário, com respectiva luta e mobilização de uma agenda voltada à superação dos limites burgueses, eclode, bem como, a necessidade que a/o assistente social precisa tornar nítido os debates acerca das demandas da classe subalterna, dito nas palavras das autoras, Barroco e Sylvia (2012, p. 65):

Conforme crescem as violações e a barbárie, ampliam-se as reivindicações pelos DH por parte dos que são violados e das forças progressistas. Essa demanda rebate nas profissões que atuam com populações afetadas por esses processos. Como trabalhador assalariado e profissional voltado ao atendimento das expressões mais extremas da questão social, o assistente social vincula-se duplamente a esse processo de barbarização da vida.

Em outras palavras, no que tange ao serviço social identificamos pela historicidade que fica nítido que a gênese da ética profissional do assistente social passou por uma série de transformações e emancipações ao longo do tempo, de tal modo organizou os seus valores ético-políticos, voltados para a vigência da democracia e a superação dos limites postos pelo sistema capitalista, sendo assim, o posicionamento do profissional em serviço social é apontado na deliberação do código de ética de 1993, conforme reforça, Barroco e Sylvia (2012, p.61):

CE abordou do exercício profissional com a viabilização dos direitos sociais, incluindo o conjunto dos direitos humanos (sociais, políticos, civis, econômicos, culturais) e a ampliação da cidadania: forma sociopolítica de garantir a vigência dos direitos sociais e políticos.

Portanto, existe um esforço conjunto por parte dos(as) assistentes sociais, em prol da resistência contra toda e qualquer forma de dominação, expropriação dos direitos e respeito à dignidade e subjetividade humana. Nesse sentido, é possível constatar que existe um espaço de

subordinação e que esse representa a dominação masculina, conhecida como o poder patriarcal, que nas palavras de, Chies (2010, p.510):

Se a subordinação da mulher ao homem é um ponto fixo na mentalidade de uma sociedade, independente de qual profissão que esses venham a se confrontar no campo do trabalho, de médicos a funcionários de limpeza, a mulher, por via de regra social, será menos valorizada nesse quadro, o que inevitavelmente indica que homens e mulheres não podem ter a mesma identidade mesmo que atuantes em uma mesma profissão. Pontos em comum nessa relação surgem, pois falamos de uma mesma profissão, mas existem diferenciais marcados pela questão de gênero.

E mais, a autora, supracitada, traz outras reflexões, cabendo aos profissionais do serviço social, aos movimentos sociais, entidades, população civil e o Estado articular esforços contra a manifestação dos estereótipos de preconceito, movidos imposição de uma marca que contribui para determinar os espaços de inferioridade feminina e os padrões político e econômico, conforme aponta, respectivamente, Chies (2010, p.512):

O preconceito surge quando o indivíduo não consegue se posicionar com senso crítico ou reflexão perante as questões de sua própria cultura, assim não percebe que a sua visão preconcebida da realidade é resultado justamente de sua incapacidade de reconhecer que essa realidade pode ser vista de outra maneira, ou mesmo, que sua relação com a realidade pode ser pautada em outros elementos experimentados em meio a situações novas.

Ou seja,

Apesar de sua capacidade de transformação ao longo do tempo, a identidade não é definida pelo que o indivíduo é, mas sim pelo que ele faz, pelo 'fazer', tomada por predicativos [...] Por esse caminho é que a identidade profissional aparece sob predicativos associados ao que se espera de determinados profissionais de acordo com a própria identidade de sua área de atuação e, particularmente, de sua identidade de gênero. Em termos gerais, podemos definir identidade profissional por questões envolvidas 'ao que se espera de um profissional', mas não confundam com simplesmente a função social de determinado profissional.

Na sociedade capitalista as atribuições delegadas aos homens e mulheres são de modo distinto e estrategicamente bem dividido, por meio da identidade social é atribuído a cada indivíduo, principalmente, o que corresponde à categoria gênero. Sendo assim, a sua presença dentro da sociedade ganha papéis e atribuições definidas por meio da categoria gênero. Segundo Saffioti (1987, p.8),

[...] a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem", ou seja, nas palavras de nossa autora Saffioti (1987), "[...] Nota-se, claramente, que a vida de mulher varia segundo a classe social dos elementos do gênero feminino.

Dito isso, compreendemos que na sociedade, conforme explicação de Hirata (2014, p. 61):

[...] da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas.

Sendo assim, analisar as relações de domínio e poder por meio da interseccionalidade de raça, gênero, etnias, classe se faz necessário, pois essa categoria compreende as múltiplas formas de identidades, as complexas identidades e as diversas formas que essas se manifestam, sobretudo, no resultado para as relações sociais.

Conforme alude Bilge (2009, p.70):

Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Cada indivíduo sente suas dores e vivencia as suas experiências de modo único e particular, compreender as particularidades da raça, classe, sexo, etnia possibilita analisar, por exemplo, como se gesta a desigualdade salarial, como as mulheres brancas vivenciam o preconceito e as determinações patriarcais de modo diferente das mulheres negras.

Ratifica Cardoso (2008, p. 6):

A opressão é experienciada a partir de um lugar, o qual é dado pela forma como gênero, raça e classe se entrecruzam em diferentes pontos. Pensar a história das mulheres negras é refletir como esse sujeito social foi historicamente construído a partir destes embates e estratégias de sobrevivência na diáspora, nas sociedades pós-coloniais racializadas.

Dito isso, Hirata (2014, p. 69) explica sobre a interseccionalidade que, “[...] é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política.”

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX a movimentação do feminismo assumia as primeiras lições para visibilizar as suas ações políticas e os seus estudos feministas, no entanto, uma parte da história não foi contada, por diversos momentos foi ignorada e deixada de lado, bem como, a dispersão forçada de um povo marcado desde os primórdios pelo preconceito e pelo silêncio.

Ressalta-se que o movimento feminista é potente e não pode cair no campo do demérito visto que foi e é fonte de protesto, a literatura mostra que o movimento feminista contribuiu com encaminhamentos para a Constituição de 1988, mudando o *status* jurídico das mulheres no Brasil. No entanto, a presença do feminismo negro vem como um movimento de força e resistência, principalmente, por compreender que a sua voz além de ser ouvida precisa ser representada por mulheres negras.

Enfrentar as desigualdades de gênero, resistir à opressão de classe e de outros sistemas discriminatórios que assola as mulheres, sobretudo as mulheres negras, deve fazer parte da agenda das políticas sociais, consecutivamente, da pauta do serviço social.

Nesse sentido, a correlação de força entre a classe detentora dos meios de produção e a classe representada pelos/as proletários/as tem como pilar a exploração, ou seja, a venda da força de trabalho da classe proletária, posta como sua única mercadoria, e ainda mais, como meio para obtenção de lucro da burguesia, sobretudo como reprodução do mínimo necessário para a subsistência do trabalhador, na qual tem relação com o pensamento de Marx (1976, p. 275) sobre o valor da mercadoria força de trabalho (expresso em salário) ser uma questão de reproduzir o próprio trabalhador assalariado diretamente:

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, então, sua aparição no mercado deve ser contínua, e a contínua conversão de dinheiro em capital pressupõe isso, o vendedor da força de trabalho deve se perpetuar, 'da forma em que todo indivíduo vivo se perpetua, pela procriação'. A força de trabalho retirada do mercado por desgaste e morte, deve ser continuamente substituída por, no mínimo, uma quantidade igual de força de trabalho nova. Portanto, a soma dos meios de subsistência necessários para a produção da força de trabalho deve incluir os meios necessários para os substitutos do trabalhador, ou seja, seus filhos, a fim de que esta raça de peculiares proprietários de mercadorias possa perpetuar sua aparição no mercado.

Dito isso, é no cenário de dominação da classe burguesa que é possível reafirma a segregação e a estrutura de poder atrelada aos moldes da sociedade capitalista. Com isso, compreender a dinâmica das relações sociais de classe, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade, permite apreender criticamente determinações da sociedade patriarcal/racista/capitalista e suas consequências para a negação do desenvolvimento justo e igualitário de todos os cidadãos.

Nesse sentido, é que corroborando com o autor Santos (2003, p.25), para identificar que a “incompletude dos direitos humanos individuais reside no fato de, com base neles, ser impossível fundar os laços e as solidariedades coletivas sem as quais nenhuma sociedade pode sobreviver, e muito menos prosperar”. Com isso, é possível observar a dificuldade em aceitar os direitos coletivos de grupos sociais e povos, principalmente, no que concerne aquele colocado em condição de subalternidade.

Entender o contexto capitalista é necessário, uma vez que os proletários (as) se submetem a vender seu trabalho, sua única mercadoria, o que, nesse caso, é sinalizado como algo desvalorizado e, por outro lado, o capitalista busca-o por ser um serviço que vai render lucro de curto e longo prazo, considerando que sua desvalorização corresponde à remuneração baixa.

Às mulheres proletárias, por esse lado, ainda se soma o trabalho pago ao trabalho doméstico que não é pago, no qual, explica Lerner (2019, p. 31-33) que o patriarcado como um sistema histórico se relaciona de modo geral com as determinações culturais, comportamentos, entre outros:

Manifestou-se na organização familiar e nas relações econômicas, na instituição de burocracias religiosas e governamentais e na mudança das cosmogonias, expressando a supremacia de divindades masculinas [...] O período do “estabelecimento do patriarcado” não foi um “evento”, mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C.

A autora supracitada assinala a ideia falaciosa de que as mulheres não têm sua própria história; que não são capazes de criar e recriar o meio no qual estão inseridas; que suas aspirações são limitadas; colocadas apenas como aquelas que efetuam o trabalho da reprodução, como se isso não fosse importante. De maneira que reforça Lerner (2019, p. 28) “O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos”.

É trabalhando, porém, na reprodução e atuando para responder às necessidades de outros indivíduos na família que a mulher passa a ser, como aponta Lerner (2019), uma figura ativa na história humana, mas também no processo de desenvolvimento do patriarcado. Isso quer dizer que o modo patriarcal, no limite, utilizou a própria mulher como colaboradora.

No entanto, é necessário destacar, que por mais que muitas pessoas percam com o patriarcado, este na realidade beneficia em especial o homem, e na atualidade o capitalismo, ao mesmo tempo, em que diminuem a mulher e o trabalho feminino, assim como a dissolução da família da classe trabalhadora, como aponta, Marx (1976, p.620-621):

Por mais terrível e repugnante que possa parecer a dissolução dos antigos laços familiares sob o sistema capitalista, no entanto, a indústria moderna, ao atribuir, como faz, um papel importante ao processo de produção, fora da esfera doméstica, às mulheres, jovens e crianças de ambos os sexos, cria uma nova base econômica para uma forma superior de família e das relações entre os sexos. É, evidentemente, tão absurdo assumir a forma teuto-cristã de família como absoluta e final como seria aplicar esse caráter às formas da romana antiga, grega antiga ou oriental que, além disso, tomadas em conjunto, formam uma série no desenvolvimento histórico. Além disso, é óbvio que o fato de que o conjunto do grupo de trabalhadores, sendo composto por indivíduos de ambos os sexos e todas as cidades, deve, necessariamente, sob condições apropriadas, tornar-se uma fonte de desenvolvimento humano; ainda que em sua forma capitalista brutal, espontaneamente desenvolvida, onde o trabalhador existe para o processo de produção e não o processo de produção para o trabalhador, esse fato é uma fonte pestilenta de corrupção e escravidão.

Marx expõe, dessa maneira, uma premissa defeituosa do desenvolvimento capitalista, ou seja, a desintegração da família da classe trabalhadora, sendo assim, a relação com a naturalização dos processos socioculturais de discriminação e preconceito contra a mulher é algo que ao longo do tempo foi posicionado aos moldes para que a mulher sirva de forma pontual a uma massa de homens assim com ao sucesso do sistema capitalista.

Em diálogo com, Saffioti (2015, p. 37), assim expressa:

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos,

apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem.

É interessante evidenciar, dessa maneira, que a história ao longo dos anos foi contada já com a existência do patriarcado, fazendo assim ter apenas resultados isolados das histórias das mulheres, ou seja, Lerner (2019, p. 31) reflete na compreensão de que:

São o resultado da história particular das mulheres, que é basicamente diferente da história dos homens. Isso ocorre em razão da subordinação das mulheres aos homens, que é mais antiga do que a civilização, e da negação da história das mulheres. A existência da história das mulheres foi ignorada e omitida pelo pensamento patriarcal – fato que afetou a psicologia de homens e mulheres de forma significativa.

E nesse cenário condicionado pelo domínio de uns, em detrimento da subordinação de outros, é que se observam bandeiras sendo pautadas pelo movimento feminista, no qual, segundo o Montanõ e Duriguetto (2013), desde as suas primeiras expressões como sujeitos político, empreendeu lutas de enfrentamento aos elementos estruturantes do sistema patriarcal-capitalista. Desse modo, conforme, Abramides e Duribuetto (2014, p. 155):

Os movimentos LGBTs e feministas lutam contra um sistema que determina o sentido sócio-histórico e político de suas existências: o patriarcado, ainda que nem sempre esta questão esteja explícita no horizonte das estratégias desenvolvidas. Certas expressões das lutas desses movimentos, portanto, possuem confluência e encontram no projeto feminista classista a orientação política voltada para a conquista da liberdade e da superação de todas as formas de hierarquias, dominações, opressões, explorações e violências.

Ainda que no Ocidente as diferentes civilizações tenham se desenvolvido de modo diferente, e para cada região haver uma forma específica de enxergar os meios para a sua existência, fica claro que em todas as civilizações ocidentais a mulher teve a sua subordinação e controle ditados pelo homem. Lerner (2019) expõe que os escritos de Aristóteles foram peça chave para disseminar a filosofia de que existe uma natural dominação sexual dos homens sobre as mulheres, bem como que a família patriarcal também seja naturalizada, ela que é uma das bases para esta dominação.

Em se tratando da dominância masculina, esta se fortaleceu e se inseriu em campos diversos da sociedade, expressando a ideia de contínua dependência da mulher. O que é contraposto por Lerner (2019, p. 67): "Sobretudo, precisamos enxergar a posição da mulher na sociedade como sujeita a mudanças ao longo do tempo, não apenas na forma, como também no significado". Dito isso, se faz necessário enfatizar que a história da mulher passa por uma linha do tempo que contribui para, segundo as explicações da autora, construir a civilização em conjunto, ou seja, por homens e mulheres.

CAPÍTULO 3: PRODUÇÃO SOCIAL E REPRODUÇÃO DA VIDA: ANALISANDO AS MOTORISTAS DE ÔNIBUS DA CIDADE DO NATAL/RN, SOB A LENTE DA TRS

Usando essa abordagem para a teoria, esperava conseguir contribuir para a construção de uma lente teórica mais satisfatória para analisar a subordinação das mulheres.

Vogel, 2022

Neste capítulo introduz a discussão teórica sobre a produção social e a reprodução da vida a partir da teoria-método marxista, Teoria da Reprodução social, cuja base se estrutura dentro da perspectiva feminista-marxista, que cria aportes para a compreensão e aponta para o desvelamento da estrutura de poder e da dominação, expropriação e opressão dos corpos femininos dentro da sociabilidade regida pelos moldes capitalistas.

Dito isso, para estudo da concepção das relações sociais e o gerenciamento/distribuição das tarefas produtivas e reprodutivas são demarcados pela transição do feudalismo para o capitalismo, que em nossas análises, seguimos a compreensão de Federici (2017), o que pode ser a chave para começar a compreender como concedeu as aspirações sociais e políticas antagônicas, e como essas consolidou a hegemonia do capitalismo. Conforme a referida autora, partir da transição para o capitalismo pode ser considerada como uma questão central na compreensão das redefinições das tarefas dos homens-mulheres, cujo caráter foi dado pela máxima violência e intervenção estatal, posto que a sua construção foi por meio das tarefas produtivas e reprodutivas dos papéis sexuais dentro da sociedade capitalista. Nesse intento, em se tratando do sistema capitalista, afirma, Federici (2017), que o capitalismo foi uma contrarrevolução, e que levantou a destruição que havia emergido da luta antifeudal. A partir dessa compreensão inicial, proposta pela autora Federici, é necessário seguir de forma mais profunda neste assunto, como forma de entendimento das questões que perpassam pela vida das participantes da nossa pesquisa.

Por isso, que ao encarar a representatividade das mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal, nos encaminha para permanecer realizando uma pesquisa de cunho histórico, posto que a história na totalidade sinaliza aspectos importantes para alcançar as respostas apontadas pelo objeto de estudo. E quando se trata dos objetivos que regem o capitalismo, as redefinições das relações sociais, e até mesmo o gerenciamento dessa ordem de dominação, observamos alguns movimentos que afirmam a potência e a força que gera o sistema capitalista, por sua vez, o lugar que a classe dominada ocupa nesta dupla relação de dominação e expropriação da força de trabalho. Vejamos o primeiro aspecto destacado em Konder (2009, p. 120), que trata da divisão social do trabalho, identificando que

Desde que apareceram as classes sociais, umas possuindo os meios materiais que lhes permitiam controlar o processo da produção e apropriar-se do produto resultante e outras obrigadas a trabalhar e diretamente subordinadas às exigências do sistema produtivo, haviam-se criado condições nas quais os intelectuais especializados - os indivíduos tecnicamente capacitados para a elaboração teórica - pertenciam às classes dominantes, quer por nascimento e formação, quer por dependência econômica.

E é a partir dessa concentração e dependência, que vai se concentrando e repercutindo conhecimento, explicações sobre o mundo, forma de racionalização/detenção do poder por meio da classe dominante, que passam a usufruir diretamente dos efeitos que compõe as condições de se apropriarem da natureza, dos meios de produção, dos corpos vistos como subalternizados, nesse sentido, Konder (2009 p. 122), reforça que, é criado um esquema teórico e que beneficia e afirma o poder da classe dominante

Primeiro, porque os trabalhadores não eram donos daquilo que o trabalho deles produzia e, portanto, não tinham condições de trabalho que facilitassem a eles uma clara visão das possibilidades criadoras do trabalho humano. Depois, porque as condições de trabalho que lhes eram impostas (a princípio por coação direta, sob a escravidão e, depois, por coação indireta, através do monopólio dos meios de produção pelos senhores feudais e pelos burgueses, sob o feudalismo e sob o capitalismo) eram condições desumanas, que provocavam no trabalhador uma invencível repugnância empírica pelo seu trabalho.

Diante de tudo isso, o autor supramencionado ainda adverte para um terceiro ponto, para além da divisão social do trabalho, existia uma condição determinada desde da infância dos trabalhadores, a educação colocada sob a condição deformada e alienada, mantida pela classe dominante e reproduzida pelas instituições que possuíam o poder intelectual, religioso e os valores, que vale salientar, serviam a classe dominante. Neste aspecto, as instituições capitalistas propõem dimensões que eleva o fenômeno da alienação para todos os níveis, como, por exemplo, retirar do indivíduo a capacidade de crítica à ordem capitalista, a permanência imutável ao capitalismo, onde tudo é transformado e reutilizado como mercadoria, por isso, é afirmado que tudo que o sistema capitalista toca, passa a, nas palavras de Konder (2009, p. 130 – 131), generalizar a produção para o mercado e sob o aspecto que envolve a distorção gestada pelo capitalismo, discorre que o mercado dita suas regras como o objetivo de compras e vendas, bem como, o movimento que é criado acontece de modo cego, restituindo o indivíduo de qualquer valor, e ainda mais

O comerciante é levado a enxergar no próximo um mero freguês em potencial; o trabalhador – que precisa vender a sua força de trabalho para subsistir – é levado a enxergar no próximo apenas um possível comprador da sua mercadoria ou um possível concorrente na busca deste comprador.

Deste modo, compreendendo os principais aspectos que rege o sistema capitalista e identificando nele uma visão que reproduz a compreensão de que o trabalhador é colocado em todo o processo como algo desprovido de valor, cuja autonomia não existe, e com a incapacidade de

participação dentro do processo racional da produção, alinhamos com a realidade que levou as mulheres a experimentarem medidas pontuais e ainda mais inflamáveis ao seu respeito. Nesse traço, a história vai sendo alinhada com inóspitas condições para as mulheres, e que passou a existir em cena o espetáculo de extermínio das chamadas bruxas; demonização das mulheres; a posição das mulheres como subalternas; a redução do acesso a propriedades; a dependência e domínio das mulheres por meio do casamento e a conduta e comportamento sexual que era imposto. Vale ressaltar, que no período da idade medieval não existia a necessidade de controle dos corpos das mulheres, e que nas cidades medievais, as mulheres trabalhavam exercendo diversos ofícios, e ainda, conforme a compreensão de Federici (2017, p. 64)

No século XIV, as mulheres também estavam tornando-se professoras escolares, bem como médicas e cirurgiãs, e começavam a competir com homens formados em universidades [...]. À medida que as mulheres ganhavam mais autonomia, sua presença na vida social passou a ser mais constante nos sermões[...].

Dito isso, no século XIV também foi palco de um advento pandêmico – a peste negra, que matou milhares de pessoas, constituindo diversas mudanças, sobretudo, nas hierarquias sociais, “Diante da possibilidade de uma morte repentina, as pessoas já não se preocupavam em trabalhar ou em acatar as regulações sociais e sexuais” (Federici, 2017), ou seja, passou a ser questionado o sentido da vida e como as pessoas enxergavam, de igual modo, a manutenção das relações de trabalho, assim diz a autora que estamos utilizando como baliza para essa seção, Federici (2017, p. 96):

A consequência mais importante da peste foi, entretanto, a intensificação da crise do trabalho gerada pelo conflito de classes: ao dizimar a mão de obra, os trabalhadores tornaram-se extremamente escassos, seu custo aumentou e forma crítica e a determinação das pessoas em romper os laços do domínio feudal dói fortalecida.

Assim, por motivo da pandemia da peste negra ter dizimados centenas de pessoas, a força de trabalho diminuiu, conseqüentemente, as mulheres passaram a terem os seus corpos controlados. Outro aspecto que se faz pertinente para as nossas análises, é a configuração do estupro de mulheres, que alcança de igual modo todas as cadeias, conforme aponta, Federici (2017), quando explica que foi por meio da legalização do estupro que criou e proporcionou um vasto campo de misoginia, independentemente, da classe social. Nesse sentido, uma série de artimanhas foi posta como meio para centralizar o poder do Estado em prol da conservação das relações de classes, de igual modo,

consolidaram as novas alianças entre a burguesia e a nobreza, que derrotaram as revoltas dos proletariados.

A construção e preparação do solo para a transição do feudalismo para o capitalismo, como vimos, foi construído sob a égide de aderir novas fontes de riqueza, que segundo Federici, foi possível, "expandir sua base econômica e colocar novos trabalhadores sob seu comando" (2017, p. 116), e ainda mais, identificada como acumulação primitiva, sendo a "prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida", portanto "[...] deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser a sua própria pele", conforme, Marx (2017 p. 785). Dessa forma, ainda nas palavras de Marx, por meio da polarização do mercado propicia as condições necessárias da produção capitalista, ou seja, assim diz o filósofo (2017, p.786)

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista a pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por outro lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Com isso, é possível constatar, conforme a visão de, Marx (2010), que a sociedade capitalista nasce por meio da estrutura econômica feudal, e ainda mais, esteve baseado na concentração e centralização da riqueza, de igual modo, exclui parte da classe trabalhadora relegando essa à informalidade do mundo de trabalho. Conseqüentemente, como vimos, não existe apenas a expropriação das concepções do modo de vida, existe o controle total, que no caso, especificamente, das mulheres, a perda da autonomia passou a ser uma poderosa forma que era utilizada para autopromover e autoafirmar o poder do capitalismo. Outra dimensão importante que deve ser considerada, é a hierarquia de gênero, de raça, de classe que se tornaram peças constitutivas da efetivação da dominação de classe.

Na perspectiva que abrange as conseqüências ideológicas do capitalismo industrial, sobretudo, no cenário americano, a autora estadunidense, Angela Davis (2016) traz em suas análises a condição social das mulheres e o seu lugar deteriorado e marcado pela inferioridade, assim diz a referida autora, (2016, p. 45)

De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que "o lugar da mulher é em casa". [...] O lugar das mulheres era mesmo em casa – mas não apenas

porque elas pariam e criavam as crianças ou porque atendiam às necessidades do marido. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica., e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros.

Nesse cenário as mulheres passaram a se tornar uma extensão das atividades e demandas exercidas pelo homem, compondo apenas a tarefa de serviços de seus companheiros, vale considerar que quando tratamos sobre a mulher como o apêndice dos seus companheiros, é possível identificar de qual mulher está sendo identificada: dona de casa branca.

Enquanto, frequentemente, durante o período pós-escravidão, “a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos”, conforme esmiúça, Davis (2016, p.98), mantendo-se alvo da vulnerabilidade, abuso sexual, extorsão no trabalho, pobreza absoluta, e racismo.

Ainda no campo da história da mulher, mantendo diálogo profícuo com a temática disposta nesta pesquisa, avançamos para o debate intelectual abordado nos ensaios de Lélia Gonzalez, onde expõe de forma brilhante um trabalho que impacta, trás discussões enriquecedoras e representativas acerca do protagonismo das mulheres negras. Vale ressaltar, que a nossa proposta soma-se ao esforço de manter uma continuidade com a interlocução acadêmica e diálogo com as autoras que balizam nosso arcabouço teórico, posto que, todas essas demarquem aspectos sociais/políticos que respondem às questões levantadas pelo objeto de pesquisa.

Dito isso, relembremos que, no Brasil, de acordo com nossa autora, Lélia Gonzalez (2020, p. 34)” O racismo – enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas – passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, enquanto beneficiou e beneficia determinados interesses”. Em termos gerais, a população branca e a negra estão aptas a receberem os impactos da exploração capitalista, no entanto, a opressão racial, conforme diz a autora, Gonzalez (2020), que até mesmo o branco sem propriedade dos meios de produção se beneficiará da exploração/superexploração dos corpos negros. Por fim, vejamos como a mulher negra se insere nesse cenário, consoante os apontamentos e análise contidos na obra de Gonzalez (2020, p. 40)

Coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos.

Tal fato delineia como a mulher negra se inseriu na força de trabalho, reverberando-se aos dias atuais como atividades que ainda fazem parte da base que penetra a perspectiva de vida. Nesse sentido, cabe sinalizar, conforme a visão da nossa autora, Gonzalez (2020, p. 42) que:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.

Feito essa primeira aproximação com as categorias e análises que compõem nossos estudos, como adendo, vale frisar que a vertente que utilizaremos para compreender e lançar o debate da transformação dos moldes que se ramificaram e ganharam poderes, estão baseadas em estudos que buscam compreender o modo capitalista e alinhar com as ferramentas para a sua superação: consciência de classe; superação da exploração da forma de trabalho.

Nesse sentido, no que tange o campo teórico, existem vertentes de análises que utilizam sistemas para traçar fomento ao debate observados a partir das categorias, e de causas a efeitos, dialogaremos com a interseccionalidade como metodologia de análise e a teoria do sistema unitário como método para discussão e construção do arcabouço teórico, para assim, alcançar as respostas apontadas pela problemática de nossos estudos. Todavia, queremos falar que esse processo de construção intelectual só é possível em virtude da pertinência do perfil das sujeitas participantes, e do respeito que fomenta nossa pesquisa – juntamente com a permanência da interseccionalidade dialogar com elementos essenciais para a análise dos marcadores sociais, enquanto, a TRS fundamenta e estrutura o debate a partir do seu aparato.

Dito isso, para uma primeira discussão do tratamento da dimensão de gênero do racismo, Kimberlé Crenshaw (2002), considerou que tornou bastante nítido a discriminação racial, marcada pelo gênero, pois, segundo as palavras da referida autora, “as mulheres podem às vezes vivenciar discriminações e outros abusos dos direitos humanos de uma maneira diferente dos homens”. De igual modo, segundo Crenshaw (2002, p.3) existe a defesa de que discriminação e desigualdade, incorporadas pelo olhar da dimensão de gênero, alcançam tantos as próprias mulheres, como os homens.

Assim como é verdadeiro que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação.

Nesse sentido, Crenshaw, procura em seus estudos levantar alguns pontos de reflexões sobre como grupos racializados são atravessados pela intersecção, e a própria alteridade posta para as mulheres negras. Vejamos no texto de análise quando a autora discute sobre o tráfico de mulheres

e pede que seja dada uma atenção em torno da temática, quando se presta atenção em quais mulheres são traficadas, existe a evidência de uma marginalização racial e social. Contudo, o problema é abordado sob a perspectiva, somente, de gênero. Nesse âmbito, a autora revisita a necessidade de integrar todos os fatores que contribuem para a vulnerabilidade das mulheres, portanto são essenciais para a transformação da ordem vigente que seja incluído todos os fatores que corroboram para o tratamento do problema, conforme, Crenshaw (2002, p. 5), adentrando na dimensão de sub-inclusão, existe uma diferença de carga direcional para os homens negros e as mulheres negras, vejamos:

Com frequência, parece que, se uma condição ou problema é específico das mulheres do grupo étnico ou racial e, por sua natureza, é improvável que atinja os homens, sua identificação como problema de subordinação racial ou étnica fica comprometida. Nesse caso, a dimensão de gênero de um problema o torna invisível enquanto uma questão de raça ou etnia. O contrário, no entanto, raramente acontece. Em geral, a discriminação racial que atinge mais diretamente os homens é percebida como parte da categoria das discriminações raciais, mesmo que as mulheres não sejam igualmente afetadas por ela.

Portanto, é nesse ponto que a Professora, Crenshaw, explica que a discriminação interseccional se torna difícil de ser identificada, em virtude de forças externas, sendo elas: econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldadas como pano de fundo, de modo que coloca as mulheres negras e as racializadas em posição afetadas por sistemas de subordinação. Nesse sentido, a interseccionalidade pode ser assinalada na compreensão da Crenshaw (2002, p.7)

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Vejamos a seguir a metáfora utilizada pela nossa autora:

Em 1989, a advogada estadunidense, Kimberlé Crenshaw, sistematiza o pensamento da interseccionalidade, caracterizando como as opressões estão, intrinsecamente, cruzadas. Utiliza como metáfora a ideia de avenida identitárias, nesse sentido, Crenshaw (2002, p. 177), explica que, “As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos”.

Podemos acrescentar, os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2019, falará sobre as mulheres negras ocuparam as piores condições socioeconômicas, posto que no quadro da desigualdade de gênero e raça incidem em: 21% das mulheres negras empregadas domésticas e apenas 23% delas com carteira de trabalho assinada, enquanto, 12,5% das mulheres brancas são empregadas domésticas, sendo que 30% mantêm registro em carteira de trabalho. Conforme, Ferreira, et al., 2022, p.4:

Ou seja, a depender do grupo social em que o indivíduo seja inserido socialmente, esse poderá ser situado por meio da posição de dominação ou dominado, de tal modo, não será dado a condição de escolha, apenas, a reprodução da estrutura construída socialmente, na qual passou a ser alicerçada pelos padrões que perpassam de modo sistemático a discriminação, o preconceito, o sexismo, o racismo, a misoginia, a violência direta e indireta.

Mas os dados não se encerram por aí, a Associação Pacto de Promoção da Equidade Racial recuperou os dados, análise de informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletados entre os anos de 2010 e 2022, o estudo mostra que no segundo trimestre deste ano, por exemplo, o trabalho da mulher negra representou 46% dos ganhos dos homens brancos, ou seja, as informações levantadas retratam que as mulheres negras estão envoltas das condições de desigualdade salarial, desvalorização, entre outros marcadores sociais. Ou seja, a depender do grupo social em que o indivíduo esteja inserido socialmente, esse poderá ser situado por meio da posição de dominação ou dominado, de tal modo, não será dada a condição de escolha, apenas, a reprodução da estrutura construída socialmente, na qual passou a ser alicerçada pelos padrões que perpassam de modo sistemático a discriminação, o preconceito, o sexismo, o racismo, a misoginia, a violência direta e indireta. Por conseguinte, Kimberlé Crenshaw apreende a compreensão de topologias da opressão interseccional, correspondendo os primeiros sinais que indicia reflexões sobre o uso da teoria como método analítico.

Para uma abordagem didática e carregada de reflexão crítica/analítica, compartilhamos parte da discussão desenvolvida pela “Escola Marx” – “A divisão sexual do trabalho: Trabalho produtivo em relação ao trabalho reprodutivo, ministrada pela Profa. Dra. Nathalie Drumond, utilizou a ideia do “conjunto”, para explicar os princípios que fundamentam a concepção das avenidas identitárias, descrevendo a discussão dos sistemas duplo ou triplos (que passa a ser fonte recorrente de críticas das feministas marxistas por apontar a problemática da compreensão de que as relações em sua totalidade podem ser separados), sistemas que convivem em unidade separadas, ou seja, reúne a ideia de conjunto que em um dado momento se encontram de modo que são

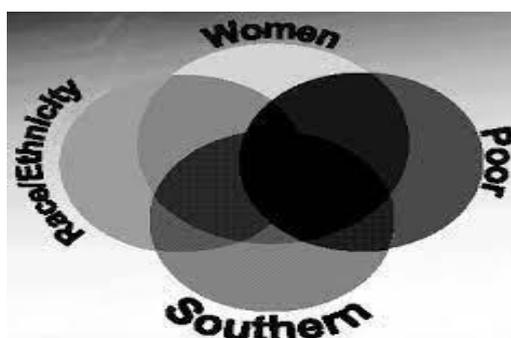
estruturas separadas e autônomas. Vejamos no quadro a seguir, que mais uma vez, a dimensão dos estudos pontuados pela Crenshaw, serve de base para compreender como se gesta as relações, e que acima de tudo, a interseccionalidade é um campo de organização que analisa os marcadores, e que pode, sim, ser uma excelente ferramenta política para complementar os argumentos trazidos pela TRS, posto que essa, não hierarquiza as relações.

Figura 8: Analogia dos "conjuntos" apresentado pela Professora Doutora Nathalie Drumond



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 9: Ilustração da interseccionalidade.



Fonte: Crenshaw, 2012.

Com a esquematização e a ilustração das figuras acima, é possível compreender que o debate e o questionamento que norteia os estudos acerca da interseccionalidade, de igual modo, explica o conjunto de opressões que se interseccionam e as suas respectivas gestões de dominação, sobretudo, para os grupos de mulheres negras, não negras, trans, não binárias, binárias, deficientes, entre tantas outras. Conforme explica a Professora Nathalie Drumond – que segue fazendo uma releitura proposta pela Crenshaw, dentro da discussão dos sistemas “duplos e triplos”, cada círculo se fecha em si, como sistemas únicos e fechados, constituindo uma unidade própria, ao mesmo tempo, em que se intersecciona. Ou seja, conforme Crenshaw (2012, p. 10):

Ao sobrepor o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos.

Dito isso, Em linhas gerais, a interseccionalidade é reconhecida em nosso trabalho como uma metodologia de cunho político, capaz de compreender as origens e os campos distintos/histórico da opressão e as suas estruturas, no entanto, fale ressaltar que o nosso campo teórico é construído por meio da compreensão do debate levantando pelo feminismo marxista, bem como, pelo esforço para construir uma análise a partir da teoria unitária, considerando, de modo atento, o sofrimento dos indivíduos, as experiências vivenciadas pelas pessoas que são marginalizadas e a dominação/opressão/expropriação dos corpos subalternizados que passa a experimentar os moldes que gestam as suas vidas dentro da perspectiva do sistema capitalista, dessa forma, corroborando com, Lewis (2021, s.p):

Para aqueles situados no plano dominante – pessoas ricas, europeias, branca, cis, masculinas, sem deficiência, heterossexuais, não-migrantes de nações imperialistas - , os vetores de opressão são como privilégios que passam pelos seus corpos como se fossem feixes de uma luz branca com poderes curativos e terapêuticos. Para aqueles situados nos planos subjugados – pessoas pobres, negras ou não-brancas, trans, femininas, intersexuais, com deficiência, *queer*, e colonizadas - esses vetores cortam os seus corpos como se fossem lasers.

Nesse sentido, dialogar a interseccionalidade com a TRS, cria um movimento de renovação do debate proposto nesta pesquisa, sem perder de vista, o crivo construído a partir dos estudos levantados pelo quadro teórico, que fundamenta e constrói a base de análise.

Em contrapartida, se faz pertinente ressaltar as críticas feitas a interseccionalidade, vista como uma teoria dualista, a acadêmica e socióloga feminista francesa, Daniele de Kergoat (2020, p.98), por meio da vertente da consubstancialidade, faz uma crítica a interseccionalidade, “pensar em termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas [...] A multiplicidade de categorias mascara as relações sociais, [...] As posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação”. E mais, conforme aponta Hirata (2014, p. 66), são dois os pontos essenciais da crítica de Kergoat feita ao conceito da interseccionalidade, sendo eles, em primeiro lugar, a de não partir da complexidade e dinâmica que

compõe as relações sociais, e a segunda, a de enfatizar o par gênero-raça, deixando de lado, a dimensão classe social.

Portanto, podemos concluir que para a consubstancialidade existem relações sociais, transversalmente, aprendidas, sendo elas, o gênero e a raça, enquanto para a corrente da interseccionalidade as relações sociais se interseccionam, o que pode gerar uma geometria variável, dito em outras palavras, podem incluir as relações de gênero, de classe, de raça, mas também da idade, religião, etc.

Diante desse confronto, percorremos nosso estudo de investigação alinhado à ideia apresentada por Patricia Hill Collin (2014), que considera a interseccionalidade como uma ferramenta de combate à múltipla opressão, esse item, passa a ser um instrumento que contém um viés político de luta.

Vejamos que nessa seção, tivemos como intenção a aproximação com esses debates e que, independentemente das contradições e controvérsias, manteremos como compromisso o combate contra as relações de domínio, controle e opressão contra as mulheres.

Dito isso, adentramos a teoria do sistema unitário – Teoria da reprodução social (TRS), a qual explica que existe unidade entre o trabalho produtivo (aquele que produz valor) atrelado ao trabalho reprodutivo (aquele capaz de proporcionar, minimamente, condições para que os outros consigam trabalhar).

Dessa forma, em respeito ao objetivo de nossos estudos, bem como, as discussões levantadas pela problemática, fundamentaremos nossas análises a partir da TRS, por compreender que essa teoria trará as respostas apontadas pelos pressupostos da nossa exploração. Dessa forma, estamos orientadas pelos estudos do campo teórico, feminista marxista, balizada pela fonte de estudos contidos na Teoria da Reprodução social, por compreender que a temática de investigação da nossa pesquisa visa analisar a representatividade das mulheres que exercem a profissão de motorista de ônibus na cidade do Natal–RN, e que de igual, como essas trabalhadoras constituem a população que se inserem nas demandas da reprodução, ou seja, atua para responder às necessidades dos seus, por outro lado, estão atravessadas pela concepção do modo produtivo. Assim, as noções contidas pela lente da TRS são essenciais para compreender o patriarcado, o capitalismo e o racismo, numa concepção unitária.

Nesse ponto da discussão, convém explicar com mais detalhes – O que é a Teoria da Reprodução Social, e para integrar nossos estudos, utilizaremos um quadro teórico que coaduna com a temática.

Professora de História, Tithi Bhattacharya (2013), em seu artigo intitulado, “O que é a teoria da reprodução social” apresenta em seu texto um ensaio que sintética e serve como chave para abrir

nossa compreensão sobre a TRS – Teoria da Reprodução Social – trazendo o apanhado de ideias de intelectuais marxistas contemporâneos que compõem os princípios constitutivos dessa teoria.

Autoras utilizadas como referências para os estudos que compõe os princípios da TRS, Lise Vogel; Martha Gimezes; Johanna Brenner; Susan Ferguson e David McNally (referências marxistas), esses/as autores/as argumentam que a força de trabalho é reproduzida e produzida fora da produção capitalista, dentro do que conhecemos como, família. Portanto, os laços de parentesco constituem um apêndice que viabiliza o desenvolvimento de atividades econômicas – que geram valor de uso – como cozinhar, lavar e passar roupas, limpar a casa, cuidar dos filhos, etc. Dessa forma, Vogel (2022, p.131), explica que, as perspectivas teóricas dos/as autores marxistas trazem luz ao debate da TRS, a princípio que é, “a responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico que fornece a base material para sua opressão e permite à economia capitalista tratá-las como um exército industrial de reserva massivo”, e ademais, a própria análise acerca da opressão às mulheres dentro das demandas atribuídas por meio do trabalho doméstico não pago na reprodução das relações sociais capitalistas. Assim diz, Vogel (2022, p.137)

Em primeiro lugar, o debate sobre o trabalho doméstico tentou colocar em contexto teórico a percepção feminista contemporânea de que a reprodução biológica, o trabalho de cuidado das crianças e as tarefas domésticas são atividades materiais que resultam em produtos, apontando, assim, para uma análise materialista da base da opressão às mulheres. Ao mesmo tempo, o debate centrou-se nas questões da posição da mulher como dona de casa e na contribuição do trabalho doméstico para a reprodução das relações sociais.

Em face desse quadro teórico passou a existir a categorização do trabalho doméstico, por meio, dos termos marxista, como produtivo ou improdutivo, ou seja, “produtivo ou improdutivo de mais-valia para a classe capitalista” (Vogel, 2022), que posteriormente passou a ser utilizado o conceito de reprodução, “foi utilizado como um meio de ligar teoricamente a opressão às mulheres à análise marxista da produção e da luta de classes”. Portanto, conforme aponta Vogel (2022, p. 147):

Vários participantes no debate sobre o trabalho doméstico postularam a existência de um modo de produção “doméstico” – ou “familiar”- em paralelo ao do modo de produção capitalista, contudo, subordinado a ele. O conceito de um modo de reprodução convergiu, além disso, com sugestões de antropólogos marxistas de que as famílias funcionam como fonte perpétua de força de trabalho barata tanto em países do terceiro mundo quanto nos países capitalistas avançados.

Em um último aspecto sobre as críticas a interseccionalidade, vale levantar a discussão que os sistemas duplos trazem à tona - debate criticado pela TRS - o problema do dualismo, como aquelas que utilizam os conceitos de patriarcado e reprodução chegam a analisar a opressão vivenciada pelas mulheres como um modo separados; “por exemplo, capitalismo e patriarcado, modo de produção modo de reprodução, sistema de classe e sistema de gênero” (Vogel, 2022, p. 149), desse modo, “por não conseguirem relacionar os sistemas de forma coerente e não mecânica, as teorias dos sistemas duais apresentam uma coexistência misteriosa de explicações independentes sobre o desenvolvimento social”. E será nesse ponto do debate, em torno da crítica a teoria dualista, que balizaremos nossos estudos.

Outrossim, como base para a construção dos caminhos possíveis, serão traçados aqui, o perfil das sujeitas participantes desta pesquisa, nos liames das análises dos fragmentos de fala das motoristas de ônibus da cidade do Natal–RN, com o diálogo a partir do referencial teórico que compõe e baliza os nossos estudos.

Vale ressaltar que em respeito as sujeitas participantes e caminho percorrido, cujo ponto de partida, se deu por meio da ética e seriedade no fazer pesquisa, justifica o uso da técnica metodológica que considera em todo o processo de desenvolvimento da pesquisa empírica o discurso do sujeito coletivo – que faz o resgate, por meio de entrevistas individuais com questões abertas, e que busca resgatar o pensamento, enquanto comportamento discursivo, bem como, o fato social que integra e internaliza o sujeito individualmente, conforme reforça, Lefevre (2006).

3.1. “Por que a mulher?”: Uma análise sobre trabalho, mulheres e corpo

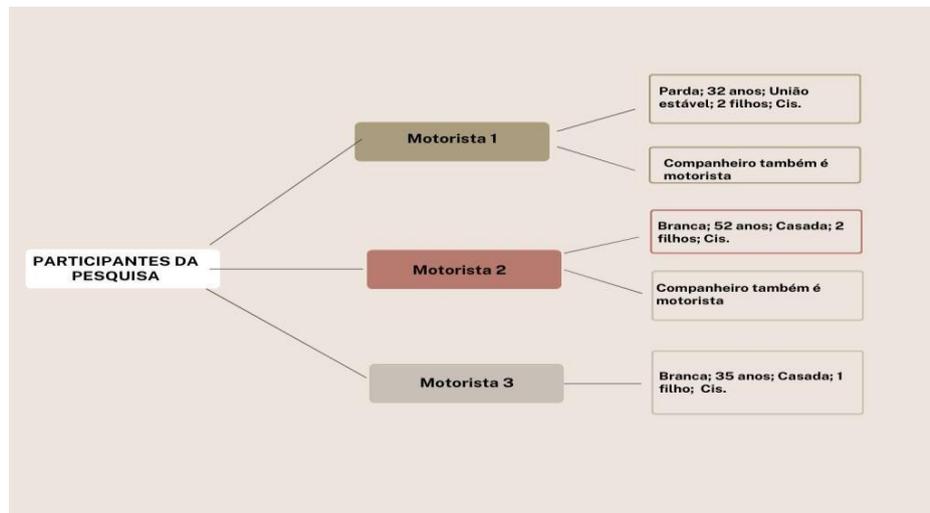
Partirmos do sujeito individual, cujo depoimento mantém como base a compreensão de sujeito coletivo, para tanto, utilizamos os seguintes operadores, a partir da compreensão contida do aporte teórico em questão: as expressões-chave que destaca trechos do discurso revelou a sua essência.

Descrevemos por meio das ideias centrais o sentido dos discursos das sujeitas, analisando as suas semelhanças, as suas funções, e os aspectos discriminatórios e classificatórios e a compõe; A ancoragens baseadas nas expressões sintéticas e como essas descrevem as particularidades de cada sujeita, como, por exemplo, os seus valores, as suas crenças; e por último, o uso do discurso do sujeito coletivo, analisamos os discursos, redigidos na primeira pessoa do singular, que expressam pensamentos coletivos a partir dos discursos dos sujeitos.

Dito isso, para melhor compreensão do perfil das participantes da pesquisa, das suas particularidades e das semelhanças entre si, segue o fluxograma - figura 10, que corresponde à seção 1 do instrumental - Entrevista semiestruturada - constituída por cinco seções distribuídas,

respectivamente: na seção identificação; traslado até o trabalho; rede de apoio e financeiro; âmbito pessoal, e por último, âmbito profissional.

Figura 10: Fluxograma das participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Na seção 1 da identificação, tivemos o contato inicial com as sujeitas da nossa pesquisa, além disso, foi possível identificar o perfil e algumas particularidades que atravessam as motoristas de ônibus entrevistadas da cidade do Natal–RN, vejamos: todas as motoristas são casadas, duas tem filhos menores de idade que demandam atenção e cuidado redobrado, e que nesses casos, afirmam que contam com uma rede de apoio de familiares, mais especificamente, de suas mães. No entanto, as obrigações e responsabilidades quanto às demandas do lar cabem, unicamente, as participantes, e que nesse caso, compartilham de uma jornada de trabalho com as atividades domésticas. O que discorre nessa seção também nos coloca no lugar de inquietação, posto que, foram levantadas questões acerca da rotina pesada e exaustiva das profissionais. O que corresponde a seção 2, intitulada por, “traslado até o trabalho”, foi identificado que das três motoristas, uma trabalha sob regime de plantão, finalizando suas atividades de meia-noite, e as outras duas, trabalham durante o dia, com folga uma vez por semana. Nos três casos, as motoristas necessitam de transporte público para se deslocar até o trabalho, precisando sair mais cedo de casa para chegar até a garagem de ônibus.

Nesse íterim, ganhamos fôlego para alcançar as discussões e apontamentos levantados pela TRS, por compreender que essas informações darão base para fundamentar a análise das seções contidas no instrumental utilizado na pesquisa de campo. Dito isso, partimos do princípio, da compreensão acerca da teoria unitária, que teve as suas primeiras impressões a partir da oposição

proposta por Young (1981, p. 50), que buscou tratar como atrito central, o gênero, ou seja, a solução proposta trata-se de

[...] Em vez de se casar com o marxismo, o feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo nessa teoria. Devemos desenvolver um quadro analítico que considere as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um sistema único no qual a diferenciação de gênero é um atributo central.

No entanto, em contra oposição ao que foi proposto por Young, baseado na divisão do trabalho, ou ainda, na localização da divisão generificada do trabalho, a corrente do feminismo da reprodução social agregou a compreensão de que a produção e a reprodução diária e geracional da força de trabalho deve ser o ponto de partida para a discussão, conforme diz nossa principal fonte teórica, Vogel (2022, p. 41)

A TRS propõe hoje uma reconstrução não só da história racial-generificada do surgimento e desenvolvimento do capitalismo, mas também do significado de classe social, reafirmando a existência dos trabalhadores para além do local de trabalho, ou seja, considerando a relação entre o trabalho produtor de valor, sob o domínio direto do capitalista, e a existência social dos trabalhadores para além deste domínio, como na esfera da produção cotidiana e geracional de suas vidas.

A partir dessa compreensão inicial, imediatamente, encontramos algumas indagações que serão facilmente respondidas pela TRS, como identifica, Vogel (2022, p. 42) que nas “relações de opressão, que são tanto relações objetivas produzidas ativamente pelos seres humanos no curso da acumulação capitalista e cristalizadas em instituições sociais, quanto relações que os produzem enquanto sujeitos, moldando subjetividades”, e é nessa perspectiva que Vogel mergulha para o aprofundamento intelectual e o desenvolvimento da teorização materialista-histórica dialética. E para tanto, Vogel (2022) considerou a explicação marxista como forma de chave central que corrobora com o pensamento crítico a partir de procedimentos que revelem como o modo de produção ganha espaço e se reproduz, sendo as seguintes categorias: a mercadoria, o valor, o dinheiro, o capital, a força de trabalho, a mais-valia.

Assim, para a construção desta subseção utilizamos como arcabouço teórico o texto de Vogel (2022), que integrou e contribuiu para a oportuna compreensão acerca das múltiplas formas de opressão, dominação e apropriação às mulheres, nesse sentido, a referida autora, propõe objetivar e teorizar a partir da unidade necessária e contraditória entre as dimensões de produção e reprodução social do capitalismo, além disso, identificar como a reprodução social está sob a lógica da acumulação capitalista. De igual modo, nossa pesquisa está balizada na teorização materialista-histórica dialética que coaduna com as bases dos estudos contidos na epistemologia feminista marxista.

Ainda convém dizer que na obra “Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária”, publicada pela primeira vez em 1983, com tradução para a língua portuguesa pelo grupo de estudos sobre teoria da reprodução em 2022, Lise Vogel, tratou sobre o debate da TRS - Teoria da Reprodução Social, que passou a ser considerado como um projeto de cunho feminista-socialista e que buscou dialogar com as categorias, ontologicamente pensadas por Marx, para compreender e explicar por meio de uma teoria única e integrada entre si como se gesta a opressão às mulheres na produção capitalista. Dessa forma, Vogel (2022, p. 65) sinaliza para a recuperação do “feminismo socialista de uma obstinada preocupação com ideias e discursos, evitando, ao mesmo tempo, as dificuldades metodológicas do debate sobre o trabalho doméstico e da teoria dos sistemas duplos”.

Soma-se a esse campo, a compreensão de que por meio da teoria unitária seria possível acrescentar as categorias contidas na obra “O capital”, para alcançar com riqueza de profundidade a fonte da opressão às mulheres, visto que, a narrativa d’O capital, identifica categorias cujos conceitos centrais nos convidam a compreensão do problema-chave, dessa forma, é possível observar que o movimento que Vogel cria não buscou apenas alcançar uma teoria unitária, mas também, investigar o que ficou silencioso na obra de Marx (Vogel, 2022).

Dessa forma, é elucidativo identificar que nas relações sociais dentro da sociedade capitalista traz como rebatimentos o processo de atividades das mulheres vinculadas ao papel do cuidado, do doméstico e do familiar. Nesse sentido, a nossa autora, Vogel (2022, p.81), compreende que

Ao identificar a necessidade contraditória do capital de explorar e renovar a força de trabalho - e considerando-a à luz da relação necessariamente diferenciada dos homens e mulheres (ou corpos sexuais masculinos e femininos) com os aspectos relacionados à procriação e amamentação dessas práticas de exploração e renovação – Vogel identifica a dinâmica socio material do sistema capitalista que tende a reproduzir formas de família patriarcais, como persistentemente tem efeito em todos os tempos e espaços do capitalismo mundial.

Desse modo, cresce de forma não silenciosa e excludente, manifestações de opressão, poder, expropriação das mulheres, conseqüentemente, submetidas às relações tóxico-abusivas, sendo essas, de cunho pessoal/familiar, social e/ou jurídico. No tocante, é preciso olhar para o contexto das relações sociais estabelecidas entre os gêneros dentro do caráter machista-patriarcal em arranjos movidos pelo modo capitalista, vejamos em, Vasconcelos e Gonçalves (2017, p.52)

[...] Esses valores e aspectos culturais que norteiam a sociedade atual – de caráter machista-encontram-se arraigados na estrutura social, em decorrência de manifestações naturalizadas em forma de comportamentos transferidos de geração a geração, adequando meninas e meninos aos papéis de subordinação e fragilidade, força e poder, respectivamente. São essas condutas que corroboram com a desigualdade de gênero até os dias atuais, vitimizandando as mulheres, sobretudo na esfera doméstica.

Feito esse preâmbulo, tendo identificado aspectos que compõem a estrutura vigente no modo capitalista, conseguimos compreender as categorias apreendidas em Marx, em sua obra, *O'capital*, como a base constitutiva para a elaboração teórica dos estudos de Vogel, dessa forma, dialogamos com, Prates (2012, p.117), quando diz que:

Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas. Nesse processo de apreensão, o autor considera fundamental dar visibilidade às contradições inclusivas que o permeiam e às transformações ocorridas no percurso, transformações estas que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade.

Como vimos, nessa tentativa de trazer um resgate histórico sobre a importância e o lugar ocupado por Vogel como uma das pioneiras na explicação e elaboração da teoria unitária, conseguimos demarcar as categorias principais que nortearam o debate levantado em nossa pesquisa, sendo elas: Mercadoria - Força de trabalho; Salário; Trabalho reprodutivo, visto que essas contribuem para visualizar aspectos que atravessam as participantes desta pesquisa. Por outro lado, a direção que fundamenta nossos estudos nos encaminha para compreender as determinações sócio-histórico, visto que as mulheres fazem parte do eixo, que segundo Marx (1976), está intrinsecamente relacionado com como o sistema gira – reprodução e produção da mercadoria – Força de trabalho.

Feito esse breve resgate histórico, alcançamos as particularidades das sujeitas que protagonizaram nossos estudos, respectivamente, dispostos nos capítulos 3 e 4 da dissertação, sem perder de vista a aproximação com o diálogo proposto pelo aporte que compõe o quadro teórico. Dessa forma, propomos como elemento central da nossa pesquisa apresentar os fragmentos das falas de nossas participantes, ao mesmo tempo, em que, teceremos um diálogo que explique as categorias sinalizadas anteriormente, além disso, alcançar as questões norteadoras e responder ao pressuposto aplicado no início desta dissertação.

Sobre os aspectos da dimensão do trabalho produtivo e reprodutivo, torna-se conhecimento, a partir do ponto de vista da reprodução social, a dimensão que estrutura a opressão às mulheres nas sociedades de classe, conforme aponta Vogel (2022), estão estruturadas dentro do processo geracional, uma vez que, as famílias têm posições muito variadas dentro da estrutura social (Vogel, 2022, apud Marx e Engels, 1975a, p.180), ou seja, como é operada a classe, fortalece diretamente a estrutura que gesta a opressão às mulheres, comenta-se em Vogel (2022, p. 310), que as particularidades que compõem as classes proprietárias e subordinadas, e em ambas, a opressão às mulheres se manifesta de modo específico, sendo essas: “Nas classes proprietárias, [...] aqui, a opressão às mulheres decorre do seu papel na manutenção e sucessão da propriedade. Nas classes subordinadas, [...] a opressão feminina nas classes subordinadas deriva do envolvimento das

mulheres em processos que renovam os produtores diretos, bem como da sua participação na produção”.

Nesse sentido, a teoria da reprodução social, passou a situar a opressão às mulheres a partir dos termos e concepções de reprodução social e reprodução da força de trabalho, torna-se conhecimento, conforme explica, Vogel (2022, p.325) que “a reprodução social implica, finalmente, a reprodução das condições e produção [...] entre outras coisas, a reprodução social exige que haja sempre uma oferta de força de trabalho disponível para pôr em movimento o processo de trabalho”. Portanto, pode-se mencionar que os termos produção e reprodução, são compostos por processos diferentes, conforme explica, nossa autora, (Vogel, 2022, p. 326)

A reprodução da força de trabalho é uma condição da produção, pois recoloca ou repõe a força de trabalho necessária à produção. A reprodução da força de trabalho não é, porém, ela mesma uma forma de produção. Isto é, não envolve necessariamente alguma combinação determinada de matérias-primas e meios de produção em um processo de trabalho cujo resultado é o produto força de trabalho.

Feito essa discussão teórica, é oportuno mencionar que as mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal–RN apresentaram ao longo de suas falas a concepção que rege os primeiros sinais do problema da reprodução da força de trabalho, e como consta em Marx, apresentam o consumo individual que passa a ser responsável pelos meios de subsistência do produtor, ou seja, conforme consta nas palavras do referido autor, (Marx, 1971a, p. 179)

Tal consumo produtivo se distingue do consumo individual pelo fato de que este consome produtos como meios de subsistência para o indivíduo vivo; o anterior, apenas como meio pelo qual o trabalho, a força de trabalho do indivíduo vivo, pode agir. O produto, portanto, do consumo individual, é o próprio consumidor; o resultado do consumo produtivo, é um produto distinto do consumidor.

Dessa forma, o conceito de consumo individual, se replica no cotidiano/vivência das sujeitas participantes da nossa pesquisa, em virtude dos fatos mencionados por elas, como primeiro argumento, expõe as tarefas executadas diariamente, e que passam a contribuir como um produto direto para o seu retorno ao trabalho.

Para dar sentido ao que foi explicado anteriormente, mencionamos a nossa motorista 2 que inicia a entrevista apontando algumas situações, que ilustram bem o identificado de acordo com a visão da autora Arruzza (2010), quando perguntada sobre a rotina de trabalho, campo marcado na seção 3, explicou sobre o seu afastamento em virtude de questões de saúde, e também, contou sobre as demandas e tarefas que precisava fazer antes de sair para o trabalho, explica que:

[...] Não foi uma escolha minha. Por que a profissão de motorista foi a que eu escolhi para mim por amor, então eu fui obrigada a me afastar para cuidar da saúde. Eu precisava fazer

uma cirurgia de urgência e isso mexeu muito comigo, acabou que eu pedi o afastamento, para voltar um ano depois”. (M2)

Falou também que quando estava trabalhando preferia o regime de plantão, em virtude das demandas do lar e o suporte que dava ao esposo, também motorista de ônibus:

“Tomar de conta da casa. Até por opção minha só gostei de trabalhar no plantão, já trabalhei em outros horários, mas plantão pra mim era essencial, por que eu tinha a manhã livre para eu organizar as coisas de casa, fazer almoço e depois do almoço descansar para poder trabalhar”.(M2)

Ter esse fragmento de fala foi fundamental para compreender como a produtividade é plantada na cabeça das pessoas através do sistema capitalista. E isso significa dizer que, na visão das autoras, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 52)

Nas sociedades capitalistas, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. Como o capital evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, ao mesmo tempo que trata o dinheiro como essência e finalidade supremas, ele relega que realiza o trabalho de reprodução social a uma posição de subordinação – não apenas para os proprietários do capital, mas também para trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre outras pessoas.

Assim, quando se trata da reprodução social, os corpos utilizados, passam a serem baseados no gênero, na raça e na classe, conforme as palavras das referidas autoras, “a depender dos papéis de gênero e entrincheira-se na opressão de gênero. A reprodução social é, portanto, uma questão feminista”, assim, passa pelo crivo das diferenças de raça, sexualidade e nacionalidade, conforme apontam, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019).

Dessa forma, convém apontar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cujo o tema de pesquisa, dialoga diretamente com o que foi discutido pelas autoras supramencionadas - levantamento das formas de trabalho cujo base foi 2022, discorreu sobre os cuidados de pessoas, afazeres domésticos, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário. E a nível metodológico, contaremos apenas como as demandas dos afazeres e tempo de trabalho domésticos.

Obras seminais como as de Marx e Engels desempenharam um papel fundamental nessa análise, delineando as relações de produção, alienação e exploração inerentes ao sistema - o trabalho assalariado, ao ser explorado pelo capital, gera contradições fundamentais.

Engels, por sua vez, contribuiu significativamente para a compreensão das condições de trabalho em "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra". Evidencia-se, desse modo, as injustiças do sistema e a centralidade do trabalho na formação da sociedade, em todos os seus âmbitos, sendo essencial para uma análise sobre relações sociais.

De início, na atualidade, a dimensão que envolve o cenário brasileiro apontado nos estudos do PNAD - 2022 apresentam que em se tratando dos afazeres domésticos, essas demandas tendem a recair para as mulheres, e que essas, dedicam cerca de 6,8 horas a mais que os homens.

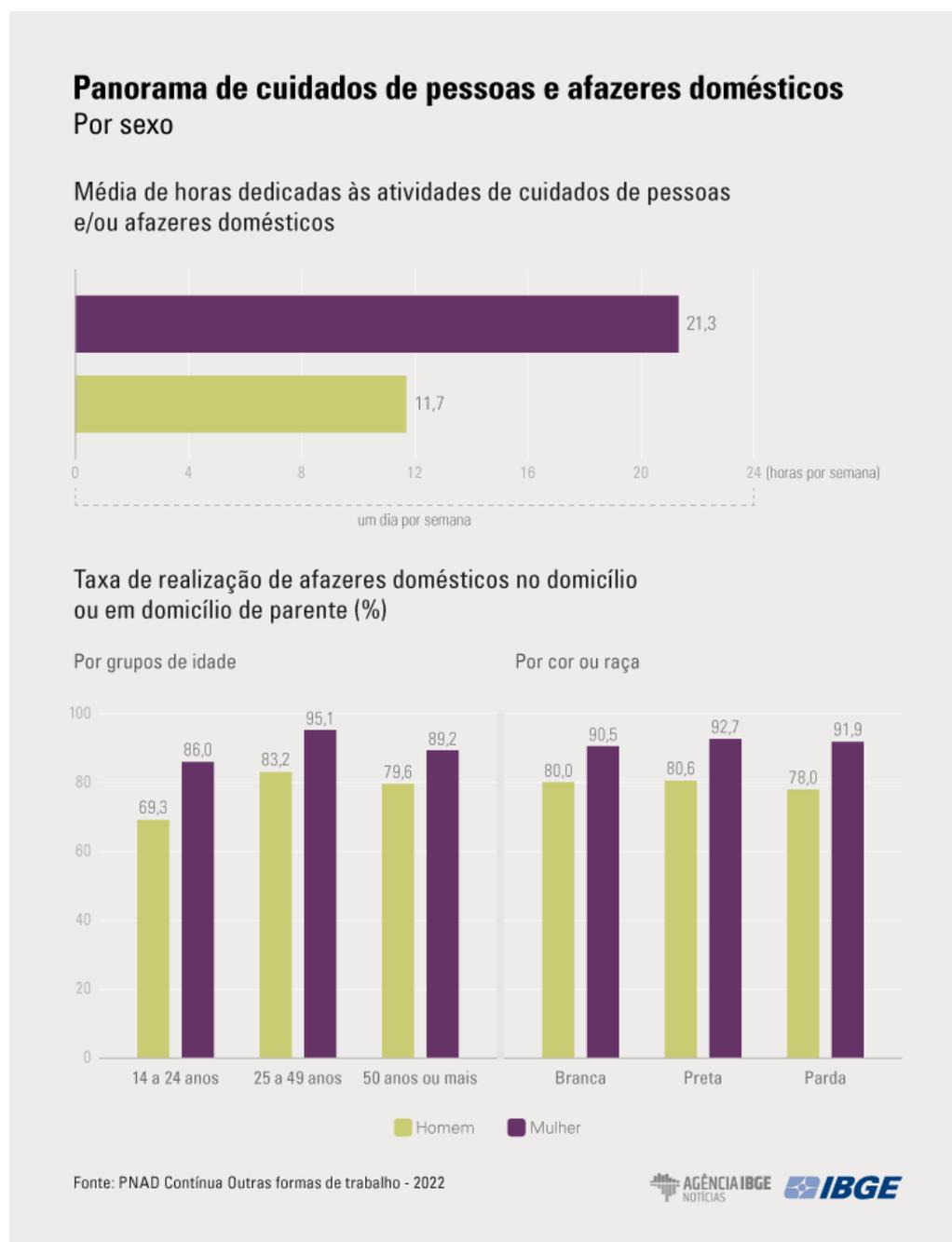
Nesse sentido como justificativa, é dada a tese de que os homens precisam de mais tempo para o trabalho fora do lar, assim cogita-se afirmar por meio de tudo que até então foi exposto nesta pesquisa, que esse pensamento pode ser analisado a partir da concepção da reprodução da vida e produção social, cuja análise crítica, sobretudo, feminista marxista – teoria unitária, explica que, dentro do âmbito que perpassa pela égide do sistema capitalista torna-se conhecimento considerar que as tarefas executadas fora do lar - pelos homens, se tornam mais valorizadas, visto que é o retrato da produção, do desenvolvimento e da esfera do público.

A pesquisa do IBGE sobre afazeres domésticos, que estará na Figura 11 (próxima página) oferece uma oportunidade para a análise crítica sob as teorias feministas e marxistas. As desigualdades nos afazeres domésticos refletem, de modo direto, as estruturas de poder de gênero, especialmente no caso de duplas ou triplas jornadas. As teorias feministas também evidenciam como a invisibilidade dessas atividades contribui para a reprodução da desigualdade de gênero.

A análise marxista e suas intersecções ampliam essa compreensão, ao considerar como a classe e a economia, em todo local, são intrínsecas à divisão do trabalho. Pesquisas como a do IBGE não apenas quantificam a extensão dessas desigualdades, mas permitem refletir, a partir de dados, o patriarcado e o capitalismo na reprodução das disparidades sociais, sendo um aparato fundamental para nossa análise.

A partir dessa base teórica robusta para analisar as dinâmicas do trabalho, podemos apresentar a figura, representando empiricamente as disparidades econômicas resultantes das relações de produção e das estruturas sociais de opressão, tratando-se de um desafio tanto histórico quanto contemporâneo.

Figura 11: Afazeres domésticos: Pesquisa do IBGE mostra o tamanho da amostra quanto ao tamanho da desigualdade de gênero



Fonte: IBGE, 2022.

Frente a essas informações, temos a constatação de que as demandas dos afazeres domésticos são realizadas, sobretudo, pelas mulheres, e numa análise com recorte de raça,

encontramos os dados que compõe a pesquisa, cujo panorama, apresenta que os cuidados de pessoas e afazeres domésticos, recaem sobre as mulheres negras com mais intensidade, 92,7%, enquanto para as pardas chega a ser 91,0%, e as mulheres brancas 90,5%. Pelo exposto, conforme a análise em, Lélia Gonzalez (2020, p. 96)

O desenvolvimento econômico brasileiro, [...] resultou num modelo de modernização conservadora excludente. Poderíamos considera-lo também a partir da noção de desenvolvimento desigual e combinado, em que a formação de uma massa marginal, de um lado, assim como a dependência neocolonial e permanência de formas produtivas anteriores, de outro, constituem-se como fatores que tipificam o sistema.

Assim, é possível considerar que as estruturas que compõe a articulação ideológica, em vias de prática, trazem sentido ao racismo, remetem a uma lógica que traz em seu campo estrutural, a eficácia da divisão racial do trabalho, conforme explica, Gonzalez (2020, p. 96), cujo compartilhamento e utilidade, se dão por meio de “formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas”.

Pelo exposto, a dimensão racial é apresentada, nos dados anteriores, como uma das fontes que alimenta e gera o modo capitalista, e que atualmente, afirma, Gonzalez (2020, p. 111) que “à violência cotidiana da exploração econômica e da opressão racial a que estão expostas milhares de Glórias, Marias, de Lecys, de Aglaetes, de Alziras e de Reginas da vida”

Nesse panorama, Gonzalez (2020, p. 44), nos toca de modo provocador, causando reflexão sobre o assunto, quando comenta:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais.

Além disso, quando a participante da pesquisa foi perguntada sobre o tempo/jornada de trabalho e tarefas executadas fora da rotina de trabalho como motorista, encontramos na participante, motorista 1, os primeiros achados para responder à pergunta inicial proposta no início desse capítulo; “Por que a mulher?”. Logo, a motorista 1, compartilhou que por necessidade teve que trabalhar até as vésperas de parir o seu filho, trabalhou até o dia 2 de janeiro, e teve o filho no dia 3 de janeiro. Explicou que precisou fazer isso para conseguir aproveitar o tempo da licença maternidade, e mesmo com a rede de apoio (da sua mãe), apresentou a vontade de estar presente nos primeiros meses de vida do seu bebê, vejamos o que diz a referida participante:

[...] mas em uma parte sim (escolha minha ter ficado até esse tempo de gestação trabalhando), por que quanto mais tempo eu ficar, mais tempo eu fico com a criança. Então pra mim era melhor, entendeu?. Mas lá dentro é sossegada, entendeu? (em relação ao ambiente de trabalho). Do primeiro eu fiquei até quase 8, mas esse daqui não deu certo por

que a barriga batia no volante (explicou que a empresa tirou ela da rua e deslocou para uma função administrativa) pois, qualquer coisa eu machucava, qualquer impacto é na barriga”.(M1)

Diante do exposto, quando se trata sobre os aspectos que compõem o trabalho necessário, o processo de reposição geracional passa pelo crivo da divisão sexual do trabalho, e torna-se conhecimento, a argumentação teórica em Vogel (2022, pp. 336 - 337) quando elenca alguns elementos que servem de base para a análise do fragmento de fala da participante, motorista 1

As mulheres que pertencem à classe subordinada têm, portanto, uma função especial em relação à reposição geracional da força de trabalho. Mesmo que elas possam ser também produtoras diretas, é o seu papel diferenciado na reprodução da força de trabalho a raiz da sua opressão na sociedade de classes. [...] Gerar filhos ameaça diminuir a contribuição que uma mulher da classe subordinada pode dar como produtora direta e como participante do trabalho necessário. A gravidez e a lactação envolvem, no mínimo, vários meses de alguma redução na capacidade de trabalhar.

Dessa forma, considerando as necessidades da classe dominante, o ato de gerar um filho e a lactação implicam para a manutenção da força de trabalho em virtude do período que corresponde a diminuição da capacidade de contribuição da mulher da classe trabalhadora. Ainda convém lembrar, que existe a divisão própria para os homens e as mulheres, e em se tratando dos aspectos que atravessam a classe trabalhadora, na compreensão de Vogel (2022, p. 339) esses papéis passam a evocar uma forma própria que passa pelas estruturas:

As famílias das classes subordinadas podem ser conceitualizadas como unidades sociais baseadas no parentesco dentro das quais os homens têm maior responsabilidade pela provisão de meio de subsistência para as mulheres que geram filhos durante o período de redução da sua contribuição para o trabalho. Como estruturas institucionalizadas em sociedades de classes concretas, as famílias de uma classe subordinada normalmente se tornam locais sociais importantes para a realização da manutenção e dos aspectos da reposição geracional do trabalho necessário. [...] Geralmente, as mulheres têm maior responsabilidade pelas tarefas contínuas associadas ao trabalho necessário, e especialmente ao trabalho relacionado às crianças. Os homens, de forma correspondente, frequentemente têm maior responsabilidade pela provisão dos meios materiais de subsistência.

Diante da perspectiva contida no raciocínio crítico de Vogel, é possível compreender como, historicamente, recaiu sobre as mulheres as demandas e as tarefas voltadas para o trabalho necessário, e que em sua visão, a fonte de opressão não é determinada pela capacidade da mulher de gerar os seus filhos, mas sim, pelo próprio significado social construído nas divisões de trabalho. Ou seja, o legado histórico patriarcal coaduna com as estratégias lançadas que contribuem para a opressão feminina.

Além disso, em diálogo com o fragmento da fala da participante M1, encontramos um embate que faz parte da realidade vivenciada por muitas outras mulheres - a necessidade de ter que

escolher entre ser bem sucedida, profissionalmente falando, ou ser feliz com a constituição de sua família - por outro lado, encontramos uma terceira indagação, ser uma mulher que se sente realizada profissionalmente, e que versa, igualmente, com a realização encontrada no ato de gestar um filho. Nesse último caso, com esse “pacote”, vem a pressão externa de dar conta de tudo, de não ter o direito de sentir o ápice do esgotamento. Nesse sentido, alguns caminhos possíveis nos levam ao consenso que podem responder a esses embates e discussões, sendo esses:

1. As bases que compõem a exploração capitalista, que alimenta em um segmento da população a ideia de incapacidade, o que torna vivo a concepção de que a pessoa deve aceitar toda e qualquer situação, posto que, é a única opção que cabe; 2. Junto com o sistema capitalista, recai historicamente a luta das mulheres e a reivindicação, seja por posto de trabalho digno, ou represália contra a flexibilização, precarização e terceirização, que nas palavras da autora Arruzza (2019, p. 25) trás o conhecimento de que a Privatização da esfera produtiva tem força sobre nossos corpos quando nos deparamos com a realidade do trabalho de subsistência, que inclui o trabalho doméstico e todos os cuidados fundamentais para a reprodução social da força de trabalho. Trabalhamos cerca de 20% a mais do que os homens e uma dupla jornada de trabalho.

Ou seja, nesse hiato entre quão necessário é para a mulher ter uma profissão, ter filhos e se sentir realizada, passa por uma linha tênue que demarca os moldes operados pelo sistema capitalista que controla e direciona os corpos femininos, seja no sentido, de colocar essa mulher para trabalhar em condições exaustivas e/ou apontar como direção, a venda de sua mão de obra como algo desvalorizado e barato, bem como, na operacionalização de demandas dedicadas aos afazeres domésticos e os cuidados com os seus.

Outro dado que deve ser levado em consideração foi identificado ao longo da pesquisa, que apresenta como as motoristas iniciaram na empresa, de início: A motorista 1 já tinha experiência como motorista de ônibus; motorista 2 era instrutor de trânsito e a motorista 3 era cobradora de ônibus antes de exercer a profissão de motorista. Destaco essas informações, por considerar um dado oportuno para compreender o que todas sinalizaram: as três motoristas compartilharam que no ano de 2016 a profissão de cobradora passou a ser extinta, uma vez que era considerada uma forma de gerar gastos para as empresas (esse ponto foi explicado pelas motoristas), como isso, os motoristas passaram a exercer a dupla função: motorista e cobrador. Por outro lado, os cobradores tiveram a “oportunidade” (palavra utilizada pela participante da pesquisa) de mudar para o cargo de motorista, desde que, cumprissem as exigências próprias da profissão de motorista de ônibus.

Vale ressaltar, que toda e qualquer responsabilidade no quesito validade, renovação e pagamentos correspondentes a CNH recaem ao motorista de ônibus, ou seja, para exercer o ofício de motorista de ônibus, deve seguir os preceitos do Código de Trânsito Brasileiro, sendo esses: Porta a categoria “D”- no mínimo 2 anos de experiência, ter curso de transporte de passageiro (atualizado a cada 5 anos); e renovação da Carteira Nacional de Habilitação, à cada 10 anos, a depender da idade.

Dito isso, fomos atravessadas com as seguintes questões: Como o capital se apropria da mão de obra do trabalhador? E se esses cobradores, sobretudo, em sua grande maioria, cargo ocupado pelas mulheres, não tivessem interesse e/ou não se identificassem com a profissão de motorista, o que iria acontecer?

Como resposta ao primeiro questionamento, vale reconhecer que no capitalismo, de modo geral, existe a apropriação que controla a existência social da classe dominada, submetendo a condições de controle, conforme aponta Marx (2017, p. 292)

O trabalhador durante uma parte do processo de trabalho produz apenas o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios necessários á sua subsistência. Produzindo sob condições baseadas na divisão social do trabalho. Ele produz seus meios de subsistência não diretamente, mas na forma de uma mercadoria particular.

Refletindo sobre a segunda questão, Infelizmente, a resposta é uma só: Seriam demitidas. Sendo assim, na perspectiva de Marx (1971a), o exercito industrial de reserva é composto por uma massa de trabalhadores que se deslocam no mercado de trabalho conforme as particularidades do sistema capitalista, que além de aderir as constantes mudanças chega a usar a força de trabalho consoante a sua própria necessidade, assim, de acordo com, Vogel (2022, p. 329) “do ponto de vista teórico, ainda não importa se são mulheres ou homens, desde que estejam de alguma forma disponíveis para compor a força de trabalho”.

Portanto, em vista dos argumentos apresentados ao longo dessa seção, concluímos que as discussões em torno da produção social e reprodução da vida trazem à tona elementos essenciais para compreender que o sistema capitalista precisa da classe dominante, mas sobretudo, se beneficia da apropriação do mais-trabalho, em outras palavras, exploração dos corpos da classe subordinada. Nesse intento, os corpos femininos adquirem uma função própria, que nas palavras de Vogel (2022) servem como manutenção e renovação direta para a classe dominante.

3.2. Padrão específico de dominação e a ordem do patriarcado

Antes de dar início aos estudos proposto nessa subseção, é necessário explicitar que não temos a intenção de esgotar as análises acerca da ordem patriarcal, por compreender a dimensão que passa por essa discussão, além disso, por se tratar de um agente que naturalizou o papel do processo sócio-histórico das mulheres ao longo do desenvolvimento da sociedade, bem como, as fontes de padrão específico de dominação.

Por outro lado, nesse liame, o presente estudo objetiva, de modo geral, se propor a compreender, a partir do cenário brasileiro, como se desenvolve a aplicabilidade dos padrões de dominação sob a ordem patriarcal e o devido lugar dado como pertencimento para as mulheres.

Assim, pode-se mencionar que nas primeiras décadas do século XX, cresceu e ganhou espaço a movimentação do feminismo, que assumiu as suas primeiras lições para visibilizar as ações políticas e os estudos feministas, que buscou romper com a prerrogativa de que uma parte da história das mulheres não foi contada, ao mesmo tempo, em que esta, por diversos momentos, foi ignorada e deixada de lado, bem como a dispersão forçada de um povo marcado desde os primórdios pelo preconceito e pelo silêncio.

Nesse intento, estamos fazendo o caminho inverso, partindo daquele que acreditamos ser a força égide de resistência das mulheres, para assim, alcançar o sistema de dominação, dessa forma, vale ressaltar que o movimento feminista é potente e não pode cair no campo do demérito, visto que foi e é fonte de protesto, frente de luta e mobilização com agentes políticos e centralizado no rompimento de toda e qualquer forma de preconceito, segmentação e violência. De igual modo, a literatura mostra que o movimento feminista contribuiu com encaminhamentos para a Constituição de 1988, mudando o *status* jurídico das mulheres no Brasil.

Com isso, o movimento feminista e as epistemologias que o cercam passaram a exercer força e resistência, principalmente por compreender que por meio das suas ações de luta e reivindicações é possível abrir caminhos, libertar vozes e “desacorrentar indivíduos”. Dessa forma, enfrentar as desigualdades de gênero, resistir à opressão de classe e de outros sistemas discriminatórios que assolam, sobretudo, as mulheres, faz parte da agenda das políticas sociais e manifestos de luta social, como mostram os artigos que compõem e estruturam a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Feito esse adendo, partimos da compreensão de que na sociedade regida pelo sistema capitalista, existe o retrato da desigualdade, da violência, da manipulação e da expropriação dos corpos femininos, onde é constatado, sobretudo no tocante que passa pelos marcadores sociais de raça, gênero e classe, que as mulheres negras compõem a linha de frente, principalmente no que tange à violência.

Pesquisa feita pelo Instituto Datafolha (2002) a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública discorre que 48% das mulheres pretas sofreram algum tipo de violência na vida, para 33% da população geral, enquanto 49% da população de mulheres com escolaridade até o ensino fundamental estiveram em situação de exposição e violência, portanto, os dados denunciam a promoção de ódio, descaso com as mulheres e a narrativa misógina que insiste em ocupar os espaços da nossa sociedade.

Nesse intento, as lutas e as manifestações devem ser colocadas contra a dominação masculina – conhecida como o poder do patriarcado, ao mesmo passo em que deve ter como

premissa o combate à desigualdade de gênero, a opressão de classe e a resistência a todo e qualquer sistema discriminatório, sobretudo, no que tange ao modo que opera o sistema capitalista.

Vejamos no fragmento de fala da participante, Motorista 2, como de materializar os ditames do sistema cis heteronormativo, patriarcal, racista, sexista, capitalista, e como essas mulheres enxergam a situação:

“[...] Eu como mulher, você sabe, a profissão de motorista é específica para homens e as mulheres entrou e acabou abrindo esse espaço, então tem uns que aceitam e outros não. Eu nunca tive problema com colega de trabalho, mas já teve de um ficar com cara feia [...] Então tem aqueles motoristas homens que não admitem que você seja mulher e faça o que ele acabou de fazer, ou que não dava para ser feito, e eu fui lá e mostrei que dava para fazer. Às vezes é a má vontade, às vezes a pessoa tá ali naquela profissão só pelo salário, não pelo o amor, nem pra ajudar a empresa/ vestir a camisa da empresa. Lógico que eu não ia fazer nada para pôr em risco a minha vida e a dos passageiros” (M2).

De acordo com as falas das sujeitas participantes, observamos que algo passa a ter uma certa recorrência: as motoristas falam de “sonho”; relatam a realização do sonho de exercer a profissão de motorista de ônibus; recorrem à ideia de gratidão aos patrões pela oportunidade; e mesmo que relatem situações de exposição em suas vivências profissionais, apresentam que exercer a profissão de motorista de ônibus é algo muito mais importante, a ponto de dificilmente questionar ou confrontar como o sistema opera, conforme identificado no seguinte fragmento:

“Eu acho que nós batalhamos muito para conseguir esse espaço, e que tivemos a oportunidade que a empresa deu, por que não é toda empresa que dar[...]” (M3).

Além disso, na fala da motorista 2, observamos que até reconhece que existe uma segregação quando se trata da divisão sexual do trabalho e preconceito, no entanto, não existe nenhum tipo desenho/esforço crítico em sua fala, que logo remete a ideia de meritocracia:

“A mulher nasceu para isso (para ajudar o homem), ela tem a mesma função do homem, só basta correr atrás, ter força de vontade. Tem muitas mulheres que dependem do homem, e isso não é bom. Primeiro casamento você não sabe quando vai dar certo ou errado. Então você tem que ter uma profissão, para quando aquilo acontecer você não se sentir perdida, me saber para onde ir. Então eu sempre tive essa visão. No final a gente acaba dependendo, por que no casamento um depende do outro, mas quando tem um desligamento a gente precisa saber pra onde ir... e quando a gente é dependente totalmente acaba aguentando certas coisas por que não tem coragem de arregaçar as mangas e correr atrás dos objetivos” (M2).

Por outro lado, O sonho de dirigir ônibus, para essas motoristas, é algo que no primeiro momento esteve distante de sua realidade, no entanto, foi plantado a ideia que os desafios e as limitações postas pela sociedade, podem ser facilmente ultrapassadas, uma vez que exista esforço, capacidade das mulheres.

Nesse contexto, conforme a compreensão de Federici (2021) na perspectiva de analisar a posição social das mulheres, revela, por um lado, como o prisma institucionalizado pela exploração capitalista do trabalho, aponta para a contínua discriminação de gênero, de raça, bem como, na visão da supramencionada autora, “possibilita transcender a política de direitos que pressupõe a manutenção da ordem social existente”. Por outro lado, é necessário não perder de vista o papel e o reconhecimento do feminismo como ferramenta didática e metodológica para a educação das sujeitas que estão envoltas do sistema de dominação. Assim, reconhecer as fontes de dominação, como se alimenta o patriarcado e os aspectos que compõem o sistema de dominação, é essencial para manter vivo o questionamento e enfrentamento a essa ordem. Pode-se mencionar as falas das motoristas 3 e 1, como um exemplo de quem reconhece, questiona e confronta a ordem de dominação:

“É desafiador... Todos os dias a gente está desafiando aquelas pessoas que não respeitam a gente, por que acreditam que era para estamos no fogão” (M3).

“Era mais mulher que dizia as coisas. Normalmente, elas diziam: “Ao invés de estar em casa, lavando e passando... eu garanto que a casa delas é podre de surja, tá aí tomando conta do lugar de um homem. Tantos homens desempregados” (M1).

Em vista dos relatos, identificamos que em todo o processo da pesquisa, quando perguntado sobre os principais desafios por exercer a profissão de motorista de ônibus, a resposta é unânime: romper com os preconceitos é sem sombra de dúvida o maior desafio, vejamos:

“Os preconceitos são bastantes, às vezes, não é da parte masculina, é mais da feminina, por que até hoje, eu tenho 6 anos como motorista, e ainda tem mulheres que quando vê que é uma mulher dirigindo, fala que não vai entrar no ônibus” (M1).

“Teve uma vez que uma mulher disse assim para mim: essa rapariga. Peguei uma depressão muito forte, um estresse altíssimo. Só que antes de tudo isso veio o treinamento que é muito pesado, para quem não tinha prática, mas eu fui... e passei. Depois me jogaram na rua e disseram que eu estava preparada, que eu tinha que ir pra rua” (M3).

“Tinha duas mulheres na parada, elas pediram a parada, quando vi que era a mulher dirigindo disse: Vixe, é uma mulher? Vou não!”. Continua discorrendo sobre o preconceito, relacionando com os esteriótipos criados pela sociedade e ditados como padrão de vestimentas, posicionamentos para grupos específicos, inicia a fala reforçando que existe preconceito, vejamos: “Existe, mulher, existe pra tudo! Não só para motorista de ônibus, pra tudo... se a mulher é policial, é sapatão. Se a mulher é motorista de ônibus, então...” (M2).

“Eu tentei desistir uma duas vezes só por causa dessas coisas [...]” (M3).

“O preconceito dos machistas, mas a gente relewa isso... [...] “Antes a gente não podia nem falar... hoje, a gente pode falar, errar, pode fazer o que quiser, o importante é você realizar os seus sonhos [...]” (M2).

“Até por que a gente foi criado para ter livre acesso a qualquer profissão que a gente quisesse, nunca tivemos empecilhos. A empresa de transporte coletivo é formada por 80/85% por homens, então você deve ter uma certa postura para viver ao lado deles, na realidade, você deve ter uma boa criação para você se infiltrar ali dentro. [...] Meu pai sempre foi muito rigoroso, em relação a gente ter amizade com homens. Ele nunca impôs nada, ele sempre nos orientou, ter o contato com uma amiga é diferente de ter com um homem... as vezes você tem amizade com ele, mas não é recíproco, ele pode te ver com outros olhos. Então eu sempre levei isso por toda a minha vida. E quando eu entrei na empresa, o Sr. Xx disse que a maioria é homem e você deve ter uma certa postura... E quando ele falou isso eu já sabia que tudo ia depender de mim. Quando eu entrei na empresa eu já era casada, tinha filho, isso ajudou bastante para ter o certo empecilho. O respeito ali foi adquirido por mim, todo mundo me respeita como irmã, amiga... até porque o meu esposo trabalha lá então tudo isso gerou respeito” (M2)

“Você sabe que a gente não é beneficiada em nada por ser mulher! Se você entrar na profissão você deve exercer o mesmo padrão, é tanto que ta aí, motorista de ônibus (não existe gênero) você passa pelas mesmas situações que os homens, você deve ter o pulso firme. Eu me lembro que quando eu entrei só existia uma mulher. O Sr xx falou em relação a demanda de passageiro (isso conta também para a empresa), eu me lembro que eu estava na reunião e falou:”Vocês olhem para xxx e nenhum de vocês amarra a chuteira dela, por ela ser mulher”. Isso acabou todo mundo olhando pra mim com outros olhos, aqueles que diziam que eu não era capaz... então começaram a me ver diferente. Então o reconhecimento da gente tem que ser por quem está dando o nosso salário. Colega de trabalho pouco importa o que eles pensam...” (M2).

“As críticas são muitas... mas tenho colegas que falam que nunca viu uma mulher “bater alavanca tão bem como eu”; “nenhum homem bate alavanca como M xxx”; “se colocar um copo de água mineral no painel do ônibus, ela vai e volta e não derrama”... tem outros que coloca lá em baixo: “Mulher tem que dirigir fogão”; “Mulher tem que ta em casa”...mas o que vem de bom a gente filtra e tenta melhorar e o que são ruins a gente entra no ouvido e sai pelo outro. O bom da profissão é você ter para onde ir todos os dias para ganhar o seu dinheiro certo, hoje eu digo, que se não fosse a minha profissão eu não teria o meu comercio por que de certa forma é uma poupança forçada para quando a gente sair. Então o bom é isso!. Tá servindo a sociedade com paciência e amor” (M2).

Portanto, em virtude dos fragmentos da fala das nossas sujeitas participantes, em diálogo com o nosso quadro teórico, fechamos essa seção, compreendendo que dentro da perspectiva de desenvolvimento capitalista, pensar sobre a mulher na sociedade capitalista, condiciona, automaticamente, a ideia de que essa deve apenas seguir os padrões pré-determinados pelas estruturas do modo vigente.

Dessa forma, romper com o ciclo de padrão societário passou a ser uma tarefa própria da agenda, que corrobora cada vez mais com as mulheres conquistando espaços para além do âmbito doméstico, do cuidado e do não remunerado. De igual modo, fazemos o movimento de reflexão sobre as implicações e a urgência em “romper ciclos”, “ocupar espaços para além da esfera da reprodução e/ou “ultrapassar o campo da responsabilidade do cuidar”.

3.3. Representatividade construída: em foco, as motoristas de ônibus

Antes de dar início a este subtópico, é importante esclarecer alguns aspectos que o estruturam, e pode-se mencionar, o esforço feito no campo bibliográfico, via arcabouço teórico, que constituiu um forte mecanismo para demarcar a compreensão da representatividade e a sua apreensão construída coletivamente por meio da análise sobre as motoristas de ônibus da cidade do Natal–RN. Dessa forma, os resultados apresentados ao longo dos capítulos anteriores conversam diretamente com esse último fôlego dado para a concepção/construção/desenvolvimento do último capítulo, sobretudo, dentro dos avanços na pesquisa desta dissertação.

Houve então, dentro dos aspectos que delimitaram o movimento de nosso crescimento intelectual, das respostas encontradas ao longo do campo empírico e do esgotamento analítico, que vale ressaltar, não chegou ao fim, a necessidade de focar o nosso olhar para alcançar as respostas propostas pela questão norteadora desta dissertação: Mulheres exercendo profissões consideradas “masculinas”, sobretudo, a profissão de motorista de ônibus na cidade do Natal–RN, podem contribuir para uma mudança da estrutura de poder vigente no modo capitalista?”.

Dito isso, o conceito da teoria da representação social, balizada pela ideia transmitida por Serge Moscovici(1961), aponta para o campo do conhecimento que ganha vida por meio da construção de condutas comportamentais, além disso, do ponto de vista do grupo social, é capaz de produzir interações interpessoais, conforme especifica o psicólogo social romeno, Moscovici (1978). Nesse sentido, quando questionado a função da reprodução social, estamos tratando sobre a constituição de conhecimento que passa a ser elaborada por meio de compartilhamentos que são construídos e produzidos socialmente, visando a realidade comum e a viabilidade da comunicação dos indivíduos.

Dessa forma, a análise da representatividade das mulheres motorista de ônibus da cidade do Natal–RN, parte da representação social, cujo recorte analítico mantém consonância com a teoria da reprodução social proposta por Moscovici, dialogando, diretamente, com outros autores: Minayo (2007) com a linguagem do senso comum; Lefevre e Ana Maria Cavalcante (2006) com o discurso do sujeito coletivo e as técnicas metodológicas; e por fim, os elementos contidos em Bourdieu (1990) com o social falando ou falado a partir da singularidade dos indivíduos.

Dito isso, o lugar que partimos coaduna com a compreensão de que por meio da representação social, balizado sob a teoria proposta por Moscovici pode-se romper com os paradigmas propostos pelos ditames da sociedade capitalista, bem como, na compreensão de, Carvalho (2005) que passa a descrever a representatividade social a importância dos contextos mais recentes, pois esses são responsáveis pelas novidades e/ou mudanças, como também ajudam a fomentar, por meio deste dinamismo, a compreensão da pluralidade que compõem os sujeitos sociais.

Ou seja, é uma ferramenta contemporânea, de modo que a “reprodução social pode ser considerada como formas de conhecimento que são elaboradas e compartilhadas socialmente e favorecem a produção de uma realidade comum, que viabiliza a compreensão e a comunicação dos indivíduos com o mundo” (Moscovici, 1981 apud Oliveira 2007, p. 387). Vale se aprofundar na compreensão do senso comum, conforme alerta Moscovici, como o lugar que leva o indivíduo a romper com as estruturas de poder e a aproximação com as mudanças sociais.

Assim, podemos a partir do fragmento da fala da participante, motorista 3, recorrer aos achados de cunho analítico de Moscovici, para nos aprofundar melhor nessa compreensão de representação social e como a representatividade exhibe o poder de transformação social individual e coletiva, vejamos a fala:

“[...] o pai do meu esposo disse (bem machista) que: “Ah, isso não dá para você!”.(M3)

Na fala citada é possível observar como a extensão da sociedade, regida sob a égide patriarcal, tende a controlar e dominar os corpos, de igual modo que dita os espaços e lugares, sobretudo, aqueles as mulheres podem ocupar, dessa forma, passa a ser um apêndice da estrutura de poder vigente, ao qual planta a ideia de inferioridade feminina, e que, por outro lado, marca as expressões do modo capitalista que passa a utilizar dos seus “braços amigos”: patriarcado, racismo, sexismo, como formas de multiplicar e reafirmar o seu poder. Conforme as palavras de Marx (2017, p. 740), “Quando em conflito com a ‘opinião pública’, ou mesmo com a polícia sanitária, o capital não se envergonha em absoluto de ‘justificar’ as condições. Em parte perigosas, em parte degradantes, que inflige à função e ao lar do trabalhador, afirmando serem elas necessárias para que ele possa explorá-lo mais lucrativamente”.

Dentro das condições elencadas anteriormente que chegamos na resposta dada pela motorista 3, que inicia contraponto a visão machista do seu sogro, reconhecendo nela como algo desafiador, vejamos:

“Eu adoro um desafio, aí eu respondi assim: “ah, dá pra mim não? Pois então, é isso que eu quero!” [...] E como eu já tinha esse sonho (de dirigir ônibus), só que não me sentia capaz, eu me senti desafia e ao menos tempo ganhei coragem”.(M3)

Nessa perspectiva, enxergamos o senso comum, primeiro por compreendê-lo que ele pode, a depender da situação, ter a capacidade de provocar a mudança social, e que no caso anteriormente apresentado, a sujeita participante pegou a fala do sogro e converteu em uma possibilidade de transformação, de luta e de mudança social, ou seja, defendemos a ideia de que a provocação contida na fala do sogro (sendo essa reconhecida como um senso comum estruturado pelo sistema de poder vigente) chegou até a motorista 3 como um elemento que impulsionou e que conduziu a mudança social, por outro lado, essa fala veio carregada de memórias, de ação, de postura social e cultural.

Dessa forma, corrobora Minayo (2007, p. 238) para a compreensão de que a representatividade social se baseia pela linguagem do senso comum, ou seja, segundo a autora, “a palavra é, ao mesmo tempo, uma produção histórica e arena onde se confrontam interesses contraditórios, servindo ao mesmo tempo, como instrumento e como material de compreensão da realidade”.

Portanto, é necessário compreender que as representações são sociais a partir do momento partilhada pelas pessoas que a compõem, e que elas servem de apoio umas para as outras, muitas vezes de forma convergente, outras de forma conflituosa, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo, segundo, Jodelet (2001). E mais, conforme afirma, Rocha (2014, p. 51): “A relação dialética estabelecida pelo homem entre os aspectos individual e social é a base teórica do conceito de representação social, ou seja, da apropriação da realidade social pelo indivíduo, de modo que o social e o exterior se tornam internos”.

Sendo assim, as experiências individuais influenciam diretamente para a construção do sujeito por meio das interações que surgem a partir da realidade social, e é nesse sentido que Moscovici se diferencia dos demais pensadores, por abordar o sujeito como aquele que é ativo e construtor, enquanto para Durkheim (1978) a ideia central da representação reduz a autonomia do sujeito, que passa a ser passivo a partir da coletividade e do pensamento construído, dito isso, Moscovici (1978, p. 26) ressalta que “(...) uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime”, e, no que toca sobre o conceito de representação social, nosso autor afirma que a representação social é “(...) uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos”.

Seguindo essa mesma direção, encontramos a fala da participante, motorista 1, que ao ser perguntada sobre a questão da sua criação familiar, e se o ambiente que cresceu a direcionou para a sua escolha pela profissão de motorista, ela responde:

“Eu nunca que imaginava! Aqui tem eu e meu irmão e tem o outro que é caminhoneiro. Primeiro foi eu que entrei na profissão, depois foi ele” (M1).

Nesse caso, a motorista 1 expõe que nunca imaginou ser condutora de ônibus em virtude do meio familiar, ela conta que a mãe era dona de casa e contribuía com a renda familiar fazendo serviços de costuras, enquanto o seu pai trabalhava. Declarou ainda ter saído de casa e casou com o seu primeiro companheiro, e que esse incentivou a tirar a primeira habilitação, e que posteriormente, compraram um ônibus para trabalhar como terceirizada de uma empresa e que a rotina de trabalho era compartilhada entre os dois por meio de escala. Ela também conta que foi a primeira filha a ser habilitada na categoria “D” (ônibus) e exercer a profissão de motorista, e que depois dela, os seus dois irmãos se habilitaram, um na categoria de ônibus, e o outro, na categoria de caminhão “C”.

Dessa forma, quando contextualizada a representação social, Jovchelovitch (2009, p. 65) advoga que:

(...) a teoria das representações sociais se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade como com os processos de constituição simbólica, nos quais os sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar seu lugar, através de uma identidade social. Isso significa deixar claro como as representações sociais, enquanto fenômeno psicossocial, estão necessariamente radicadas no espaço público e nos processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de outros.

E dentro dessa perspectiva, observamos no fragmento da fala, motorista 2, o movimento que é absorvido a partir do momento que é possível enxergar uma mulher exercendo uma profissão antes identificada como algo distante, impossível, incapaz de acontecer, ou até mesmo ser tratada como algo indiferente, machista e inapropriado, vejamos na fala da motorista 2 quando encontrou pela primeira vez uma motorista de ônibus mulher:

“[...] Vem uma mulher, lá vem ela... toda bonitona ali sentada dirigindo. Eu disse: “Meu Deus! Que coisa bonita mulher dirigindo” (M2).

Se num primeiro momento a expressão declarada ou de admiração, como algo bonito, o ato subsequente passou a ser o impulso que a motorista 2 precisava para exercer a profissão de motorista de ônibus. Portanto, é no trato da representatividade, seja por meio do sujeito político nos espaços de decisão e/ou pelo poder da transformação social que podemos considerar o fenômeno que é desenvolvido a partir das construções particulares da realidade social, e ainda da perspectiva de, conforme complementa Rocha (2014, p. 55) “analisar o social como totalidade, considerando-se que esse social não se restringe à dinâmica de um agregado de indivíduos”.

Quando abordada sobre os seus filhos, algumas mulheres motoristas relavam os “sacrifícios” (palavra utilizada pelas participantes) que passaram para conseguir criá-los, em alguns casos, ter que deixá-los com suas mães (que moram em outro município) para poder trabalhar, e em outras situações, ter que exercer outras atividades para complementar renda, conforme apresenta a motorista 3:

“[...] Quando eu me separei, meu filho ainda estava na faculdade. Eu trabalhava como cobradora, fazia faxina três vezes por semana na casa das minhas amigas para pagar a faculdade dele [...]” (M3).

Feito tais esclarecimentos, sobretudo, o reconhecimento por meio do apoio teórico do método/teoria que foram importantíssimos para embasar as nossas análises, e que revelaram o que está por trás das sujeitas participantes, convém assinalar que, as mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal–RN seguem o fluxo do movimento em direção a superação da estrutura de poder capitalista.

Assim, para chegar até essa constatação foi essencial a aproximação com as participantes da pesquisa, bem como, a aproximação com as bases teóricas, sobretudo, quando tratamos da teoria da representação social para balizar os estudos da pesquisa em torno das mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal–RN, posto que essas adotam em suas histórias um processo de representatividade, caracterizadas por condutas de comportamentos, sentidos de resistência/resiliência, de comunicação, de espaços de decisões e de transformações frente às imposições das estruturas de poder do sistema capitalista, por isso, passam a provocar uma transformação coletiva e individual no meio em que estão inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não nascemos necessariamente com coragem, mas nascemos com potencial. Sem coragem, não podemos praticar nenhuma outra virtude com consistência. Não podemos ser gentis, verdadeiros, misericordiosos, generosos, honestos.
MAYA ANGELO

Tratar de representatividade das mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal–RN sob a lente da TRS trouxe uma dinâmica bastante particular para a nossa pesquisa, visto que, a proposta pelas especificidades que compôs o desenvolvimento desta dissertação traz luz ao movimento feito ao longo desses dois anos de pesquisa. Especifico a cronologia do tempo, por considerar que o processo de amadurecimento e desenvolvimento intelectual foi desempenhado desde do início de ingresso ao mestrado acadêmico, passando pelas disciplinas cursadas, bem como, o diálogo profícuo mantido em todas as orientações com a Professora Dra. Catarina de Oliveira.

Dito isso, retornando aos objetivos que buscamos alcançar por meio de nossa pesquisa, sendo esses, compreender, analisar e investigar como o capitalismo condiciona as mulheres, sobretudo, as mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal–RN, bem como, explicar como se gesta as relações sociais de classe, raça, gênero controladas pela dominação, exploração e opressão contida na sociedade regida pelo sistema capitalista. É justamente a discussão sobre as implicações das raízes da opressão às mulheres sob o capitalismo que desembocam na materialização da desigualdade e violência de gênero, combinada ao debate sobre as formas de superação desse padrão de dominação a partir da representatividade compreendida em nossos estudos dentro da dimensão mais ampla, sobretudo, no que tange às especificidades que compõem a tendência de encerrar ciclo que

De igual modo, se faz, em caráter de urgência, o papel interventivo do Estado para cessar à violência, garantindo a mulher o reconhecimento e a garantia dos seus direitos, ou seja, entende-se que numa naturalização do processo histórico de controle sob as mulheres lança a ideia de falta de capacidade produtiva, ao qual gênero, raça/etnia e classe são desmerecidas e empobrecidas, para assim, usurpar dos meios de produção e reprodução.

O percurso investigativo, bem como o caminho da exposição de análise a partir das contribuições contidas na TRS, possibilitou também compreender a complexidade apresentada pelas determinações do trabalho produtivo e reprodutivo, e a totalidade apresentada pela realidade concreta vivenciada pelas sujeitas participantes. Por se tratar de uma pesquisa empírica, enriquecida pelas falas e vivências das sujeitas participantes, captada pelas experiências vivenciadas das mulheres motoristas de ônibus da cidade do Natal–RN, abre espaço para a compreensão de que essas coadunam com as implicações expressas pelos determinantes condicionados a partir dos moldes do

sistema vigente, e, em contrapartida, manifesta em suas práticas diárias a necessidade de rompimento com ciclos conflituosos de preconceito, além disso, na compreensão de Carvalho (2005), essas representações sociais são responsáveis pelas novidades e/ou mudanças, como também ajudam a fomentar, por meio deste dinamismo a compreensão da pluralidade que compõem os sujeitos sociais.

Em suma, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, principalmente, no que toca a profissão de motorista de ônibus fez com que as relações estabelecidas no ambiente de trabalho, que passam pela esfera do poder e de hierarquia, bem como, expressam relações de dominação, estejam estremecidas, posto que, ter mulheres exercendo profissões e ocupando espaços, antes visto como apenas para os homens corrobora para a representatividade de sujeitos em corpos políticos cujo poder de transformação social inicia na subjetividade encontrada no indivíduo e se estende para a coletividade.

Nesse sentido, por considerar a representatividade como a posição daquele que estar nos espaços de decisão e de fazer com que outras pessoas também ocupem o poder de emancipação e transformação, entende-se que ter mulheres exercendo profissões ditas como “masculinas”, sobretudo, a profissão de motorista de ônibus na cidade do Natal–RN, traz mudança na estrutura de poder vigente pelos determinantes capitalistas, assim, romper com os paradigmas propostos pelos ditames da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M.B.C.; DURIGUETTO, M.L.(org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: Uma relação necessária**. São Paulo: Cortez editora, 2014.

ALCÂNTARA, V.C. G.; et al. **O trabalho não trânsito e saúde de dois motoristas de ônibus: estudo fenomenológico**. Revista UNAL. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/81874>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ALMEIDA, T. B. de. **O desgaste mental de motorista de ônibus: um recorte de gênero**. Biblioteca digital USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-18122018-182042/>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ALVES, N.F.T. et al. **Mulheres no Contexto de Trabalho: Representações Sociais a partir da Orientação Sexual**. Estudos e pesquisas em psicologia. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/52567>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ARRAES, J. **Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis**. São Paulo. Pólen, 2017.

BAMBIRRA, N.V; LISBOA, T.K. **“Enegrecendo o feminismo”: a opção descolonial e interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos**. ROAD: Diretório de Recursos Acadêmicos de Acesso Aberto. Disponível em: <https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/primo-explore/fulldisplay?docid=TN_cdi_proquest_journals_2417890437&vid=CAPES_V3&search_scope=default_scope&tab=default_tab&lang=pt_BR&context=PC>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BARROCO, M.L.S. ; SYLVIA, H.T. **Código de Ética do assistente social comentado**. São Paulo: Cortez editora, 2012.

BARROCO, M. L. S. **O que é preconceito**. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Brasília, 2016. (Assistente social no combate ao preconceito, Caderno 1)

BAINES, J.; MALIK, J. **Cultural Atlas of Ancient Egypt**. London: Andromeda Oxford Limited, 2008

BERBNARD, H.R. **Research Methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: Altamira Press, 2005

- BLAY, E. A. **Do feminismo ao gênero: uma nova inquisição?** Revista USP São Paulo, n.122, 2019.
- BIROLI, F. **Divisão sexual do trabalho e democracia.** Dados Rio de Janeiro, n. 3, 2016.
- BILGE, S. **Théorisations féministes de l'intersectionnalité.** Diogène, v.1, n.225, 2009.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990
- BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”.** In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-172
- SEGURADORA LÍDER. Boletim Estatístico Mulheres no Trânsito. Disponível em: <<https://www.seguradoralider.com.br>>. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5. ago. 2020.
- CARDOSO, C. P. (PPGNEIM/UFBA – UNEB) **História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões,** 2008. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf>. Acesso em: 5. ago. 2020.
- CASIMIRO, L.M.S.M.; KREUZ, L.R.C.; VIANA, A.C.A. **(Sub)representação política feminina e a participação das mulheres em espaços democráticos: examinando conselhos públicos.** Revista brasileira de estudos políticos. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/714>>. Acesso em: 13 jul. 2022
- CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados, n.17, v.49, 2003.
- CARVALHO, A. M. Mulheres condutoras de ônibus: tabus, conquistas e desafios, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2893>>. Acesso em: 13 jul.2022.
- CARVALHO, A. M.; CASAGRANDE, L.S. **Mulheres motoristas de ônibus: O que se sabe sobre elas?** Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/9198>>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- CARVALHO, M.; SANTOS W. N. **A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro.** Fim do mundo, 2021. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11119>>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- CARVALHO, M.C.R.D.; JUNIOR, H.A.; RAFFIN, F.N.; CAMPOS, M.N.; CRUZ, M.M.C.; ALVES, M.K.S. **Representações sociais do medicamento genérico por farmacêuticos:**

determinação dos sistemas central e periférico. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2005.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics de empowerment.** New York, London: Routledge, 1991.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**, 2012. Disponível em: < <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> >. Acesso em: 10 fev.2023

CLARKE, M. **The year of the new Woman art critic (1894)**, 2015. Disponível em: <https://branchcollective.org/?ps_articles=meaghan-clarke-1894-the-year-of-the-new-woman-art-critic>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CHIES, P. V. **Identidade de gênero e Identidade de gênero e identidade profissional no campo identidade profissional no campo de trabalho.** Estudos Feministas, Florianópolis, v.18, n.2, 2010.

DAMKE L.A.; CASSOL, C.A.; GOMES, C.M. **Discriminação, preconceito e dominação: a luta das mulheres por mais espaço e representação na sociedade brasileira.** Diálogo, n.40, 2019.

DIEESE. **População negra sofre com condições desiguais no trabalho**, 2019. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2019/11/22/dieese-populacao-negra-sofre-com-condicoes-desiguais-no-trabalho>> . Acesso em: 03 nov. 2021.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Abril, 1978.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura.** São Paulo: UNESP, 2005.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo.** São Paulo: Boitempo, 2021.

FRASER, Nancy. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história.** Mediações, Londrina, v. 14, n.2, 2009

FREITAS, B.L.A.S. **A representação social da mulher negra a partir da exposição História e Memória do Museu Afro Brasil - SP (2010-2016).** 2017. 70 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GANDAVO P. de M. **Tratado da terra do Brasil e história da província de Santa Cruz.** Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980.

GILL, L. A. **A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940).** História, v.38, 2019.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, T. N. do; GONÇALVES, R. **Entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho.** ROAD: Diretório de Recursos Acadêmicos de Acesso Aberto. Disponível em: <https://rnpgrupo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_crossref_primary_10_52521_19_7461>. Acesso em: 13 jul.2022.

HART, G. **The British Museum Pocket Dictionary of Ancient Egyptian GODS and Goddesses.** Londres: British Museum Press, 2001.

HALL, S. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 7. ed. Petrópolis–RJ: Vozes, 2007. p. 103- 133.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do Trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social - Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

JODELET, D. (2001). **Representações sociais: um domínio em expansão.** In: D. Jodelet (Org.), As representações sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 1989.

JORNAL PÚBLICO. **No passado havia mais mulheres caçadoras, sugere estudo,** 2020. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2020/11/08/no-passado-havia-mais-mulheres-cacadoras-sugere-estudo/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

JOVCHELOVICHTH, S. **Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais.** In: P. Guareschi, S. & Jovchelovitch, S. (Orgs.), textos em representações sociais (11a ed., pp. 63-85). Petrópolis: Vozes, 2009.

SEREZA, H.C.; CARVALL, F. **Alexandra Kollontai: revolução, socialismo e feminismo** Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/super-revolucionarios/59225/alexandra-kollontai-revolucao-socialismo-e-feminismo>>. Acesso em: 2 jan. 2022.

LEMOS, R.O. **Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões.** Revista Espaço Acadêmico, n.185, 2016.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** São Paulo: Coultrix, 2019.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A., M., C. **O sujeito coletivo que fala.** Interface – comunicação, saúde, educação, v. 10, n.20, jul/dez, 2006.

_____.LEFEVRE, F.; MARQUES, M., C., C.; LEFEVRE, A., M., C.; (et.al.). **Representação social da Vigilância Sanitária pela população do município de Águas de Lindóia: análise da percepção de alguns riscos relevantes**. *Revista*, v. 1, n. 1, 2005.

LIMA, M. **Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras brasileiras**. *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ, vol. 3, n. 2, 1995.

LOPES, Dr. G. R. **A mulher no Antigo Egito**. Disponível em <<http://olhodehorus-egito.com.br/egito.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LOURO, G. L. **Heteronormatividade e homofobia**. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: SECADI/MEC, 2009.

MACHADO, D.; COSTA, M.L.W.; DUTRA, D. **Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina**. *Revista de estudo e pesquisa sobre as Américas*. *Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas*, v.12, n.3, 2018.

MARTINS, T. C. S.; Silva, N. F. (org.). **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão: Editora UFS, 2020.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX K. **O capital: economia política: livro I - O processo de produção do capital**. São Paulo; Boitempo, 2017.

MAURÍCIO, M. J. **Feminino e emancipação social da mulher. A prática em Marx**. Universidade de Lisboa, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/44755>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MATIELO, C. A. S. dos. **Museu permanente história das mulheres no Brasil [Recurso eletrônico]: Reflexões e propostas para o ensino de história, a museologia social e a história das mulheres no Brasil**, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1092430>>. Acesso em: 13 Jul. 2022.

MEDEIROS, G. J. M. de. **Por um feminismo decolonial: a leitura antipatriarcal, anticapitalista, antirracista de Françoise Vergès**. *Revista Estudos Feministas*, v.29, n.2, 2021.

MORAES, E. L. de. **Educação libertadora e feminismo negro: uma teia conceitual de resistência à interseccionalidade das opressões de gênero, de raça, e de classe**. Curitiba: CRV, 2021.142p.

MONTAÑO,C.; DURIGUETTO,M.L. Estado, Classe e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2013.

MUNIZ, V.C.; POSPICHIL, J.S. da. **Desenvolvimento sustentável e empoderamento econômico das mulheres: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho e sua repercussão na efetividade do direito ao desenvolvimento.** Revista Eletrônica Direito e Sociedade - REDES, v.6, n.2, 2018.

MUSEU NACIONAL DE ANTROPOLOGIA. **Lucy (Fóssil)**, 2006. Wikipédia. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lucy_\(f%C3%B3ssil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lucy_(f%C3%B3ssil))>. Acesso em :11 mai. 2022.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2007.

OLIVEIRA, L. A. S. de. Feminismo e representação política, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/8849>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

OLIVEIRA, J.R.; BRÊTAS, J.R.S.; YAMAGUTI, L. **A morte e o morrer segundo representações de estudantes de enfermagem.** Revista Enfermagem, v. 41, n.3, 2007.

OLIVEIRA, R. L. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Psicologia , 1997, p. 156.

OLIVEIRA, J. I. B; MAIO, E. R. **Re/des/construindo indiferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar.** Revista da FAAEBA– educação e contemporaneidade, salvador, v. 25, n 45, p. 159 – 172, jan/abr.2016.

MALEFICARUM, M. **O martelo das feiticeiras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

PERCÍLIA, E.H. Hatshepsut. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia/hatshepsut.htm>>. Acesso: 22 jun. 2022.

REICH, W. **Materialismo dialético e psicanálise– Nep Escola Nacional Florestan Fernandes.** Revolução na escola Educar para crescer - 13 de Maio. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/revolucao-escola-475912.shtml>>. Acesso: 26 jun. 2022.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROBLES, M. **Mulheres, mitos e deusas: O feminino através dos tempos.** (trad.) Willian Lagos, Débora Dutra Vieira.-3.ed.- São Paulo: Aleph, 2019.

ROCHA, F. L. **Teoria das Representações Sociais: a Ruptura de Paradigmas das Correntes Clássicas das Teorias Psicológicas**. Psicologia: Ciência e Profissão, v.34, n.1, 2014.

ROCHA FILHO, J. S. **O currículo escolar e as relações de heterossexismo e homofobia na educação básica**. In: FAZENDO GÊNERO 9:DIÁSPORAS, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS, 2010, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2010. p. 1-9.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, J. P. de. **Representação, Interseccionalidade e mundo do trabalho : a mulher negra na ficção seriada**, 1997. Disponível em :

<https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFPR_d01fa5d6092d696a8c47ca0fef116a25>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SANTOS, S. M. de M. **Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo**. Revista Argumentum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017.

SANTIAGO, A. C. **Destaque Cultural - Mulheres egípcias: religião, sociedade e nobreza**.

Disponível em <<http://www.amorc.org.br/espaco-de-arte-francis-bacon-1.html>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SILVA, B.C.S.L. **Patriarcado e teoria política feminista: possibilidades na ciência política**.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

SILVA, T. F. **Nefertite**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/civilizacao-egipcia/nefertiti/>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SILVA, T. T. da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T. da(Org.).

Identidade e Diferença:a perspectiva dos Estudos Culturais. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUZA, A. F. **O papel das mulheres na sociedade faraônica: a igualdade em discussão**.

Fazendo Gênero 8 - Corpo, violência e poder. Anais: UFSC, 2008.

SOUSA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: CNL, Brasília: INL, 1987.

SHAW, I. **The Oxford Illustrated History of Ancient Egypt**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, I. M. **Five faces of oppression**. In: HENDERSON, G., WATERSTONE, M. (Ed.).

Geographic thought: a praxis perspective. New York: Routledge, 2009.

VAIANO. B. **Nossa ancestral Lucy realmente era ótima em subir em árvores**, 2016.

Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2016/12/nossa-ancestral-lucy-realmente-era-otima-em-subir-em-arvores.html>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

VINUTO J. **Temática**, Campinas 22, (44):2203-220, ago/dez.2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada

1. Seção: IDENTIFICAÇÃO

Data: / /

Nome: _____ Idade: _____ Escolaridade: _____

Profissão: _____ Experiência: _____ CNH: _____ e-mail: _____

Naturalidade: _____

Tipo de deficiência: Não(). Sim(): Auditiva() Visual() Motora/Física() Múltiplas() Intelectual()

Outras. () Quais? _____

Raça/cor/Etnia: Amarela (); Branca (); Indígena (); Preta(); Parda () Outra: _____

Situação conjugal atual:

Casada()

Vivendo com um(a)companheiro(a) ()

Solteiro(a)()

Separado(a)/Divorciado(a)()

Viúvo(a) ()

Não informado ()

Você tem filhos?: Sim () Quantos: _____ Não ()

2. Seção: TRANSLADO ATÉ O TRABALHO

Qual o meio de transporte que você utiliza para chegar ao trabalho?

- a) A pé() Carona() Bicicleta
- b) Coletivo
- c) Transporte Próprio (carro,moto,etc)
- d) Transporte locado(prefeitura e/ou escolar)
- e) Táxi() Mototáxi() Uber().

Qual distância entre a sua moradia e a universidade?

- a) Até10 Km
- b) De 11 a 50 Km
- c) De 51 a 100 Km
- d) De 101 a 200Km
- e) De 201 a 250 Km
- f) De 251 a 300 Km
- g) Acima de 300Km

Qual(is) o(s) turno(s) de trabalho diário?

3. Seção: REDE DE APOIO E FINANCEIRO

- Você tem algum tipo de rede de apoio?

- Quantas pessoas, incluindo você, vivem da renda mensal do seu grupo familiar?
a) Uma b) Duas c) Três d) Quatro e) Cinco f) Sete g) Oito h) Nove ou mais.
- Qual a sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?
a) Sou sustentado pela família ou por outras pessoas
b) Recebo ajuda financeira da família ou de outras pessoas
c) Sou responsável apenas pelo meu próprio sustento
d) Sou responsável pelo meu sustento e contribuo para o sustento de minha família
e) Sou responsável principal pelo sustento de minha família.

4. Seção: ÂMBITO PESSOAL:

Fale um pouco sobre suas origens, onde nasceu, como foi a sua infância, o seu crescimento:

A sua criação influenciou a direção que sua vida tomou?

A partir de qual momento você ficou convencida de que gostaria de exercer a profissão de motorista de ônibus?

O que a inspira na vida?

Quais são as mulheres que você mais admira?

5. Seção: ÂMBITO PROFISSIONAL:

Como foi a sua trajetória profissional?

Fale sobre a sua rotina de até chegar ao trabalho?

Quais foram as motivações para escolher a profissão de motorista de ônibus?

Existe algum tipo de desafio ou dificuldade encontrada por exercer a profissão de motorista de ônibus?

De quem você recebeu mais apoio no início da carreira?

Você já apoiou, ou conhece alguma mulher que passou a exercer a profissão de motorista de ônibus por ter se identificado com você?

Quais são as suas metas profissionais?

Quais são os pontos positivos e negativos da profissão de motorista de ônibus?

Já pensou em mudar de profissão?